



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Letras – IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP
Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL

**PRÁTICAS DISCURSIVAS NO LETRAMENTO DE MULHERES IDOSAS:
resgate de cidadania**

EDILAN KELMA NASCIMENTO SOUSA

Brasília/DF
2017

EDILAN KELMA NASCIMENTO SOUSA

**PRÁTICAS DISCURSIVAS NO LETRAMENTO DE MULHERES IDOSAS:
resgate de cidadania**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Língua Portuguesa e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Linguística, área de concentração: *Linguagem e Sociedade*.

Orientadora: Prof^a Dra. Denize Elena Garcia da Silva

**Brasília/DF
2017**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sp

Sousa, Edilan Kelma Nascimento
Práticas discursivas no letramento de mulheres idosas:
resgate de cidadania / Edilan Kelma Nascimento Sousa;
orientador Denize Elena Garcia da Silva. -- Brasília, 2017.
132 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Linguística) --
Universidade de Brasília, 2017.

1. Idosos. 2. Cidadania. 3. Discurso. 4. Letramento. 5.
ADC e LSF. I. Silva, Denize Elena Garcia da, orient. II.
Título.

EDILAN KELMA NASCIMENTO SOUSA

**PRÁTICAS DISCURSIVAS NO LETRAMENTO DE MULHERES IDOSAS:
resgate de cidadania**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Língua Portuguesa e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Linguística, área de concentração: *Linguagem e Sociedade*.

Defendida em 19 de dezembro de 2017.

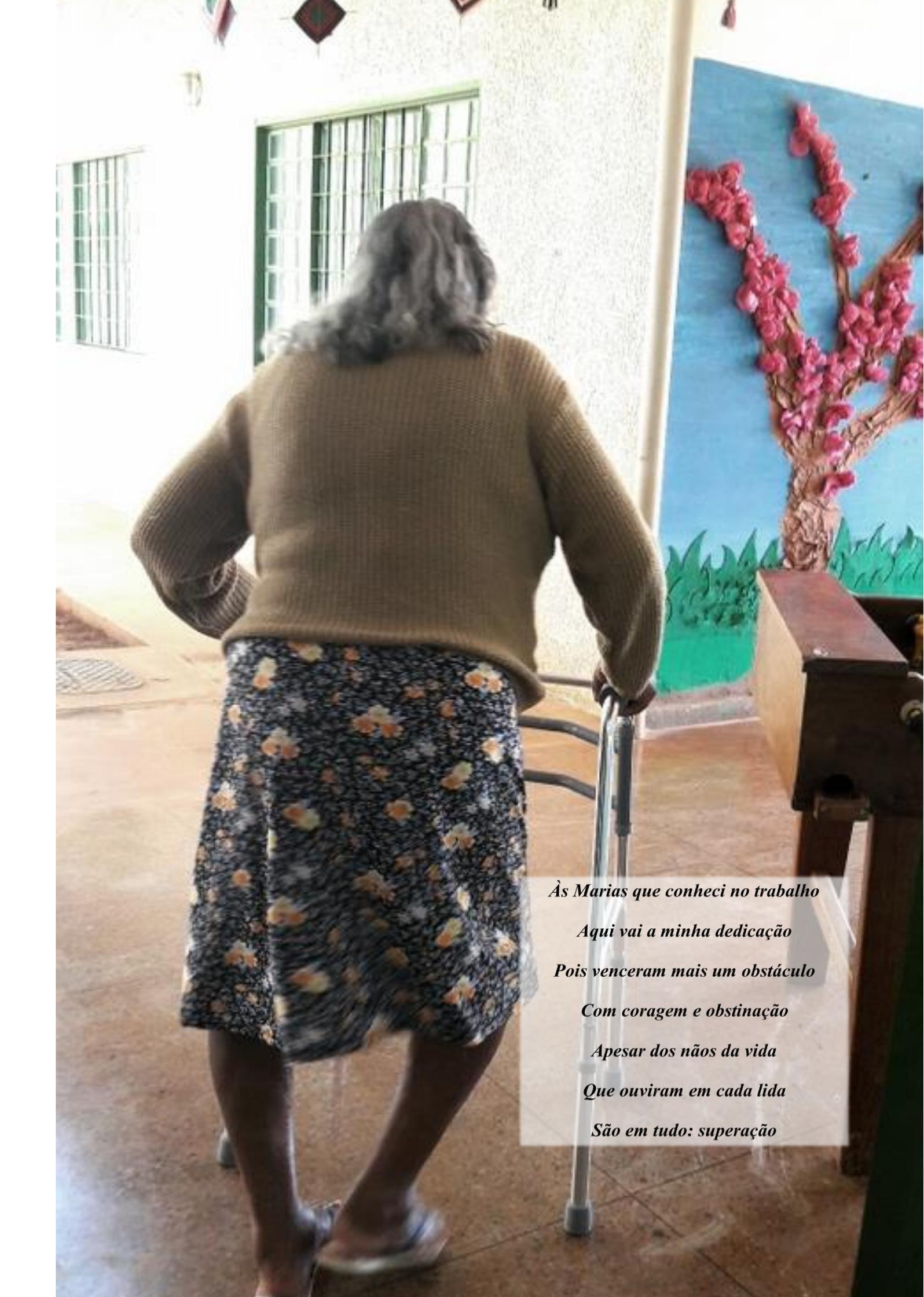
Banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Denize Elena Garcia da Silva
Universidade de Brasília (LIP/UnB) – Presidenta

Profa. Dra. Francisca Cordélia Oliveira da Silva
Universidade de Brasília (LIP/UnB) – Membro efetivo interno

Prof. Dr. José Carlos Brandi Aleixo
Universidade de Brasília (REL/UnB) – Membro efetivo externo

Prof. Dr. Marcus Vinicius da Silva Lunguinho
Universidade de Brasília (LIP/UnB) – Membro suplente interno



*Às Marias que conheci no trabalho
Aqui vai a minha dedicação
Pois venceram mais um obstáculo
Com coragem e obstinação
Apesar dos não da vida
Que ouviram em cada lida
São em tudo: superação*

AGRADECIMENTOS

*A Deus em primeiro lugar
Agradeço com louvor
Porque está comigo no caminhar
Na alegria e na dor
Dele vem a sabedoria
A força para o dia a dia
Não sou nada sem o seu amor!!*

*Minha orientadora, Denize Elena
Que conduziu com precisão
De forma tão serena
Cumpriu mais uma missão
Não me deixou desistir
E é por isso que estou aqui
A minha eterna gratidão*

*Ao nos conduzir ao sucesso
Não poderia deixar de faltar
Da professora, o seu amado Roberto
Sua estrutura, motivo do seu amar
Ele se fez sempre presente
Trazendo até lanche pra gente
Eu precisava poetizar!!*

*Ao Alley, meu amigo-orientador
Que muito tem me ensinado
Agradeço ao Criador
Pelo amigo apresentado
Alley me conectou à professora
E às Marias colaboradoras
Sem ele não existiria este trabalho*

*As amigas Ana, Sandra e Risalva
Pelo compartilhar do saber
Que bom que nessa estrada
Com vocês pude aprender
Apoio esse incondicional
No Brasil e em Portugal
Como eu posso me esquecer?*

*Ao padre e cientista político
Que dos analfabetos quer a inclusão
Pois são ainda excluídos
Da democracia nesta Nação
Do desafio da elegibilidade
Aos cidadãos de segunda classe
Padre Aleixo é voz que não cala não*

*À Cordélia, professora da UnB
Que esteve presente nas etapas
Com ela pude aprender
Ensino valioso nessa estrada
No início na banca de admissão
Nas aulas e na qualificação
Agora na defesa, eu sou grata!!*

*À professora Juliana Dias
Quem me apresentou a ADC
Seu ensinar com maestria
Jamais posso me esquecer
Quando juntou-se à Viviane
As aulas ainda mais contagiantes
Com vocês pude crescer*

*À Josênia, pelas palavras recebidas
Quando eu ainda era especial
Professora tão sabida
De Letramento como Prática Social
À professora que não me esqueço
Maria Luíza Côroa, eu te agradeço
Semanticamente internacional!!*

*À prof. Edna Cristina
O meu obrigada também
À Valéria, monitora, ainda
Igual a ela não tem
A todos da Universidade
A cada colega, de verdade
Eu quero agradecer! Amém!*

*Luz, minha amiga além do trabalho
Tão presente em minha vida
Viu o desenrolar desse mestrado
Eu sou mesmo agradecida
Ivone, Áurea e Eliane que emoção!!
Há amigos mais chegados que irmão
A vocês esta conquista*

*A minha mãe, minha professora
Foi a primeira que tive na vida
A minha gratidão, pois é merecedora
É da senhora também a conquista
Ao meu pai, que não mais aqui está
O céu hoje é o seu lugar
Receba também minha poesia!!*

*Ao Tribunal Superior Eleitoral
Também locus desta pesquisa
Aos que colaboraram na Estrutural
Regina, D. Helena, Isabela, agradecida
Ao servidor Júnior do TSE
Ao nosso aluno, seu José
Sou grata todos os dias!!!*

Das leituras deste mundo...

*O saber que engrandece
Está nas entrelinhas da vida
Por vezes não se escreve
Mas se lê na dura lida
Nem a falta de oportunidades
Tira a potencialidade
A sapiência não é envelhecida*

*Nesse nosso mundo letrado
É preciso oportunizar
A quem teve o direito negado
Ao letramento para caminhar
Ao enveredar por este caminho
Não mais se estará sozinho
É a leitura a nos possibilitar*

*Das leituras deste mundo
Dos livros que me trazem calma
Eu percebo em um segundo
A grande sabedoria da alma!!*

*Dos lábios que não podem dizer
Dos olhos que insistem em falar
E mesmo não conseguindo escrever
A mão amiga sabe se expressar!!
É um mergulho no aprender
Eu estou aprendendo a ler
Com quem eu tenho de alfabetizar!!*

Edilan Kelma Nascimento Sousa

RESUMO

Esta dissertação resulta de uma pesquisa integrada à Rede Latino-Americana de Estudos do Discurso da Pobreza Extrema (REDLAD), por meio do Grupo Brasileiro de Estudos de Discurso, Pobreza e Identidades (REDLAD – Brasil). Trata-se de um desdobramento do projeto “Meu nome, minha identidade”: das práticas discursivas aos eventos de letramento voltados para adolescentes e pessoas idosas (UnB/CNPq/DGP), coordenado pela professora Dra. Denize Elena Garcia da Silva, líder da REDLAD no Brasil. O estudo se caracteriza em uma pesquisa qualitativa (descritiva e interpretativa) em razão da natureza dos dados pesquisados. Embora a pesquisa não se configure como etnográfica no sentido estruturado, o caminho selecionado voltado para o trabalho no campo foi balizado pela etnografia. O objetivo central é investigar as representações linguístico-discursivas voltadas para o letramento de idosos em situação de exclusão social com vistas a desenvolver práticas sociais que atendam ao propósito da comunidade pesquisada e ao fortalecimento de suas cidadanias. Analiso os discursos de pessoas da terceira idade, construídos em dois espaços diferentes. De um lado, um contexto de pobreza na periferia do DF (a Cidade Estrutural), onde vivem as colaboradoras da pesquisa ora apresentada. De outro, um contexto institucionalizado e de poder, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que elas visitaram pela primeira vez. A pesquisa ancora-se nos pressupostos da Análise de Discurso Crítica (ADC), baseada principalmente em abordagens de Fairclough (2001; 2003) Chouliaraki e Fairclough (1999) e na Linguística Sistêmico Funcional (LSF) na proposta de Halliday e Mathiessen (2004). Os relatos selecionados significam dados em consonância com o pensamento de Fairclough (2001), para quem o discurso constitui uma forma de prática social. Para a análise da interioridade da língua, utilizei a Linguística Sistêmico Funcional (LSF) de base hallidayana, que também leva em conta as escolhas, as opções, as necessidades, bem como os propósitos dos falantes, o que se reflete na exterioridade da linguagem. Balizado pelo objetivo da pesquisa em prol do resgate da cidadania, o estudo nos mostrou que, ao abrir outros espaços, sobretudo, no Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal da Democracia, foi possível denotar o começo da conscientização das idosas em relação a conceitos como o voto, a cidadania e a democracia, pois os textos revelaram que as práticas discursivas que vivenciaram serviram de empoderamento, fortalecimento e resgate empírico da cidadania de cada uma das idosas em particular.

Palavras-chave: Idosos. Cidadania. Discurso. Letramento. ADC e LSF.

ABSTRACT

This dissertation is part of an integrated research of the Latin American Discourse Studies of Extreme Poverty (REDLAD) through the Brazilian Group of Discourse, Poverty and Identity Studies. It is part of a larger project called "My name, my identity": from discursive practices to literacy events for teenagers and senior citizens (DP CNPq), coordinated by Professor Denize Elena Garcia da Silva (PhD), leader of REDLAD in Brazil. The research is based on a qualitative research paradigm (descriptive and interpretative), due to the nature of the data researched. Although the research does characterize itself as a full ethnography, the selected path towards the fieldwork was marked by ethnographic work. The main objective is to investigate the linguistic-discursive representations focusing on literacy of senior citizens living in social exclusion situations, aiming at developing social practices that meet the expectations of the community under investigation, as well as at strengthening their citizenship. Therefore, I analyze the narratives of the senior citizens, gathered from two different contexts. On the one hand, a context of poverty in the outskirts of the DF (Cidade Estrutural), where the collaborators of the research live. On the other hand, an institutionalized and empowered context, the Higher Electoral Tribunal (TSE), which they visited for the first time. The research is based on the assumptions of Critical Discourse Analysis (ADC), based mainly on the approaches of Fairclough (2001; 2003), Chouliaraki & Fairclough (1999) and Systemic Functional Linguistics (LSF) as proposed by Halliday and Mathiessen (2004). The selected narratives are in line with Fairclough's (2001) thinking, for whom speech is a form of social practice. For the analysis of the interiority of language, Functional Systemic Linguistics (LSF) based hallidayana was used, which also takes into account the choices, the options, the needs, as well as the purposes of the speakers, which is reflected in the exteriority of the language. Based on the objective of the research towards promoting citizenship, the study showed that by visiting other places, specifically the Superior Electoral Court, it was possible to observe the beginning of the elderly women's awareness of concepts such as voting, citizenship, as well as democracy, since the narratives analysis revealed that the discursive practices they experienced served as empowerment, strengthening and rescue of citizenship.

Keywords: Elderly. Citizenship. Discourse. Literacy. ADC and LSF.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 - Mandala da Gramática da Experiência	41
Figura 2.2 - Sistema da Avaliatividade	43
Figura 3.1 - Cidade Estrutural	59
Figura 3.2 - Tribunal Superior Eleitoral	59
Figura 3.3 - As “Marias em foco” em uma das aulas no campo Cidade Estrutural	61
Figura 3.4 - Marias em visita ao Museu do Voto no TSE	63
Figura 3.5 - Um José entre as Marias	64
Figura 3.6 - As Marias em visita à Exposição “85 anos do voto feminino no Brasil”	64
Figura 4.1 - Veredas para uma relação dialógica textual	69
Figura 4.2 - Democraciemos	70
Figura 4.3 - Práticas de letramento	70
Figura 4.4 - Roda de conversa no Tribunal Superior Eleitoral.....	71
Figura 4.5 - Uma das Marias concedendo entrevista à TV Justiça.....	99
Figura 4.6 - Marias em visita à Exposição: 85 anos do voto feminino no Brasil.....	100
Figura 4.7 - Uma das Marias em votação simulada em urna eletrônica parametrizada	102
Figura 4.8 - Julgamento e apreciação como afeto institucionalizado.....	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1 - Passos metodológicos.....	50
Quadro 3.2 - Perfil social das colaboradoras da Estrutural	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Análise de Discurso Crítica
CF	Constituição Federal
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
DGP	Diretório de Grupos de Pesquisa
EAPE	Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LSF	Linguística Sistêmico Funcional
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
REDLAD	Rede Latino-Americana de Estudo do Discurso
SEDF	Secretaria de Educação do Distrito Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UnB	Universidade de Brasília

LISTA DE SÍMBOLOS

Convenções de transcrição de dados orais
Baseado em Silva (2003)

Símbolos	Descrição
...	Pausa
[]	Comentários do pesquisador
“ “	Discurso direto
MAIÚSCULA	Ênfase na voz
,	(Vírgula) entonação média
/.../	Transcrição parcial ou parte suprimida
.	Entonação descendente
!	Entonação ascendente de exclamação
?	Entonação ascendente de interrogação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	21
1.1 Da sala de aula à sala de aula: o percurso que se refaz.....	21
1.2 Resgate da cidadania em contextos paradoxais: Estrutural X Tribunal Superior Eleitoral	24
1.3 Letramento X Analfabetismo na Terceira Idade	26
1.4 A mulher na terceira idade.....	29
1.5 Algumas considerações	30
CAPÍTULO 2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	32
2.1 Análise de Discurso Crítica (ADC): uma proposta para análise crítica da linguagem... 32	
2.1.1 Sobre as abordagens na ADC	34
2.1.2 Discurso como prática social.....	34
2.1.3 O texto e suas significações.....	36
2.2 Discurso x poder	38
2.3 A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF).....	39
2.3.1 O sistema da avaliatividade	42
2.4 Gênero	44
2.5 Algumas considerações	46
CAPÍTULO 3 - CAMINHOS METODOLÓGICOS	47
3.1 Pesquisa qualitativa	48
3.1.1 Campo da Cidade Estrutural.....	51
3.1.2 Campo Tribunal Superior Eleitoral	51
3.1.3 Campo da Cidade Estrutural.....	51
3.1.4 Campo do Tribunal Superior Eleitoral	52
3.2 Etnografia na pesquisa.....	52
3.3 Ética na pesquisa	54
3.4 As ferramentas para a entrada no campo: Observação participante, entrevista, notas de campo e grupo focal.....	55
3.5 A construção do <i>corpus</i> : Caminhos da Estrutural	57
3.6 Dados de natureza etnográfica.....	58
3.6.1 Caracterização do grupo focal	59

3.6.2 A constituição do grupo na Estrutural	60
3.6.3 As Marias em foco.....	61
3.6.4 A caminho da Cidadania: Marias no Tribunal da Democracia	62
3.7 Algumas considerações	65
CAPÍTULO 4 - A CAMINHO DAS ANÁLISES.....	67
4.1 Veredas de uma relação dialógica textual: da Estrutural ao Tribunal Superior Eleitoral	68
4.2 A caminho da microanálise dos dados empíricos: a gramática da experiência da vida das Marias	72
4.2.1 Maria Solidariedade – 79 anos	72
4.2.2 Maria Vigorosa – 84 anos.....	73
4.2.3 Maria Amiga – 65 anos	73
4.2.4 Maria Mansidão – 80 anos	73
4.2.5 Maria Alegria – 65 anos	74
4.2.6 Maria Comprometimento – 66 anos	74
4.2.7 Maria Esperança - 65 anos	75
4.2.8 Maria da Superação – 73 anos.....	75
4.2.9 Maria Valentia – 70 anos.....	76
4.2.10 Maria Coragem – 70 anos.....	76
4.2.11 Maria Liderança – 74 anos	76
4.2.12 Maria Renascida – 64 anos.....	77
4.2.13 Maria Batalhadora – 63 anos.....	77
4.2.14 Maria Perseverante – 66 anos.....	77
4.2.15 Maria Vivacidade – 87 anos	78
4.2.16 Um José entre as Marias - 79 anos	78
4.3 “Maria, a vida começa agora”: um caminho libertador revelado no discurso das Marias	79
4.3.1 Metáfora da cegueira	80
4.3.2 Cidadania: o direito de escolha.....	82
4.3.3 Coragem	87
4.3.4 Violência.....	91
4.3.5 Avaliação.....	93
4.4 Práticas discursivas em transformação	98

4.5 Uma interação dialógica excepcional	102
4.6 Uma prática discursiva surpreendente entre as práticas sociais da vida cotidiana	106
4.7 Algumas considerações	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	116
ANEXO A – DEBATE EM SALA DE AULA	120
ANEXO B – PALESTRA SOBRE O CRAS (ESTRUTURAL)	124
ANEXO C - (VISITA AO MUSEU DO VOTO) TSE	126
ANEXO D – ENTREVISTAS (EXPOSIÇÃO DOS 85 ANOS DO VOTO FEMININO NO BRASIL) (TSE).....	127
ANEXO E – BILHETES DAS IDOSAS AO TSE (RELAÇÃO DIALÓGICA)	128
ANEXO F – BILHETE PARA A PROFESSORA KELMA	131
ANEXO G – TRABALHO SOBRE CIDADANIA FEITO EM CASA	132

INTRODUÇÃO



objetivo central desta dissertação é investigar as representações linguístico-discursivas voltadas para o letramento de idosos em situação de exclusão social com vistas a desenvolver práticas sociais que atendam ao propósito da comunidade pesquisada e ao fortalecimento de suas cidadanias. Para tanto, traçou-se os objetivos operacionais em dois espaços diferentes, os quais foram balizados, sobretudo, por suas particularidades, por procedimentos metodológicos específicos de natureza etnográfica. De um lado, a Cidade Estrutural, um contexto de pobreza na periferia do Distrito Federal, do outro o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), um contexto institucionalizado e de poder.

No campo da Cidade Estrutural, os objetivos foram os seguintes:

- a) identificar o perfil de letramento das idosas da Cidade Estrutural;
- b) apontar a representação que as idosas têm sobre suas vidas e sobre seus direitos;
- c) identificar as práticas sociais mais recorrentes que gerem o protagonismo social das idosas da Cidade Estrutural.

Para o campo do Tribunal Superior Eleitoral, traçamos os seguintes objetivos operacionais:

- a) identificar a importância da participação da mulher na 3ª idade na democracia brasileira;
- b) discutir com as idosas sobre o direito de votar e ser votado;
- c) fortalecer as vozes das idosas da Cidade Estrutural por meio de práticas sociais desenvolvidas em função das visitas guiadas ao Tribunal Superior Eleitoral.

Com o intuito de nortear a investigação e cumprir o objetivo geral firmado, algumas perguntas de pesquisas foram formuladas nos contextos em que se deram as práticas discursivas e os eventos de letramento. Escolhemos esses dois campos para operacionalizar nossas ações em virtude dos objetivos pretendidos. O primeiro campo é a Cidade Estrutural, uma das mais críticas e carentes do Distrito Federal (DF), também a que concentra a maior quantidade de idosos analfabetos. O outro campo de atuação, o TSE, foi escolhido em função do trabalho que se fez a respeito do fortalecimento da cidadania das mulheres idosas.

No campo da Cidade Estrutural, as questões de pesquisa foram:

- a) qual o perfil de letramento das idosas da Cidade Estrutural?
- b) qual a representação que as idosas têm de sua vida e de seus direitos?

- c) que práticas sociais podem promover o protagonismo social dessas idosas da Cidade Estrutural?

No campo do Tribunal Superior Eleitoral

- a) qual a importância da participação da mulher na 3ª idade na democracia brasileira?
 b) quais as representações discursivas têm essas idosas a respeito do direito de votar e ser votado?
 c) em que medida a participação dessas idosas na instituição que cuida da Justiça Eleitoral no Brasil pode se constituir num fortalecedor de suas vozes?

Para organizar os resultados, esta dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos, além das considerações finais. No primeiro capítulo, traço uma contextualização dos espaços paradoxais nos quais se deram a geração de dados, a Cidade Estrutural e o Tribunal Superior Eleitoral. Traço, ainda, uma discussão sobre o letramento e o analfabetismo na terceira idade em que apresento alguns dados sobre os idosos no Brasil e a preocupação mundial sobre o envelhecimento. Finalizo o referido capítulo com algumas considerações sobre a mulher na terceira idade.

No segundo capítulo, discuto os pressupostos teóricos basilares deste estudo, que se ancoram na Análise de Discurso Crítica (ADC) baseado principalmente em abordagens de Fairclough (2001[1992]; 2003) Chouliaraki e Fairclough (1999), bem como na Linguística Sistêmico Funcional (LSF), teoria da linguagem proposta por Halliday (1994) e ampliada por Halliday e Mathiessen (2004). Para tanto me acerco das três metafunções da linguagem, com ênfase, na gramática da experiência, a qual está associada à metafunção ideacional e finalizo este capítulo trazendo algumas considerações sobre gênero.

No terceiro capítulo, apresento os padrões éticos da pesquisa, assim como caracterizo a metodologia qualitativa (descritiva e interpretativa), o caminho escolhido para a geração dos dados. Traço algumas considerações sobre a etnografia na pesquisa em virtude de o trabalho aqui apresentado buscar uma adaptação próxima à etnografia. Aponto as ferramentas escolhidas para a entrada no campo e a relevância para a constituição do *corpus* deste trabalho. Caracterizo, ainda, o grupo focal com o qual trabalho nesta pesquisa, traçando a trajetória de construção do grupo desde o início do projeto em 2014.

No quarto capítulo, apresento o caminho das análises. Nesse sentido, delineio as veredas para uma relação dialógica textual nos dois ambientes em que se deram a geração dos dados aqui apresentados, a Cidade Estrutural (contexto de pobreza) e o Tribunal Superior Eleitoral (contexto institucional e de poder). Por meio de um fluxograma, o percurso pelo qual passou a pesquisa foi desenhado a fim de sintetizar os momentos das práticas sociais, bem como

das práticas discursivas nos dois ambientes, *locus*, desta pesquisa. Aponto, ainda, as diferentes técnicas utilizadas para a geração dos dados, bem como apresento o caminho da microanálise dos dados empíricos para conhecimento da gramática da experiência da vida das Marias, sem deixar de apresentar o perfil de José, uma exceção relevante para o grupo. Além disso, aponto o desenrolar das práticas discursivas nos dois contextos. A partir dos aportes teóricos ancorados na Análise de Discurso Crítica (ADC) e na Linguística Sistêmico Funcional (LSF), tracei uma análise para evidenciar tanto a interioridade da linguagem quanto a exterioridade nos discursos apresentados no estudo.

Por fim, nas considerações finais, trago reflexões que permearam todo o caminho da pesquisa, apontando os avanços de um trabalho com práticas discursivas transformadoras que se firmaram nos dois ambientes de geração de dados desta pesquisa. Além das conquistas alcançadas em função das escolhas teóricas e metodológicas para empreender este estudo, aponto os desafios que não são poucos para que o trabalho avance no sentido de melhorar a condição de vida das pessoas idosas e que ainda vivem em situação de vulnerabilidade social em função de vários aspectos, entre eles o analfabetismo. É de se considerar que embora a pesquisa termine, a vida social dos idosos da Estrutural, colaboradores desta pesquisa, continua.

CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

*“Nesse nosso mundo letrado
É preciso oportunizar
A quem teve o direito negado
Ao letramento para caminhar
Ao enveredar por este caminho
Não mais se estará sozinho
É a leitura a nos possibilitar”*

Edilan Kelma



Esta pesquisa se insere nos estudos desenvolvidos pelo Grupo Brasileiro de Estudos de Discurso, Pobreza e Identidades, o qual é parte integrante da Rede Latino-Americana de Estudos do Discurso (REDLAD), do Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O trabalho integra a segunda etapa do projeto intitulado “Meu nome, minha identidade: das práticas discursivas aos eventos de letramento voltados para adolescentes e idosos”, destinado a pessoas da terceira idade. Tanto a REDLAD quanto o referido projeto são coordenados pela Prof^ª. Dra. Denize Elena Garcia da Silva, da Universidade de Brasília (UnB). Conforme a pesquisadora, a segunda etapa configura-se como o corolário do tema central “meu nome, minha identidade”, uma vez que o escopo maior é dar voz a essa parcela da população que, sobretudo pela situação de pobreza e escassez de recursos básicos para sobrevivência, encontra-se à margem da sociedade.

O objetivo deste capítulo é apresentar uma contextualização do trabalho empreendido nesta pesquisa. Assim, começo em 1.1 indicando o caminho por mim percorrido até o trabalho atual, do entrelace da vivência na terceira idade com o meu grupo focal: da sala de aula à sala de aula. Em seguida, na seção 1.2, apresento as práticas discursivas empreendidas em prol do resgate da cidadania em contextos paradoxais: Cidade Estrutural *versus* Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na seção 1.3, apresento os desafios enfrentados pelo país em relação às políticas educacionais em: Letramento *versus* Analfabetismo na terceira idade. Em 1.4 traço um breve panorama sobre a mulher na terceira idade.

1.1 Da sala de aula à sala de aula: o percurso que se refaz

Comecei a ser professora ainda na infância, na escolinha, com os amigos, que à época, eram meus alunos. Das brincadeiras, essa era uma das mais recorrentes, talvez pela influência dos muitos professores que me cercavam. A mãe era professora, algumas tias

também, vizinhas eram professoras e para completar o ‘quadro escolar’, eu morava entre duas escolas, sendo uma delas, por muitas vezes, palco das brincadeiras em que dei meus primeiros passos na missão do ‘ensinar’.

O meu contato com o público da terceira idade vem de longa data. Na graduação, tive a oportunidade de fazer um projeto final voltado para o público idoso. Nessa época, escolhemos trabalhar com idosos de um dos asilos do Distrito Federal, localizado na cidade de Sobradinho. A princípio, pensamos em desenvolver atividades de escrita e leitura com esses idosos, mas, ao adentrarmos em campo, nos deparamos com uma diversidade de letramentos e de cultura, muitos deles, inclusive, tinham problemas relacionados à fala, o que dificultou nossa comunicação, e por esse motivo não conseguimos trabalhar o que inicialmente fora objetivado, visto que a inexperiência e o tempo que detinham as pesquisadoras, eu e outra colega, nos distanciavam do objetivo pretendido. Mas uma coisa era evidente no grupo, as identidades enfraquecidas e a ‘saudosidade’ latente. Conhecer as histórias de vida desses idosos que, por motivos diversos, chegaram ao referido abrigo e contá-las sob a ótica poética foi então nosso objetivo. Essas histórias foram reconfiguradas e por mim contadas em forma de poesia, vivência jamais esquecida. Embora tendo escrito essas histórias, a riqueza delas para mim, jamais pode ser dimensionada em palavras. Ao pensar nesse público, o idoso, os substantivos a florescer são os seguintes: carinho, bondade, amor, carência, proteção, entre outros que denotam, para mim, precisão.

O sonho de ser professora cresceu à medida que o tempo passava, mas os contextos em que eu ia me inserindo no decorrer dos anos me distanciaram um pouco da profissão de professora. Ao que eu pude retomar quando entrei para Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), como professora temporária por três anos. Neles, o exercício profissional se deu em escolas da periferia do Distrito Federal, sendo uma delas escola rural. A prática escolar desenvolvida durante esse período foi riquíssima, constituindo para mim um desvelar das práticas que deveriam fazer parte da minha vida. A construção da minha identidade como professora foi fortalecida por cursos que fiz ao longo desses anos na Secretaria. O primeiro deles, ‘*Alfabetização e Linguagem*’, ofertado pela EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação) e o segundo *Gestar II*.¹ Experimentei, durante esse período em sala de aula, situações desafiadoras que me impulsionaram a descobrir e a buscar práticas transformadoras que atendessem à realidade dos alunos que ali estavam, muitos deles fora da

¹ Programa de Gestão de Aprendizagem Escolar. Curso de formação continuada aos professores de língua portuguesa e matemática da rede pública de ensino ofertado pela EAPE – Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação.

idade escolar, outros com algum tipo de necessidade especial, alguns, inclusive, em liberdade assistida e tantos outros, que eu sabia, precisavam de atenção especial para que se sentissem incluídos na sala de aula, na escola, por fim, na vida.

Uma pausa no exercício do magistério foi dada, pois, ao término do terceiro ano em sala de aula na SEDF, tive de assumir um cargo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no final de 2010. No cargo atual, trabalho com revisão de textos, nele pude desenvolver muitos trabalhos das especializações, por mim feitas, relacionando-os ao contexto jurídico, especificamente o da Justiça Eleitoral. Essa que, também, é hoje um dos campos dos quais operacionalizei ações para as práticas discursivas da presente pesquisa, da Estrutural ao Tribunal da Democracia, vencendo o analfabetismo com vistas ao fortalecimento da cidadania.

Minha primeira matéria no mestrado na UnB foi ‘Letramento como prática social’, ainda como aluna especial. Naquela ocasião, em uma das apresentações de seminário tive contato com um trabalho sobre letramento de idosos – Narrativas sobre histórias de vidas – que viviam em situação de exclusão social, todos moradores da Cidade Estrutural. Tratava-se de idosos que viviam nessa cidade, que fica à margem da sociedade, silenciados ou, praticamente, invisíveis. A apresentação foi marcante, porque as histórias assim eram e o encanto aconteceu. Dessa vez, eu não tinha escrito os poemas sobre esses idosos, mas o que me saltou aos olhos ali foram poesias. Eu quis conhecê-los, as vidas, as histórias, a poesia, quem sabe escrevê-las, ou reescrevê-las, que fosse.

Diante desse contexto, me propus a fazer meu projeto de pesquisa sobre idosos em situação de exclusão social, ou seja, o mesmo público do trabalho ora apresentado. O referido projeto de tese me abriu espaço e me permitiu hoje, com uma nova leitura, trabalhar com esses idosos em um grupo focal. Em virtude da quantidade de mulheres presentes em sala de aula em detrimento de homens, apenas um, o enfoque será dado ao gênero feminino. No entanto, a história de vida do único idoso em sala de aula me permitirá trabalhar a exceção. O grupo começou com 10 idosos, mas hoje já conta com cerca de 20 alunos.

O grupo tem se tornado cada vez mais coeso, permitindo, assim, que as atividades em grupo tenham o alcance desejado para as práticas que desejamos implementar, uma educação transformadora com vistas ao resgate da cidadania. O retorno à sala de aula, nesse contexto, tem sido enriquecedor, pois nele, estamos construindo conjuntamente com esse grupo focal, idosos da Estrutural, práticas educativas inovadoras – privilegiando as suas necessidades específicas e valorizando as suas experiências de vida – para inclusão desses idosos, pois, apesar de todos terem direito à educação, sabemos não haver políticas públicas para educação dessa categoria.

1.2 Resgate da cidadania em contextos paradoxais: Estrutural X Tribunal Superior Eleitoral

Esta pesquisa é relevante por seu caráter científico, crítico e social, uma vez que busca, por meio do suporte teórico da ADC, estudar desde uma perspectiva linguístico-discursiva, práticas sociais de um grupo espoliado pela sociedade a fim de elencar práticas transformadoras que incluam esses idosos no mundo letrado, fortalecendo suas identidades por meio do resgate da cidadania. A escolaridade dos idosos brasileiros ainda é considerada baixa, pois, segundo o IBGE, do total de analfabetos no país, a maior porcentagem está entre os idosos, 26,3% dos idosos brasileiros não são alfabetizados. A quantidade de mulheres idosas analfabetas é de 27,4% e de homens é de 24,9%.

Sabemos que a sociedade é negligente com os idosos e a família, muitas vezes, os repele da convivência. Nessa perspectiva, a quantidade de mulheres idosas é bem maior que a de homens, também estão elas em maior número no índice de analfabetismo entre os idosos. Assim, dentro do contexto da nossa pesquisa, Cidade Estrutural, é possível tal confirmação, pois dos idosos que procuram o projeto, a maioria é mulher.

Pretendemos, assim, ao trabalhar as representações discursivas e as práticas de letramento numa comunidade socialmente desfavorecida, entender como se dá o funcionamento da linguagem nesse grupo. Desse modo, desvelamos as lacunas encontradas e permitimos uma intervenção nessa realidade por meio de atividades de letramento que facilitem a inclusão dessas idosas no mundo letrado a fim de ter as necessidades por elas elencadas atendidas. A exemplo disso, o acesso à leitura para a independência do ir e vir, isso porque as idosas dependem de ônibus e a leitura das placas as torna independentes, haja vista as inúmeras adversidades já enfrentadas quando da não leitura do mundo que as cerca.

Nessa perspectiva, foi possível fazer uma pesquisa e contribuir para uma prática social transformadora que atendesse ao propósito dessas idosas. A Cidade Estrutural está localizada às margens da DF-095, em área privilegiada, próximo ao Cruzeiro, Setor de Indústria e Abastecimento e Plano Piloto, entre o Parque Nacional de Brasília, via Estrutural e o Córrego Cabeceira do Valo. A cidade tem uma área de 154 hectares e é considerada uma das mais críticas e pobres do Distrito Federal por suas condições: uma cidade que nasceu às margens de um lixão. A denominada “Invasão da Estrutural” remonta ao início da década de 70, com a fixação de moradias precárias (barracos), por catadores de lixo que sobreviviam dos resíduos depositados no aterro. (MELLO, 2011).

Por meio da investigação social das práticas discursivas e das identidades sociais desse grupo de idosas, é possível desenvolver atividades de letramento que criem aprendizagens significativas que abarquem conteúdos fundamentais à inserção social do grupo. Isso constitui um dos grandes desafios para a educação de idosos.

Dessa forma, esta pesquisa busca contribuir com ações que ajudem na promoção de práticas de letramento junto a pessoas idosas com um trabalho que tenha como objetivo valorizar a experiência e a vivência dessa faixa etária, iniciando um processo de letramento que as levará a se inserirem no mundo letrado, podendo elas desenvolverem sua autonomia e terem suas identidades fortalecidas, resgatando sua cidadania. O objetivo central é investigar as representações discursivas presentes no letramento de idosas em situação de exclusão social com vistas a desenvolver práticas sociais que atendam ao propósito da comunidade pesquisada e ao resgate de suas cidadanias. Em condições propícias, o que se pretende é mostrar caminhos para uma educação inclusiva que as coloque como protagonistas de suas histórias e para que tenham voz nas mais diversas interações sociais.

Norteadas pelas perguntas de pesquisa, nosso propósito se constituiu em dois passos distintos. O primeiro foi desenvolver práticas discursivas de letramento em sala de aula que atendessem às necessidades da comunidade. O segundo passo diz respeito às visitas guiadas que o grupo de idosas fez ao TSE. Como um dos enfoques deste estudo é o fortalecimento da cidadania, objetivamos, então, nesta pesquisa, construir juntamente com essas idosas, conceitos que fortaleçam suas identidades, como: a importância do voto, do representante político, do papel da mulher na democracia, sobretudo, das mulheres idosas. Para isso, levamos as idosas desse grupo para duas visitas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Dentro dessa perspectiva, a busca por práticas sociais que extrapolassem a sala de aula, nos permitiu contribuir para o objetivo aqui pretendido: o resgate da cidadania, sobretudo porque o lugar escolhido para as visitas foi o Tribunal Superior Eleitoral, também conhecido como Tribunal da Democracia. Ao colocá-las em contato com outras leituras de mundo, bem como com o contexto do órgão essencial para a operação da democracia brasileira favorecemos a inclusão socio-político-econômica dessas idosas. Nosso objetivo também foi contribuir para a diminuição dos problemas por elas enfrentados, esses que envolvem o uso da linguagem, seja ela escrita ou falada.

Por meio das visitas, buscamos outras formas de conectar vozes nesse espaço. A primeira visita foi feita ao Museu do Voto e a segunda à Exposição “85 anos do voto feminino no Brasil” com o fim de oportunizar às idosas a inclusão no ambiente em que opera a Justiça Eleitoral no Brasil, o Tribunal da Democracia. Assim, ao discutirmos conjuntamente com as

idosas a importância do exercício do voto, o papel da mulher na democracia brasileira, bem como as conquistas femininas na política, abrimos caminhos para o fortalecimento de suas identidades e em consequência, o resgate de cidadania.

Sobre Cidadania, afirma Cerqueiro Filho (1993, p. 8), a questão no Brasil ainda implica a construção dos cidadãos enquanto uma experiência coletiva de participação social e consciência dos direitos e deveres, mas também enquanto construção de canais de aprendizagem que alcancem o patamar de decisão.

Os sujeitos deste trabalho estão inseridos em um grupo da sociedade que não tem a obrigatoriedade do voto, primeiro por serem ainda consideradas analfabetas e algumas, ainda, por já terem mais de 70 anos de idade. Para elas, portanto, o voto é opcional. Em sala de aula, após as visitas, começamos com as impressões que elas tiveram sobre a exposição ao Museu do Voto para, a partir da memória e da experiência de vida de cada uma delas, o debate se desenvolver em torno de três grandes eixos norteadores: voto, participação política e construção conjunta de um conceito de cidadania. Além disso, a importância da figura da mulher no contexto da democracia brasileira, das lutas femininas para a conquista do direito ao voto e ainda sobre a relação que elas conseguiram fazer de suas vidas com as mulheres que lutaram para terem seus direitos alcançados.

Nessa perspectiva, este trabalho justifica-se pela necessidade de fortalecer as vozes desse grupo de idosas, contribuindo para a identidade social de cada uma delas nos espaços em que estão inseridas, bem como nos contextos em que se realiza esta pesquisa. Segundo pesquisa feita pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal e realizada pelo Programa Providência de Elevação da Renda Familiar na Cidade Estrutural, não é claro para todas as pessoas, particularmente, as pessoas idosas, que elas possuem cidadania, e que existem leis que lhe atribui direitos que devem ser respeitados. Espera-se que, assim, se efetive o que preconiza o Estatuto do Idoso brasileiro ao estabelecer como garantia o direito à vida, à saúde, à educação, à cidadania, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

1.3 Letramento X Analfabetismo na Terceira Idade

Com o aumento da longevidade humana, e como consequência, com a população envelhecida, é preciso criar mecanismos que deem qualidade e autonomia a pessoas idosas. Esse aumento tem se tornado um desafio para as políticas sociais, pois essa população necessita de políticas públicas específicas. Esse grupo da sociedade, principalmente aquele com menor poder aquisitivo e baixo nível de escolaridade, tende a estar mais suscetível às situações de

vulnerabilidade e aos fatores negativos da sociedade, como exclusão, violência, abandono e pouco acesso à informação.

Segundo Petri (1991, p. 21), a despeito do aumento de expectativa de vida do brasileiro, longe de os idosos merecerem maior atenção da comunidade, o que se nota é que a idade vem constituindo-se, cada vez mais num fator crescente de discriminação. Diante desse contexto, prossegue o autor

[...] os idosos são discriminados simplesmente em função da idade. Um homem, ao atingir essa fase da vida, passa por um processo de transformação em relação à sua imagem no meio em que vive. Perde sua própria identidade: um velho, perante a sociedade e o grupo de jovens, não tem mais nome nem profissão (PETRI, 1991, p. 21).

Para o referido autor (PETRI, 1991, p. 15), as condições sociais em que os idosos vivem na sociedade contemporânea (pelo menos nas grandes cidades) permitem-nos caracterizá-los como um “grupo de minoria”, sujeito a um tratamento estigmatizado por parte da comunidade, a ponto de não conseguirem mais definir um papel social que lhes permita preservar a própria imagem social. Esse conflito com o meio ambiente tem suas consequências na comunicação linguística dos idosos, com marcos específicos no nível prosódico, léxico, sintático e, principalmente, discursivo ou conversacional.

O Distrito Federal, contexto da nossa pesquisa, por ser uma região muito jovem, com pouco mais de 50 anos, tem a maioria dos idosos que nele residem, oriunda de outras cidades e regiões, percentual que representa 99% da população total de idosos. Alguns já eram residentes em municípios como Luziânia, Planaltina e Formosa, mas a maioria desses idosos que migrou para o Distrito Federal é nativo da Região Nordeste, o que equivale a um percentual de 50,4%, seguido da Região Sudeste com 31,9%, conforme dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal. (CODEPLAN, 2013).

Segundo o primeiro estudo elaborado pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, a Codeplan – com base no Senso de 2010, divulgado em setembro de 2012, pôde-se observar que o número de idosos em situação de risco no DF também cresce proporcionalmente. Tal grupo apresenta alto índice de não alfabetizados - 13,27% da população -, sendo 21,94% na faixa etária de 80 anos ou mais. Na Cidade Estrutural, esse índice alcança 30% da população idosa. Muitos desses idosos migraram para a Capital Federal, em sua fase de construção, em busca de um sonho, e se instalaram por aqui.

Para Soares (2012), o analfabeto não pode exercer em toda plenitude os seus direitos de cidadão, é aquele que a sociedade marginaliza, é aquele que não tem acesso aos bens

culturais de sociedades letradas. Nesse sentido, as práticas de letramento seriam uma via facilitadora dessas conquistas, tendo em vista ser a linguagem o meio com o qual nos relacionamos com o mundo, com o outro e com nós mesmos. É por meio da linguagem, muito mais do que um veículo de informação, que se dá o resgate do homem como um ser social, histórico e cultural.

Os estudos sobre o letramento chegaram ao campo da Educação e das Ciências Linguísticas recentemente. É na segunda metade dos anos 80 que ele surge no discurso dos especialistas dessas áreas. O surgimento recente dessa nova palavra, como bem pontua Soares (2012), se dá em função de terem vindo à tona novos fatos, novas ideias, novas maneiras de compreender os fenômenos relacionados ao aprendizado. Para essa nova realidade social, segundo a autora, não basta apenas que saibamos ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, bem como saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente.

Oportuno lembrar que os analfabetos já foram excluídos, inclusive, do direito de voto, esse considerado por muitos autores como o primeiro passo para o exercício da cidadania. Tal fato se deu com a Lei Saraiva, promulgada pelo Decreto Imperial nº 3.029, de 09 de janeiro de 1881. Ela iniciou, segundo Aleixo e Kramer (2012, p. 138), um processo de marginalização cívico-política dos analfabetos que se completaria depois da proclamação da República. O inciso II do art.8º da citada lei rezava que, para ser incluído no alistamento, o cidadão deveria comprovar saber “ler e escrever”; logo a seguir, o parágrafo 1º esclarecia que essa comprovação seria “feita [...] pela letra e assinatura do cidadão”, desde que ambas fossem reconhecidas “por tabelião”, no requerimento destinado à inclusão em lista de eleitores. Num momento em que o Brasil era composto em sua maioria por analfabetos, conforme esclarecem os autores, a revisão do alistamento eleitoral, à época, teve apenas 1,5% da população, considerado o menor eleitorado de que se tem conhecimento.

Sugerem Aleixo e Kramer (2012), ainda, que algumas vozes de grandes autoridades se levantaram em defesa dos direitos dos analfabetos, entre eles, destaca-se o Deputado Liberal paulista José Bonifácio de Andrada e Silva (1827-1886) que, em uma de suas passagens, aduz:

O cego vota e não pode ler as atas eleitorais; o surdo vota e não pode ouvir os protestos à boca das urnas; o pródigo vota e não pode administrar sua fortuna; por mais firme que seja o seu caráter, por mais digno que seja o seu procedimento, não pode votar!

É verdade que nem os criminosos condenados por certos crimes foram excluídos pela reforma, e, no entanto, alguns se podem considerar analfabetos de consciência. Estes são os mais perigosos em uma sociedade bem organizada.

Com pena para forçar os descuidados a aprender o que não sabem, é desigual, injusta e contrária a seus fins, porque tira aos excluídos a grande escola do voto, com razão preconizada pelos abalizados publicistas. (BONIFÁCIO O MOÇO, 1978, p.149-150 apud ALEIXO; KRAMER, 2012 p. 141)

A reparação a essa injustiça somente foi feita na Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã, como bem ponderam os autores, uma vez que essa constituição trouxe em seu bojo artigos que contemplam a garantia da educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. É o que se pode ver em seu art. 214, ao estabelecer que: “o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação [...] que conduza, entre outras ações, à *erradicação do analfabetismo*;” [...]

Vale lembrar que, segundo o IBGE, os idosos constituem o maior número de analfabetos no Brasil, o referido Instituto afirma ser o nível educacional um dos indicadores na caracterização do perfil socioeconômico da população. No caso da população idosa, o indicador de alfabetização é considerado um termômetro das políticas educacionais brasileiras do passado. Nas décadas de 1930 até, pelo menos, os anos 1950, o ensino ainda era restrito a segmentos sociais específicos. Nessa medida, o baixo índice da escolaridade média dessa população é um reflexo desse acesso desigual.

1.4 A mulher na terceira idade

Segundo o IBGE (2010), a população de idosos representa um contingente de quase 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade (8,6 % da população brasileira). As mulheres são maioria, 8,9 milhões (62,4%), elas vivem oito anos a mais que os homens. As diferenças de expectativa de vida entre os sexos mostram: em 1991, as mulheres correspondiam a 54 % da população de idosos; em 2000, passaram para 55,1 %. Portanto, em 2000, para cada 100 mulheres idosas havia 81,6, homens idosos. Outra conclusão do estudo diz que residir na cidade pode beneficiar a idosa, especialmente aquela que é viúva, por causa da proximidade com seus filhos, dos serviços especializados de saúde e de outros facilitadores do cotidiano.

Segundo o estudo, 62,4% dos idosos são responsáveis pelos domicílios; desse total, 37,6% dos responsáveis idosos são do sexo feminino. O estudo destaca também que entre os domicílios sob responsabilidade de idosos, os domicílios unipessoais, isto é, aqueles com apenas um morador, totalizavam em 2000, 1.603,883 unidades, representando 17,9% do total. O texto chama a atenção para a elevada proporção de mulheres idosas que moravam só, em 2000, cerca de 67%.

Em relação à educação, os homens continuam sendo, proporcionalmente, mais alfabetizados do que as mulheres (67,7% contra 62,6%, respectivamente), já que até os anos 60 tinham mais acesso à escola do que as mulheres. Segundo Miller e Guthrie (2015, p. 48), as mulheres são também as que menos têm chances de educação, por causa da teoria de que as garotas vão apenas ficar grávidas, ter filhos e tomar conta da casa, talvez por causa disso 60 % das crianças, no mundo, que estão fora da escola são meninas. Em torno de 66% dos 880 milhões de adultos analfabetos do mundo são mulheres.

Uma das preocupações com o envelhecimento populacional, em especial, o feminino, para Camarano (2003), decorre do fato de se encarar esse contingente como dependente e vulnerável não só do ponto de vista econômico, como também de debilidades físicas, o que pode acarretar perda de autonomia e incapacidade para lidar com as atividades do cotidiano. Fala-se aqui de mulheres que estão no seu último estágio da vida, o qual é associado com a retirada da atividade econômica, com taxas crescentes de morbidade, principalmente por doenças crônicas, de mudanças na aparência física, além do aparecimento de novos papéis sociais, como o de ser avós ou chefes de família, em decorrência da viuvez.

De acordo com Lyon-Sherlock (*in* CAMARANO, 2003), mesmo que a velhice não seja universalmente feminina, elas possuem uma maior probabilidade de ficarem viúvas e em situação socioeconômica desvantajosa. Em seu trabalho, Camarano (2003) alerta que a predominância da população feminina entre os idosos é resultado da maior mortalidade masculina. Essa predominância tem repercussões importantes nas demandas políticas públicas, pois se acredita que a maioria dessas mulheres atualmente seja viúva, sem experiência de trabalho no mercado formal, menos educada etc., além de experimentar piores condições de saúde.

1.5 Algumas considerações

Após identificarmos o aspecto problemático da situação em que vivem os idosos no país, sobretudo os sujeitos desta pesquisa, mulheres, a maioria negra, muitas sem renda e analfabetas, é possível dizer de uma vivência em situação de injustiça marcada sobretudo pela pobreza, invisibilidade e abandono. Essa falta de coesão social nos mostra a ruptura de valores com que somos assolados neste país: aqueles que merecem tanto nossos cuidados são relegados a segundo plano, ou muitas vezes, postos fora de qualquer plano, pelo menos na prática.

É objetivo nosso superar os obstáculos por meio de práticas transformadoras. Por isso, delineada a conjuntura, é possível lançar mão de metodologias que atendam aos objetivos

pretendidos nesta pesquisa: a superação do analfabetismo, com uma proposta que vai além do ensino das letras, pois abre caminhos para o resgate da cidadania.

É importante para essas idosas o aprendizado da leitura e da escrita, bem como aprender a falar sobre seus direitos para terem sua cidadania resgatada para levantar problemas contextuais e assim propor soluções. É possível repensar uma educação, tendo como pressupostos, mudanças e uma formação crítica para essas idosas, pois sabemos que os idosos apresentam necessidades e vivências diferentes de outras faixas etárias. Ademais, a educação é direito de todo cidadão.

Tendo em vista essas questões que foram levantadas, é preciso criar mecanismos facilitadores que garantam ao idoso em situação de vulnerabilidade uma vida de qualidade e autonomia, seu lugar na sociedade e principalmente a sua cidadania. Portanto, conhecer o contexto cultural da Cidade Estrutural se faz necessário para identificar os diferentes letramentos dos quais eles se utilizam.

CAPÍTULO 2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS



capítulo ora apresentado ancora-se nos pressupostos da Análise de Discurso Crítica (ADC), baseado principalmente em abordagens de Fairclough (2001[1992]; 2003) Chouliaraki e Fairclough (1999), bem como na Linguística Sistêmico Funcional (LSF), teoria da linguagem proposta por Halliday (1994) e ampliada por Halliday e Mathiessen (2004). Delineio, assim, a perspectiva teórica que me permitirá contribuir com o enlace inicial da pesquisa no presente estudo, ou seja, a Análise de Discurso Crítica e a Linguística Sistêmico-Funcional, uma vez que é através de cada uma que posso examinar a dimensão da exterioridade da linguagem (discurso), paralelo à interioridade do sistema linguístico (estrutura). Na seção 2.1, trago um breve histórico da constituição da ADC como uma proposta para a análise crítica da linguagem, dimensão que faz da língua um contrato social, como sugere Silva (2009a). Em 2.1.1 discuto estudos do discurso críticos, paralelos a outras correntes não críticas. Apresento em 2.1.2 um breve histórico sobre a proposta de uma Teoria Social do Discurso. Em 2.1.3 trago algumas considerações sobre o texto e suas significações. Na seção 2.2 teço algumas considerações sobre Discurso e Poder na perspectiva de Van Dijk. Na seção 2.3, apresento alguns pressupostos teóricos da Linguístico-Sistêmico Funcional de base hallidayana. Em 2.3.1 apresento o Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005). Na seção 2.4, discuto gênero sob uma perspectiva social com base em Louro (1997).

2.1 Análise de Discurso Crítica (ADC): uma proposta para análise crítica da linguagem

A Análise de Discurso Crítica (ADC) faz parte da ciência social crítica, tendo como comprometimento oferecer suporte científico para questionamentos sociais relacionados a poder e a justiça. É Fairclough (2001) que, instigado pela não existência de um método de análise linguística que fosse tanto teoricamente adequado como viável na prática, objetivou desenvolver uma abordagem de análise linguística que possibilitasse contribuir com essa lacuna. Em sua obra *Discurso e Mudança Social*, o autor propõe o uso da análise linguística como um método importante para estudar a mudança social. Disserta sobre o novo olhar que as outras ciências passaram a dar para a linguagem. O que equivale a uma “virada linguística na teoria social, cujo resultado é um papel mais central conferido à linguagem nos fenômenos sociais.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 20).

Para Fairclough (2001), não é fácil conceituar discurso, principalmente por causa das tantas definições conflitantes e sobrepostas, formuladas de várias perspectivas teóricas e disciplinares. Assim, para o autor, os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles a constroem ou “constituem”, por isso diferentes discursos constituem entidades-chave (sejam elas ‘doença’ mental, a ‘cidadania’ ou o ‘letramento’) de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, como médicos ou pacientes), e esses feitos sociais do discurso são focalizados na análise do discurso.

A Análise de Discurso Crítica (ADC) está sempre em relação dialética com outros momentos, uma vez que os discursos não são só moldados pelas estruturas sociais, mas eles também moldam essa estrutura. Por isso, Fairclough (2001) conclui que o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. Assim, temos que o discurso não é uma realização individual do sistema linguístico. A ADC, então, estuda as interações sociais a partir da análise de textos, buscando sempre a relação do elemento linguístico com o elemento social. Tendo seu foco na mudança social a partir da mudança discursiva, se ocupa dos problemas sociais, dessa forma, essas mudanças não envolvem apenas a linguagem, mas são constituídas de modo significativo por mudanças nas práticas de linguagem.

Fairclough (2001) propõe a análise de usos diversos da linguagem através da perspectiva de gênero discursivo, considerando-o como prática social. Enquanto aparato teórico-metodológico, concebe gênero discursivo como regulação da interação social: “Gênero é um conjunto estável de convenções que está associado com e desempenha um tipo de atividade ratificado socialmente” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 126).

Prova disso, é o que diz Bakhtin (1997), declarando que a própria materialidade linguística traz em seu cerne a ideologia e, em decorrência desse pressuposto, a linguagem não pode ser apartada das formas concretas de interação social, ou seja, a comunicação não pode ser separada de sua base material: envolve sujeitos reais em contextos reais que se relacionam no interior de uma cultura e de um panorama sócio-político e econômico particular.

Fairclough (2001, p. 27) propõe uma abordagem tridimensional que permite avaliar as relações entre mudança discursiva e social e relacionar sistematicamente propriedades detalhadas de textos às propriedades sociais de eventos discursivos como instâncias de prática social. Para o autor, um bom ponto de partida é a teoria sistêmica da linguagem (HALLIDAY, 1978) que considera a linguagem multifuncional e considera que os textos simultaneamente representam a realidade, ordenam as relações sociais e estabelecem identidades. Essa teoria de

linguagem pode ter aplicações úteis quando combinada à ênfase nas propriedades socialmente construtivas do discurso nas abordagens socioteóricas do discurso, como a de Foucault.

2.1.1 Sobre as abordagens na ADC

Em sua obra, traduzida para o português, Fairclough (2001) elenca abordagens que combinam análise detalhada de textos com uma orientação social para o discurso. Segundo ele, as abordagens podem ser ‘críticas’ e ‘não-críticas’. Embora não sendo essa divisão absoluta, Fairclough assim descreve:

As abordagens críticas diferem das abordagens não-críticas não apenas na descrição das práticas discursivas, mas também ao mostrarem como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente para os participantes do discurso. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 31).

As abordagens classificadas pelo autor como não críticas são: os pressupostos para a descrição do discurso em sala de aula, de Sinclair e Coulthard (1975); o trabalho etnometodológico da ‘análise da conversação’; o modelo de discurso terapêutico de Labov e Fanshel (1977); e uma abordagem da análise de discurso desenvolvida pelos psicólogos sociais Potter e Wetherell (1987). As abordagens críticas pelo autor incluídas foram: a ‘linguística crítica’, de Fowler et al (1979), e a abordagem francesa da análise de discurso desenvolvida com base na teoria de Althusser por Pêcheux (1982) (FAIRCLOUGH, 2001, p. 31).

Com respeito à linguística crítica, é relevante destacar que seu desenvolvimento se deu por um grupo de estudo da Universidade de East Anglia na década de 1970 (FOWLER et al, 1979; KRESS; HODGE, 1979). Eles tentaram casar um método de análise linguística textual com uma teoria social do funcionamento da linguagem em processos políticos e ideológicos recorrendo à teoria linguística funcionalista desenvolvida por Michel Halliday (1978, 1985) e conhecida como “Linguística Sistêmica.” Contra a corrente linguística anteriormente adotada, a linguística crítica por meio de Halliday afirma que “a linguagem é como é por causa de sua função na estrutura social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 47).

2.1.2 Discurso como prática social

A ADC concebe a linguagem como um dos estratos do mundo. O ‘estrato semiótico’, com seus mecanismos e poderes gerativos, mantém relações simultâneas e

transformacionais com os demais estratos (social, físico, químico, biológico etc.), de modo que internaliza trações de outros estratos, assim como tem efeito sobre eles. Tal compreensão de mundo fundamenta a ideia de que a linguagem tem efeitos nas práticas e eventos sociais. Para Ramalho e Resende,

Em ADC, o discurso é socialmente constitutivo e constituído socialmente. A relação linguagem-sociedade é interna. O discurso tem três principais maneiras simultâneas e dialéticas: para agir e interagir, para representar aspectos do mundo e para identificar a nós mesmos/as e a outros/as. Como lembram Ramalho e Resende (2011), práticas sociais são maneiras recorrentes, situadas temporal e espacialmente, pelas quais as pessoas interagem no mundo. Assim, elas informam que nas práticas sociais cotidianas, utilizamos o discurso de três principais maneiras simultâneas e dialéticas: para agir e interagir, para representar aspectos (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 43).

Enfatiza Silva (2008) que a ADC se caracteriza como uma forma de pesquisa social e, como tal, equivale a uma prática teórica crítica, principalmente porque leva em conta a premissa de que situações opressoras podem ser mudadas, uma vez que decorrem de criações sociais possíveis de serem transformadas socialmente. Dessa forma, a autora enfatiza que, no cerne da proposta da ADC, encontra-se incentivo para estudos cujos resultados permitam mitigar os efeitos maléficos ou, em condições propícias, eliminá-los.

Complementa Dias (2011) que a Análise de Discurso Crítica consiste em uma abordagem científica transdisciplinar para estudos críticos da linguagem como prática social. O discurso não representa simplesmente a linguagem em uso, vai além, pois está tanto nas relações quanto nos processos sociais, no sistema de valores e crenças, na constituição das identidades dos sujeitos sociais que interagem na atividade material concreta, sob a forma verbal ou não verbal. De acordo com a autora, o discurso não é simplesmente uma forma de prática social, mas é considerado como elemento semiótico das práticas sociais, incluindo não só a linguagem, como também a comunicação “para-verbal” (expressões faciais, movimentos do corpo, os gestos, bem como as imagens visuais).

As linguistas acima destacadas enfatizam a necessidade de uma análise crítica diante dessa nova fase da vida social, e como já mencionado, anteriormente, destacam qual é o lugar da ADC nessa análise. A motivação primeira da ciência crítica social, na visão do denominado “grupo de Brasília”, é contribuir para a consciência de processos de mudança, e a

ADC se apresenta, nessa linha, como diferencial das outras práticas teóricas críticas, pois tem, como ênfase, a linguagem.²

Para o presente estudo, é relevante o caráter transdisciplinar na ADC, pois se relaciona com os momentos/elementos da prática social e com outros aspectos/conceitos/ideias que nos permitem um trabalho. Os conceitos de articulação e internalização se dão no âmbito da transdisciplinaridade, das redes de práticas, das relações entre práticas entre os elementos e dentro do discurso. Segundo Ramalho e Resende (2011), cada momento internaliza todos os outros, para que o discurso seja uma forma de poder, um modo de formação de crenças, valores, desejos e instituição, um modo social de se relacionar com uma prática material. Por outro lado, poder, relações sociais, práticas materiais, instituições, crenças, são, em parte, discurso.

Explica Fairclough (2001) que existe uma relação dialética entre os elementos das práticas sociais, o que podemos compreender como a interiorização de uns por outros, sem que haja redução entre eles. A Teoria Crítica do Discurso é transdisciplinar uma vez situada na ciência social crítica estudamos o discurso como um dos momentos das práticas sociais, relacionando-se dialeticamente com os outros, por exemplo, as instituições. De acordo com Fairclough (2001), as práticas sociais constituem um ponto de conexão entre estruturas abstratas, seus mecanismos e eventos concretos entre a sociedade e as pessoas que nela vivem. Sabemos que determinada prática reúne diferentes elementos específicos da vida.

Ao serem, então, reunidos numa prática específica, pode-se reconhecer momentos de uma prática específica e, conforme sugerido por Harvey (1996), ver cada momento como internalizando o outro sem que seja redutível a ele. A articulação está justamente na união de elementos do social como momentos de uma prática, e as relações e internalização entre eles. Implica ainda a visão dos elementos do social na mudança das relações com os outros elementos em relativa permanência ou em tensões de mudança.

2.1.3 O texto e suas significações

Com base nas metafunções da linguagem propostas por Halliday (1994), Fairclough (2003, p. 33) sugere que a linguagem pode ser vista como: Ação, Representação e Identificação. Explica Fairclough que a representação corresponde à função ‘ideacional’ de Halliday; Ação aproxima-se de sua função ‘interpessoal’, embora a ênfase maior seja no texto como modo de

² Conforme registro em Silva (2012, p. 226), a *Critical Discourse Analysis* (CDA) floresce na Europa e chega ao Brasil, em 1993, pelo trabalho pioneiro de Izabel Magalhães, na Universidade de Brasília (UnB), com a sigla de ADC, o que marca a entrada do “grupo de Brasília” no cenário dos estudos do discurso.

(inter)agir em eventos sociais, e possa ser visto como que incorporando Relação (representando relações sociais). Sempre de acordo com as explicações de Fairclough (2003), Halliday não diferencia uma função separada para identificação – a maior parte do que o próprio Fairclough inclui como Identificação está na função ‘interpessoal’ de Halliday. Fairclough não faz distinção de uma função ‘textual’, uma vez que ele considera já o texto como uma forma de ação. Assim, também segundo o autor, é possível ver Ação, Representação e Identificação simultaneamente em textos inteiros e em pequenas partes de textos. Segundo Fairclough (2003), focalizar a análise de texto na interação de Ação, Representação e Identificação traz uma perspectiva social para o âmago do texto, para o seu mais afinado detalhe.

Há, pois, uma correspondência entre Ação e gêneros, Representação e discursos, Identificação e estilos. Gêneros, discursos e estilos são, na ordem, meios relativamente estáveis e duráveis de agir, representar e identificar. São tidos como elementos de ordens de discursos no nível da prática social. Assim, explica Fairclough (2003) que, ao analisarmos textos específicos como parte de eventos específicos, estamos realizando duas tarefas interconexas: (a) olhando-o em termos dos três aspectos do significado: Ação, Representação e Identificação e como são realizados, nos diferentes traços de textos (tais como vocabulários e gramática, além de outros traços na dimensão da exterioridade da linguagem que nos permitem identificar gêneros, discursos e estilos e a maneira como esses três elementos discursivos se articulam em um dado texto. A propósito, é Fairclough (2003) quem sugere que qualquer ato linguístico constitui um texto, estando compreendidos desde textos escritos – jornais, livros publicados, entre outros – ou textos orais – falas, aulas, programas de televisão, entre outros – até textos multimodais, em que se utilizam diferentes modalidades de linguagem (oral, escrita, sonora, imagética etc.) para sua composição.

Enfatiza o referido autor que há uma correspondência entre Ação e gêneros, Representação e discursos, Identificação e estilos. Gêneros, discursos e estilos são, na ordem, meios relativamente estáveis e duráveis de agir, representar e identificar. São tidos como elementos de ordens de discurso no nível da prática social.

Segundo Fairclough (2003), os discursos são como modos de representar aspectos do mundo – processos, relações e estruturas do mundo material, “o mundo mental” dos pensamentos, sentimentos, crenças e assim por diante, e o mundo social. Para o autor, aspectos particulares do mundo devem ser representados diferentemente; assim, nós estamos geralmente na posição de ter de considerar a relação entre diferentes discursos. Para o autor, aspectos particulares do mundo devem ser representados diferentemente;

assim, nós estamos geralmente na posição de ter de considerar a relação entre diferentes discursos. Diferentes discursos são diferentes perspectivas do mundo, e elas estão associadas às diferentes relações que as pessoas têm com o mundo, que, por seu turno, dependem de suas posições no mundo, suas identidades sociais e pessoais, e das relações sociais com outras pessoas. Discursos não apenas representam o mundo como ele é (ou melhor como ele é visto), eles são também projetivos, imaginários, representando mundos possíveis que são diferentes do mundo real, e inseridos em projetos de mudar o mundo em direções particulares. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 154)

Segundo o autor, podemos analisar os textos sob uma perspectiva representacional, ou seja, quais elementos dos eventos estão incluídos na representação desses eventos, quais deles estão excluídos e quais é dada maior importância. Ao invés de analisá-lo partindo da comparação da verdade sobre um determinado evento com o modo de representação do mesmo em textos específicos (o que poderia levantar questionamento acerca da maneira com a qual estabelece uma verdade, independentemente das representações particulares), pode-se fazê-lo partindo da comparação entre as diferentes representações dos mesmos eventos ou entre eventos similares.

2.2 Discurso x poder

A ADC volta-se não só para a noção das lutas pelo poder e pelo controle, mas também para a intertextualidade e recontextualização de discursos que competem entre si. Sugere Wodak (2004) que é possível focar as relações de diferenças, particularmente os efeitos dessas diferenças nas estruturas sociais. Para autora, a ADC está interessada em como as formas linguísticas são usadas em várias expressões e manipulações do poder, poder esse que é sinalizado não somente pelas formas gramaticais presentes em um texto, mas também pelo controle que uma pessoa exerce sobre uma ocasião social através do gênero textual.

Em seu livro *Discurso e Poder*, Van Dijk (2010) discute a reprodução discursiva de abuso de poder e desigualdade social. Para ele, os estudos críticos do discurso concentram-se de forma específica nas complexas relações entre a estrutura social e a estrutura discursiva, bem como no modo como as estruturas discursivas podem variar ou ser influenciadas pela estrutura social. Os estudos têm o propósito explícito de contribuir para uma mudança social específica em favor dos grupos dominados. Também é o autor que entre os inúmeros conceitos de poder na filosofia e nas ciências sociais define poder social em termos de controle, isto é, de controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros. Em relação ao controle quando este se dá também no interesse daqueles que o exercem, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar em abuso de poder.

2.3 A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF)

Dentro do estudo da LSF, é importante destacar os três componentes funcionais do significado, são eles, o *ideacional*, o *interpessoal* e o *textual*, também conhecidos como as metafunções. Trata-se de funções que nos permitem compreender como se organiza a linguagem e o que as pessoas fazem com ela. De acordo com Silva (2009), a teoria sistêmica hallidayana configura uma proposta que envolve o estudo da linguagem em sua interioridade, mas que também leva em conta as escolhas, as opções, as necessidades, bem como os propósitos dos falantes, o que se reflete na exterioridade da linguagem. Trata-se, aqui, da correlação entre a estrutura linguística e a estrutura social. É nessa perspectiva que a LSF aponta três macrofunções simultâneas da linguagem, passíveis de serem identificadas em textos: a ideacional (ênfase na oração como processo); a interpessoal (ênfase na oração como ato de fala); e a textual (ênfase na oração como mensagem).

Cabe, aqui, ressaltar que é com base na LSF que Fairclough (2003, p. 170) aponta os três tipos de significado (ação, representação e identificação) da linguagem mencionados anteriormente. Enquanto o texto é visto como ação, sugere Fairclough que o discurso deve ser interpretado como base nos significados representacionais e a instância. Os processos geralmente se realizam sob a forma de verbos, os participantes sob a forma de sujeito, objetos diretos ou indiretos e as circunstâncias sob a forma de elementos adverbiais, como adjuntos adverbiais de tempo ou lugar. Podemos diferenciar os tipos de cada elemento (por exemplo, tipos de processo) e as orações se diferem na seleção dos tipos de processo, dos participantes e das circunstâncias.

Em publicação recente, Fuzer e Cabral (2014) se dedicam à explicação detalhada da concepção dos termos “sistêmica” e “funcional” na proposta teórica hallidayana. Por um lado, é uma teoria *sistêmica* porque vê a língua como redes de sistemas linguísticos interligados, das quais nos servimos para construir significados, fazer coisas no mundo. Cada sistema é um conjunto de alternativas possíveis que podem ser semânticas, léxico-gramaticais ou fonológicas e grafológicas. Por outro lado, é *funcional* porque explica as estruturas gramaticais em relação ao significado, às funções que a linguagem desempenha em textos.

Apresentamos a seguir, as funções da Linguística Sistêmico Funcional em que se destacam os três componentes funcionais do significado, são eles, o *ideacional*, o *interpessoal* e o *textual*, também conhecidos como as A metafunção *ideacional* é realizada por duas funções distintas: experiencial e lógica. A função experiencial é responsável pela construção de um modelo de representação de mundo. Sua unidade de análise é a oração. A função lógica é

responsável pelas combinações de grupos lexicais e oracionais. O complexo oracional é sua unidade de análise. Quando se analisa a oração, o sistema relevante considerado é conhecido como transitividade, que dá conta da construção da experiência em termos de configuração de processos, participantes e circunstâncias. Aqui, a oração é vista como *representação*.

Na metafunção *interpessoal*, o sistema examinado é o MODO, que é o recurso gramatical para expressar a interação entre os participantes de um evento comunicativo, considerando-se as funções dos elementos que constituem a oração, quais sejam: sujeito, finito, complemento, predicador ou adjunto. Nesse sistema, a oração é vista como troca de informações ou bens e serviços. Já na metafunção *textual*, a oração é vista como mensagem e consiste de um Tema acompanhado de um Rema, sempre nessa ordem. O Tema é o elemento que serve como ponto de partida da mensagem, é o que localiza e orienta a oração dentro do seu contexto.

Com base nos estudos de Silva (2012), pode-se apreciar a interação da Análise de Discurso Crítica (ADC) com a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). A autora toma como ponto de partida o princípio de que a relação linguagem-sociedade não é externa, mas, sim, interna e dialética, de modo que processos linguístico-discursivos são, em parte, fenômenos sociais e, em parte, fenômenos cognitivos, ambos dispostos em uma espécie de estrada de mão dupla por onde transitam o discurso como prática social (exterioridade) e a gramática (interioridade do sistema linguístico). Com base em Halliday (1994), propõe Silva (2013, p.77) uma aproximação metafórica da energia emanada dos centros geradores de nosso mundo conceptual e linguístico, o que pode ser apreciado na Figura 2.1 abaixo³.

³ Com base na ideia de um *spectrum* de cores, Halliday (1994) e Mathiessen (2004, p. 172) sugerem, para tipos de processos da língua inglesa, uma aproximação metafórica de um modelo de gramática processual à semelhança do mundo das cores. Os processos materiais, mentais e relacionais corresponderiam às cores primárias (puras), enquanto os processos verbais, comportamentais e existenciais estariam próximos das cores secundárias (mescladas).

Figura 2.1 - Mandala da Gramática da Experiência



Fonte: Adaptada de Halliday (1994)

De acordo com a referida autora, trata-se de uma analogia relacionada ao esquema ilustrativo proposto por Halliday (1994) e explicitado em Halliday e Mathiessen (2004, p. 172), que ela redireciona a tipos de processo em português. Com base na ideia de um *spectrum* de cores que Halliday (1994) e Mathiessen (2004, p. 172) sugerem para tipos de processos da língua inglesa, Silva (2013, p. 77-8) propõe um modelo analítico, pertinente a uma espécie de gramática processual, no qual os processos de natureza *comportamental, verbal e existencial* (considerados por Halliday como secundários), revestem-se de uma complexidade que lhes confere a mesma importância dos processos de natureza *material, mental e relacional* (considerados básicos na perspectiva hallidayana, sobretudo, pela alta frequência com que aparecem em textos).

Nas palavras de Silva (2013, p. 78-79):

[...] os processos de natureza existencial (*existir*, assim como *ter*, no sentido de *haver*, inclusive *ocorrer* e até mesmo *dar*, que configuram um uso bem característico do português brasileiro), os de natureza verbal (todos os verbos *dicendi* ou do *dizer*) e os de natureza comportamental (intransitivos que não implicam volição) ocorrem de maneira menos recorrente, sendo menos representativos, portanto, em eventos comunicativos (textos). Na chancela da proposta hallidayana, pondero que a mandala da gramática da experiência reflete, de maneira parcial, representações do mundo do falante (físico, mental e social). Isso, porque a figura acima compreende apenas um dos componentes da transitividade: os processos verbais. Compõem a transitividade da

linguagem, além desses processos propriamente ditos (grupos verbais), os participantes do processo (grupos nominais) e as circunstâncias (grupos adverbiais).⁴ Vale, aqui, ressaltar que um período (complexo oracional) – formado por orações de tipos de processos vinculados a mundos diferentes (físico, relacional abstrato, cognitivo) – pode envolver contribuições funcionais distintas em termos de construção textual. Como já mencionei anteriormente, as opções formais dentro das estruturas linguísticas têm significados contrastantes e as seleções de forma são sempre significativas em nível de significados representacionais do discurso.

Cabe, aqui, destacar que, enquanto a gramática da experiência reflete, ainda que em parte, o mundo dos falantes, dentro da função ideacional (ou experiencial), uma outra proposta teórica coaduna-se com à função interpessoal da linguagem de base hallidayana. Trata-se da proposta desenvolvida por Martin e White (2005) denominada Sistema de Avaliatividade, da qual trataremos a seguir.

2.3.1 O sistema da avaliatividade

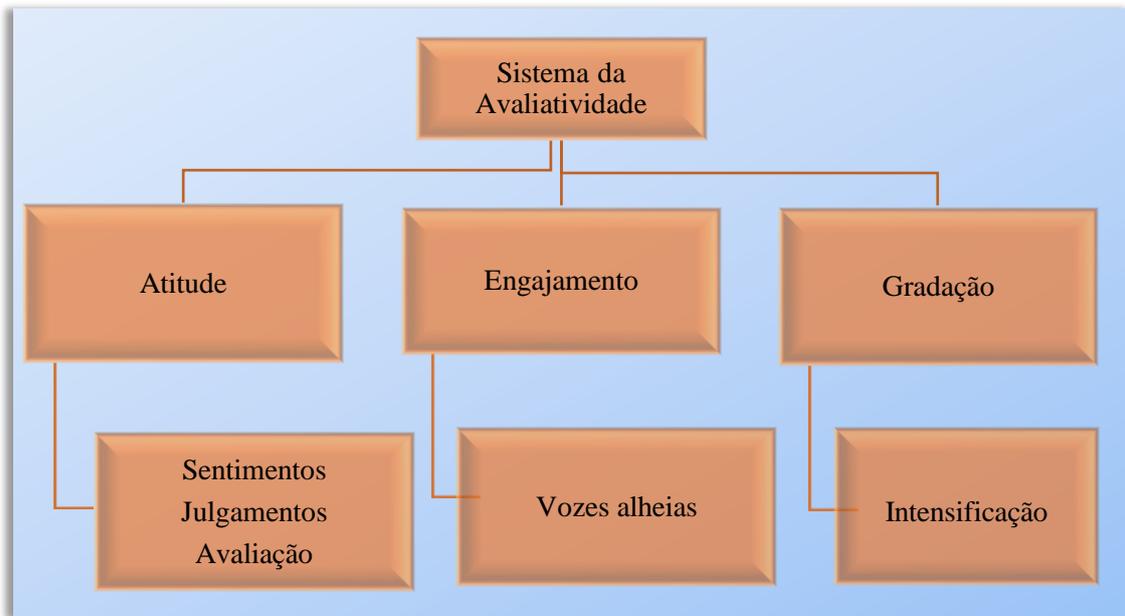
Na perspectiva do sistema de avaliatividade, Martin e White (2005) sugerem um foco analítico voltado para três tipos de atitudes: afeto, julgamento e apreciação, o que pode ser sintetizado da seguinte maneira:

- afeto – expressa o posicionamento atitudinal do falante/autor mediante os comportamentos e eventos sociais;
- julgamento – um falante/autor expõe seu próprio posicionamento através da ACEITAÇÃO ou REJEIÇÃO do posicionamento do outro;
- apreciação – consiste na explicitação de recursos dialógicos utilizados para estabelecer as relações interpessoais entre autor/falante e leitor/ouvinte.

Cabe, ainda, ressaltar a noção de instanciação, o que diferencia avaliatividade e avaliação. Como bem observa Vian Jr. (2010, p. 22), em nível de sistema, buscamos a **avaliatividade**, mas quando mergulhamos analiticamente na **avaliação** estamos no nível do texto. Apreciemos, a seguir, a Figura 2.2 que ilustra o Sistema de Avaliatividade.

⁴ Cabe lembrar que, no português, um participante pode não aparecer explicitamente mencionado na superfície textual/ discursiva, mas pode ser identificado pela desinência número-pessoal do verbo que marca a sua presença de maneira implícita.

Figura 2.2 - Sistema da Avaliatividade



Fonte: Martin e Rose (2007, p. 28) com adaptações

Quanto ao sistema semântico-discursivo para avaliatividade, por meio de uma gama de realizações em diferentes estruturas léxico-gramaticais, pode-se identificar, com base na nomenclatura sugerida hallidayana várias realizações. Nas palavras de Vian Jr (2010, p. 23), “a partir da modificação de participantes, processos e adjuntos, em diferentes instâncias, podendo configurar-se no texto como qualidades, por meio de epítetos, atributos e circunstâncias, pelos diferentes processos, mas principalmente pelos comportamentais e mentais”, o que será explicitado mais adiante.

Em termos teóricos, sempre de acordo com Martin e Rose (2007), o subsistema da atitude pode ocorrer de maneira inscrita ou evocada no texto. Quando evocada, a atitude sugere uma interpretação do ouvinte/leitor. Por outro lado, a inscrita ou explícita acontece por meio de estruturas gramaticais, qual seja um atributo, ou uma qualidade nominalizada, ou, ainda, um processo.

A seguir, apresentarei uma breve discussão que se coaduna com a dimensão social da linguagem. Trata-se de gênero, não como elemento gramatical, mas, sim, como categoria social.

2.4 Gênero

A respeito do conceito de gênero, Louro (1997)⁵, enfatiza aquele que está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo. Para a autora, o conceito está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo, uma vez que está implicado linguisticamente e politicamente nas lutas desse movimento, motivo pelo qual para melhor compreender o momento e o significado de sua incorporação, é preciso que se recupere um pouco de todo o processo. Em meio a tantos preconceitos, discriminações e opressão por que passaram as mulheres, as lutas por direitos civis, políticos e sociais foram pautas de reivindicações no Brasil e no mundo, o que têm evidenciado as conquistas alcançadas.

Segundo Louro (1997), foi na virada do século XIX que as manifestações contra discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado “sufragismo”, ou seja, no movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres. Com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultado desiguais), o sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente como a “primeira onda” do feminismo. Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento.

Este ano, o Brasil comemorou 85 anos da conquista do voto feminino, a partir da instituição do primeiro Código Eleitoral, em 1932. Aprovado por meio do Decreto nº 21.076, durante o governo provisório de Getúlio Vargas em seu artigo 2º, passou a garantir o direito do voto às mulheres: “é eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”.⁶ Para celebrar os 85 anos do voto feminino no país, o Tribunal Superior Eleitoral preparou uma exposição, na qual trouxe histórias de mulheres que se sobressaíram em seu tempo, como a primeira mulher a votar, a primeira prefeita mulher no Brasil. Entre elas, destaca-se Celina Guimarães Viana, nascida e criada em Mossoró (RN). Assim, o Rio Grande do Norte entrou para a história do Brasil como o estado pioneiro no reconhecimento do voto feminino. É desse estado também, a primeira prefeita do Brasil, Alzira Soriano.

⁵ “Gênero, sexualidade e educação”. Uma perspectiva pós-estruturalista, Guacira Lopes Louro – Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. P.14-36.

⁶ **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Marco/brasil-comemora-85-anos-da-conquista-do-voto-feminino>>. Acesso em: 20 set. 2017.

No entanto, somente a partir de 1965 deu-se a igualdade plena de direitos e deveres eleitorais entre os homens e mulheres, quando o alistamento e o ato de votar passaram a ser obrigatórios a todos. No início, era facultativo o alistamento eleitoral das mulheres que não exerciam função remunerada. Nesse mesmo ano, o TSE publicou uma resolução fixando o prazo de um ano para que todas as mulheres se alistassem, sem exceção.

A respeito da representatividade feminino, podemos perceber que as mulheres vêm ganhando espaço na política brasileira e passaram a ter maior participação não apenas como eleitoras, mas como candidatas a cargos eletivos, é o que apontam os dados retirados do Tribunal Superior Eleitoral. Neles, é possível ver que as mulheres já são maioria no eleitorado. Nas Eleições Gerais de 2014, elas representavam 52,13% do total de 142.822.046 eleitores. Um aumento de 5,8% em relação a 2010, quando elas correspondiam a 51,82 % dos votantes, num total de 70.373.971 eleitoras.⁷

Vejamos o espaço feminino nas palavras de Louro:

Sem dúvida, desde há muito tempo, as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras. Gradativamente, essas e outras mulheres passaram a ocupar também escritórios, lojas, escolas e hospitais. Suas atividades, no entanto, eram quase sempre (como *são* ainda hoje, em boa parte) rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, “de apoio”, de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação (LOURO, 1997, p. 17).

A respeito de lutas históricas por espaços, Louro (1997) discorre sobre qual foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos, qual seja tornar visível aquela que fora ocultada, a mulher. Para ela, a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência. Por isso, sempre segundo a autora, é preciso notar que essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o “verdadeiro” universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompida, por algumas mulheres.

⁷**Tribunal Superior Eleitoral.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Marco/especial-dia-da-mulher-numero-de-eleitoras-e-candidatas-registra-crescimento-no-pais>>. Acesso em: 20 set. 2017.

2.5 Algumas considerações

De modo geral, procurei apresentar os pressupostos teóricos que balizaram esta pesquisa social crítica. Dessa forma, procurei filiar-me nas correntes teóricas da Análise de Discurso Crítica (ADC) baseando-me, principalmente, em abordagens de Fairclough (2001[1992]; 2003) e na Linguística Sistêmico Funcional (LSF) na proposta de Halliday (1994) e Mathiessen (2004). Como o objetivo deste estudo é investigar as representações linguístico-discursivas voltadas para o letramento de idosos em situação de exclusão social com vistas a desenvolver práticas sociais que atendam ao propósito da comunidade e ao fortalecimento de suas cidadanias, tanto a ADC quanto a LSF apresentam uma proposta teórica e metodológica que nos permite trabalhar com a diversidade que surge dos diferentes contextos e das identidades dos sujeitos, colaboradores da pesquisa.

A ADC, por focalizar o discurso dentro das práticas sociais, e a LSF, por dar suporte para a análise da gramática relacionada ao contexto social, permitem-nos identificar a gramática da experiência da vida dos idosos, bem como suas atitudes, apreciações e julgamentos. Além disso, essas correntes teóricas aqui selecionadas podem contribuir para a desconstrução das representações excludentes que atingem as pessoas da terceira idade, como as colaboradoras deste estudo, analfabetas e que ainda vivem em situação de vulnerabilidade social. Para discutir a relação entre língua e poder, tão presente no cenário atual, onde se encontra inserido o grupo focal desta pesquisa, necessário é descrever e interpretar as complexas relações entre a estrutura social e a estrutura discursiva, levando em consideração a influência que uma constitui sobre a outra.

CAPÍTULO 3 - CAMINHOS METODOLÓGICOS

*Vou neste capítulo apresentar
O caminho da metodologia
Que me permitiu caminhar
No campo pela etnografia
Da geração e seleção dos dados
Que foram bem documentados
Sobre a vida das Marias.*

(Edilan Kelma)



Este capítulo encontra-se dedicado à caracterização da metodologia utilizada para a realização da pesquisa, bem como aos caminhos percorridos durante a coleta de dados desde a geração e seleção destes até a análise. Caracteriza a pesquisa qualitativa (descritiva e interpretativa) em razão da natureza dos dados pesquisados. Dessa forma, na seção 3.1, situo *a pesquisa qualitativa* e suas características. Em seguida, apresento os objetivos e as questões de pesquisa. Embora o estudo ora apresentado não se configure como etnográfico no sentido estruturado, temos a seção 3.2 que mostra a importância dos moldes etnográficos e aponta a justificativa do caminho selecionado voltado para o trabalho de campo, balizado pela etnografia.

A seção 3.3 traz uma breve discussão sobre *a ética na pesquisa*. A seção 3.4 descreve *as ferramentas para a entrada no campo: observação participante, entrevista, notas de campo e grupo focal*. A seção 3.5 traz *a construção do corpus ao longo do Caminho da Estrutural*. Na 3.6 apresento *os dados de natureza etnográfica*. Na subseção 3.6.1 caracterizo *grupo focal* e em 3.6.2 traço a constituição do grupo na Cidade Estrutural. Em 3.6.3 apresento *as Marias em foco*, colaboradoras desta pesquisa. Na subseção 3.6.4, *A caminho da cidadania: as Marias no Tribunal da Democracia*, apresento o segundo *locus* desta pesquisa: o Tribunal Superior Eleitoral. Em 3.6.5 apresento *Um José entre as Marias*, uma exceção entre os estudados e em 3.7 trago algumas considerações.

Embora a pesquisa tenha como objetivo central a investigação das representações linguístico-discursivas voltadas para o letramento de mulheres idosas em situação de exclusão social, incluo um ator social, de 79 anos, o único aluno entre o grupo da comunidade pesquisada,

cuja história de vida no curso de alfabetização, iniciado em 2014 na Cidade Estrutural, destaca-se também em termos de fortalecimento de identidade.

3.1 Pesquisa qualitativa

A década de 1960 foi propícia para o surgimento das pesquisas que se utilizaram dos métodos qualitativos. Segundo André (2008), a popularidade da utilização dos referidos métodos deu-se em virtude da busca por retratar os pontos de vista de todos os participantes, mesmo dos que não detinham poder nem privilégio, o que casava muito bem com as ideias democráticas que apareceram na década de 1960. Godoy (1995, p. 62), ao ressaltar a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos, enumera um conjunto de características essenciais capazes de identificar uma pesquisa desse tipo, vejamos:

- a) o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental;
- b) o caráter descritivo;
- c) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador;
- d) o enfoque indutivo.

A pesquisa qualitativa compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Para Neves (1996), em sua maioria, os estudos qualitativos são feitos no local de origem dos dados; não impedem o pesquisador de empregar a lógica do empirismo científico (adequada para fenômenos claramente definidos), mas partem da suposição de que seja mais apropriado empregar a perspectiva da análise fenomenológica, quando se trata de fenômenos singulares e dotados de certo grau de ambiguidade.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa é de natureza essencialmente qualitativa, não só porque trabalho com dados empíricos (colhidos na fonte em que o fenômeno investigado ocorre), mas também porque trato de identidades sociais de pessoas idosas em situação de exclusão. Segundo Merriam (1998), os métodos qualitativos são os mais indicados para as investigações de perspectiva interpretativa e, ao mesmo tempo crítica. Isso porque a pesquisa qualitativa, para o autor, ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes.

Assim, com essa escolha metodológica, busco um mergulho no campo a fim de alcançar um direcionamento mais preciso a respeito dos problemas desse grupo excluído socialmente dos mais variados contextos da sociedade. Conhecer, descrever e interpretar as questões linguístico-discursivas tornam-se ações fundamentais para contribuirmos para a coesão social desse grupo.

Os dados desta pesquisa são construídos por meio de textos colhidos e selecionados por meio de entrevistas, debates, rodas de conversas, atividades com práticas discursivas escritas e orais, grupo focal. Esse modo de geração de dados é chamado pelos autores Bauer, Gaskell e Allun, (2002, p. 21) de comunicação informal. Os referidos autores sugerem, em termos metodológicos, alguns princípios explícitos que devem ser seguidos pelo pesquisador, tais como: podem falar, desenhar ou cantar do modo como queiram. O fato de não haver regras escritas não significa que não existam procedimentos básicos. Pode acontecer que o foco central da pesquisa social seja desvelar a ordem oculta do mundo informal da vida cotidiana. Para a nossa pesquisa, é relevante a aplicação desse modelo para nosso grupo focal, uma vez que

na pesquisa social, estamos interessados na maneira como as pessoas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas ações e as dos outros. Dados informais são gerados menos conforme as regras de competência, tais como capacidade de escrever um texto, pintar ou compor uma música, e mais do impulso do momento, ou sob influência do pesquisador (BAUER; GASKELL; ALLUN, 2002, p. 21).

Busquei realizar, de modo paralelo, essa maneira espontânea pertinente aos atos de fala de cada pessoa idosa. Nessa perspectiva, trago também um excerto de uma comunicação formal ao analisarmos a voz de um representante de um órgão do governo. Segundo os autores, os dados formais reconstróem as maneiras pelas quais a realidade social é representada por um grupo social. Considero, pois, relevante as formas a serem utilizadas na pesquisa, porquanto a realidade social pode ser representada tanto como maneiras informais quanto formais de comunicar, tendo como meio de comunicação textos, imagens ou materiais sonoros.

De acordo com Bauer e Gaskell (2002), existem quatro dimensões de pesquisa como investigação social. Para esses autores, essas dimensões descrevem o processo de pesquisa em termos de combinações de elementos nas quatro dimensões. Primeiro, há o delineamento da pesquisa de acordo com seus princípios estratégicos. Segundo, há os métodos de coleta de dados. Terceiro, há os tratamentos analíticos dos dados. Por último, o que chamam de interesses do conhecimento, sobre a construção do consenso e a emancipação dos sujeitos do estudo, conforme sintetizado no Quadro 3.1 Passos metodológicos apresentado a seguir:

Quadro 3.1 - Passos metodológicos

Princípios de delineamento	Geração de dados	Análise dos dados	Interesse do conhecimento
Pesquisa de natureza etnográfica	Notas de campo Observação participante Entrevistas Situações em eventos de classe Rodas de conversas Grupo focal	Representações	Emancipação e empoderamento
Pesquisa documental	Coleta de documentos	ADC	

Fonte: adaptado de Bauer e Gaskell (2002, p. 19).

Conforme o quadro anterior, as trilhas metodológicas que guiam a construção do *corpus*, construção essa que é um princípio para a coleta dos dados qualitativos, deixa subtendidos eventuais problemas que encontram os linguistas, vejamos:

Os linguistas e os pesquisadores qualitativos enfrentam o “paradoxo do *corpus* teórico”. Eles começam a estudar as variedades nos temas, opiniões, atitudes, estereótipos, cosmovisões, comportamentos e práticas da vida social. Contudo, com essas variedades são ainda desconhecidas, e por isso também não se sabe qual distribuição, os pesquisadores não podem conseguir uma amostragem de acordo com um racional de representatividade. Mas os paradoxos muitas vezes se resolvem quando nós recorremos ao tempo. Os linguistas sugerem um procedimento por etapas: a) selecionar preliminarmente; b) analisar essa variedade; c) ampliar o *corpus* de dados até que não se descubra mais variedade. (BAUER; AARTS, 2002, p. 55)

A partir daí, os pesquisadores concebem o *corpus* como um sistema que cresce. Para os autores, é a primeira lição para uma seleção qualitativa. A propósito, para Flick (2009), a pesquisa qualitativa se abstém de estabelecer um conceito bem definido daquilo que se estuda e de formular hipóteses no início para depois testá-las. Em vez disso, os conceitos (ou as hipóteses, se forem usadas) são desenvolvidos e refinados no processo de pesquisas. Esse autor ainda justifica que uma parte importante da pesquisa qualitativa está baseada no texto e na

escrita, desde notas de campo e transcrições até descrições e interpretações, e, finalmente, a interpretação de resultados e da pesquisa como um todo.

Os objetivos e as questões de pesquisa que norteiam este estudo foram divididos em dois blocos. O primeiro diz respeito ao trabalho desenvolvido em sala de aula na Cidade Estrutural; o segundo diz respeito aos trabalhos desenvolvidos por meio de duas visitas guiadas das idosas (colaboradoras) desta pesquisa ao Tribunal Superior Eleitoral.

A seguir, os objetivos:

3.1.1 Campo da Cidade Estrutural

- d) Identificar o perfil de letramento das idosas da Cidade Estrutural.
- e) Apontar a representação que as idosas têm sobre suas vidas e sobre seus direitos.
- f) Identificar as práticas sociais mais recorrentes que gerem o protagonismo social das idosas da Cidade Estrutural.

3.1.2 Campo Tribunal Superior Eleitoral

- a) Identificar a importância da participação da mulher da 3ª idade na Democracia brasileira.
- b) Discutir com as idosas sobre o direito de votar e ser votado.
- c) Fortalecer as vozes das idosas da Cidade Estrutural por meio de práticas sociais desenvolvidas em função das visitas guiadas ao Tribunal Superior Eleitoral.

A seguir, apresento as questões de pesquisa nos contextos em que se deram as práticas discursivas e os eventos de letramento. Escolhemos dois campos para operacionalizar nossas ações em virtude dos objetivos pretendidos. O primeiro campo é a Cidade Estrutural, uma das mais críticas e carentes do Distrito Federal (DF), é também a cidade do DF que concentra a maior quantidade de idosos analfabetos. O outro campo de atuação, o Tribunal Superior Eleitoral, foi escolhido em função do trabalho que se fez a respeito do fortalecimento da cidadania das mulheres idosas.

3.1.3 Campo da Cidade Estrutural

- a) Qual o perfil de letramento das idosas da Cidade Estrutural?
- b) Qual a representação que as idosas têm de sua vida e de seus direitos?

- c) Que práticas sociais podem promover o protagonismo social dessas idosas da Cidade Estrutural?

3.1.4 Campo do Tribunal Superior Eleitoral

- a) Qual a importância da participação da mulher na 3ª idade na democracia brasileira?
- b) Quais as representações discursivas têm essas idosas a respeito do direito de votar e ser votado?
- c) Em que medida a participação dessas idosas na instituição que cuida da Justiça Eleitoral no Brasil pode se constituir num fortalecedor de suas vozes?

3.2 Etnografia na pesquisa

A pesquisa etnográfica, segundo Bortoni (2008), estuda como os significados oriundos das interações e narrativas se constituem em uma realidade mais ampla das práticas sociais de dada comunidade. Assim, pontua a autora, o pesquisador observa de forma detalhada e sistemática os comportamentos sociais, culturais e individuais dos integrantes do grupo, atendo-se a escutar os anseios dos colaboradores, no sentido de responder e respeitar suas demandas (CÂNDIDO JÚNIOR, 2016).

Para conduzir sua pesquisa, o etnógrafo participa, durante extensos períodos, da vida diária da comunidade que está estudando, observando tudo o que ali acontece; fazendo perguntas e reunindo todas as informações que possam desvelar as características daquela cultura que é seu foco de estudo. Para Marli Eliza (2008), uma pesquisadora brasileira que se debruçou sobre os estudos da etnografia na prática escolar, se o foco de interesse dos etnógrafos é a descrição da cultura (práticas, hábitos, crenças, valores, linguagens, significados) de um grupo social, a preocupação central dos estudiosos da educação é com o processo educativo. Existe, pois, para a autora, uma diferença de enfoque nessas duas áreas, o que faz com que certos requisitos da etnografia não sejam – nem necessitem ser – cumpridos pelos investigadores das questões educacionais. Requisitos sugeridos por Wolcott (1988), como, por exemplo, uma longa permanência do pesquisador em campo em contato com outras culturas e o uso de amplas categorias sociais de dados.

Assim, para esta pesquisa, busquei uma adaptação próxima à etnografia. Não obstante, o estudo se aproxima dos passos etnográficos e não da etnografia em seu sentido estrito.

No contexto desta pesquisa, colhemos os dados de natureza etnográfica no ambiente natural (em termos ecológicos), onde os eventos de letramento e as práticas sociais acontecem, seja no espaço da sala de aula ou em locais que o grupo focal teve a oportunidade de visitar.

Optou-se por uma pesquisa metodológica de cunho etnográfico, tendo em vista ser esta a que melhor se aplica ao conteúdo proposto neste estudo. Há anos pesquisas etnográficas ganham espaço cada vez mais profícuo, principalmente, no campo da educação. Vale ressaltar, ainda, as principais características dessas pesquisas pontuadas por André (2008, p. 12):

- a) Em primeiro lugar o trabalho é considerado etnográfico quando faz uso de técnicas que tradicionalmente são associadas à etnografia, ou seja, a observação participante, a entrevista intensiva e a análise dos documentos;
- b) O pesquisador é o instrumento principal na coleta e na análise dos dados;
- c) A ênfase está no processo, naquilo que está ocorrendo e não no produto ou nos resultados finais;
- d) Há preocupação com o significado, com a maneira própria com que as pessoas veem a si mesmas, as suas experiências e o mundo que as cerca. O pesquisador deve tentar apreender e retratar essa visão pessoal dos participantes;
- e) A pesquisa etnográfica deve envolver um trabalho de campo. O pesquisador aproxima-se de pessoas, situações, locais, eventos, mantendo com eles um contato direto e prolongado;
- f) Indução e descrição são outras características importantes na pesquisa etnográfica. O pesquisador faz uso de grande quantidade de dados descritivos: situações, pessoas, ambientes, depoimentos, diálogos, que são por eles reconstruídos em forma de palavras ou transcrições literais.

Outro ponto que também merece ser aqui mencionado concerne à utilização de métodos/técnicas. Nas palavras de André (2008, p. 22)

técnicas etnográficas, por meio de observação participante e de entrevista, é possível documentar o não documentado, isto é, desvelar os encontros e desencontros que permeiam o dia a dia da prática escolar, descrever as ações e representações dos seus atores sociais, reconstruir sua linguagem, suas formas de comunicação e os significados que são criados e recriados no cotidiano do seu fazer pedagógico.

A pesquisa de cunho etnográfico que tem como característica o contato direto do pesquisador com os sujeitos pesquisados, permite-nos, como pesquisadores, avaliar os processos e as relações estudadas que estão sendo desenvolvidas, de forma que é possível reconfigurá-las, buscando sempre uma melhor adaptação no decorrer da pesquisa.

3.3 Ética na pesquisa

A ética na pesquisa é sugerida pela Resolução CNS de nº 196/1996⁸ que estabelece as diretrizes e as normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. A referida resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros, e visa assegurar direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos de pesquisa e ao Estado.

Na pesquisa é importante a confiança na relação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados. Segundo Silva (2003), é preciso lembrar que o trabalho de campo coloca o(a) pesquisador(a) diante de uma situação de contato relativamente íntima com a vida dos observados. Assim é que decisões a respeito do que gravar, como lançar mão de informações, que tipos de informações são apropriadas e, principalmente, como se aproximar dos dados são exemplos de indagações que merecem ser discutidas, seja porque ocorrem a todo momento em situações de trabalho de campo, seja porque a literatura sobre o assunto carece de uma discussão pelo menos atualizada.

Ademais, registra a autora, durante a fase de coleta dos dados (embora haja um planejamento), o(a) pesquisador(a) não tem controle total sobre as fronteiras da pesquisa de campo e, ainda que no papel consciente seja de ‘participante como observador’, seja de ‘participante total’, ele(a) perde as rédeas diante do desenrolar de determinados tópicos durante conversas (ou entrevistas), principalmente as que versam sobre experiências pessoais.

As questões éticas ainda remetem a outras implicações, como bem adverte Silva (2003, p. 165):

O foco de interesse dos pesquisados ou o foco de suas narrativas, por exemplo, representam às vezes uma força negativa que limita relativamente o que o pesquisador quer levar adiante. Não obstante, além de preservar contra o risco da fraqueza demasiada dos pesquisados, resultante de sua espontaneidade e sinceridade, um pesquisador que age dentro dos princípios éticos deverá sempre assegurar a proteção da verdadeira identidade dos pesquisados (ex: uso de pseudônimos, no caso de pesquisas publicadas) e buscar o comportamento apropriado para compensar o desconforto de determinados momentos de gravação, principalmente quando das entrevistas brotam

⁸ **Resolução CNS 196/1996**

Trata de diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e é baseada nos principais documentos internacionais que apresentaram critérios de pesquisas semelhantes.

Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html>. Acesso em: 20 ago. 2017.

narrativas que giram em torno de momentos traumáticos. (SILVA, 2003, p.165)

Foi essa coesão encontrada que me permitiu traçar um trabalho com o grupo focal. Aos poucos foi acontecendo a minha inserção, primeiramente ajudando o professor titular, até a minha independência, que me fez ser vista por eles, como uma professora também. A confiança é relevante para o que se almeja com esta pesquisa, ou seja, uma prática transformadora que se dá na interação com o grupo e o pesquisador e entre eles mesmos, pois sabemos que o processo em toda pesquisa qualitativa é um processo interativo que cresce com o diálogo com os envolvidos.

3.4 As ferramentas para a entrada no campo: Observação participante, entrevista, notas de campo e grupo focal

Para a constituição do *corpus* desta pesquisa, utilizamos, de início, a *observação participante*, técnica que coloca o(a) pesquisador(a) participando dos eventos e das práticas discursivas pretendidas nos objetivos já especificados. Como bem pontuam Ramalho e Resende (2011), a observação participante origina-se, como boa parte dos métodos etnográficos, da antropologia social e cultural. Opõe-se à observação (pretensamente) objetiva, em que o contexto social é abordado ‘de fora pra dentro’. A observação participante, ao contrário, define-se pela perspectiva interna, situada na ação cotidiana, em que o(a) pesquisador(a) envolve-se diretamente nas atividades dos/as participantes da pesquisa (BOGDEWIC, 1992 *apud* RAMALHO; RESENDE, 2011).

Importante destacar o que registra Angrosino (2009). Segundo o autor, no desenvolvimento da observação participante, os membros da comunidade estudada concordam com a presença do pesquisador entre eles como quase um membro da comunidade. Não o concebem como observador externo, passivo, sem participar dessas atividades do grupo. A observação participante é uma postura adotada pelo etnógrafo para facilitar a coleta de dados e não propriamente uma técnica de coleta de dados. Por isso, Ramalho e Resende (2011) advertem que a observação participante consiste não apenas em estar presente no contexto pesquisado, mas em participar das atividades observadas, tornar-se um membro do grupo.

Sobre a posição do pesquisador, de acordo com Silva (1991, p. 50), a observação participante, para ser um procedimento válido e fidedigno de investigação, exige do pesquisador planejamento, observação e participação no contexto em que ocorre o fenômeno pesquisado. Isso equivale a determinar com antecedência “o quê” e o “como” observar. Afinal, segundo a

autora, um pesquisador é sempre um elemento estranho no contexto social, seja qual for o seu grau de participação no ambiente de pesquisa.

Silva (1991, p. 51) destaca, ainda, os quatro pontos teoricamente possíveis na escala de um contínuo de observação sugeridos por Bufor Junker (1971) para os papéis que um pesquisador pode desempenhar na observação participante. São eles:

- (a) participante total - quando o observador não revela ao grupo investigado sua verdadeira identidade e nem seus objetivos. O pesquisador assume a posição de um membro do grupo;
- (b) participante como observador - em que o pesquisador não oculta sua identidade, revelando, porém, parte do que pretende investigar para não comprometer as observações realizadas;
- (c) observador como participante - quando o pesquisador revela ao grupo investigado a sua identidade e os objetivos de estudo desde o início da pesquisa;
- (d) observador total, quando o investigador não interage com o grupo e os pesquisados desconhecem que estejam sendo observados.

Seguindo essa metodologia, meu primeiro passo foi tornar-me membro do projeto “Meu nome, minha identidade” como professora dos idosos. Nesta pesquisa, foi essencial começar como participante observador, pois foi a partir dessa metodologia que pude trabalhar com os sujeitos da pesquisa como grupo focal. Foi possível ter acesso ao grupo e observar as práticas de letramento adequadas a serem desenvolvidas dentro daquele contexto, de modo que as técnicas levadas por mim para ingressar ao grupo foram desconstruídas. Isso porque as técnicas de alfabetização infantil conhecidas pela pesquisadora em nada têm a ver com a metodologia utilizada para o letramento de idosos. Foi essa etapa que me permitiu ajustar o planejamento e assim torná-lo possível, valorizando os aspectos contextuais das práticas discursivas específicas para o grupo pesquisado: idosos.

É relevante lembrar, ainda, que, para quem faz observação participante, as *notas de campo* são de fundamental importância. Daí a elaboração de um diário de campo, no qual anotava cada encontro. Assim, Angrosino (2009) adverte aos pesquisadores que cultivem o hábito de fazer anotações de campo bem organizadas, ou seja, que incluam os mínimos detalhes de todo o cenário de pesquisa: descrição do espaço físico, características comuns dos participantes, descrição dos participantes, cronologia de eventos, descrição de comportamentos e interações, registros de conversas ou de outras interações verbais.

As notas de campo registraram importantes impressões das práticas discursivas que tive em sala de aula. Conforme ponderam Ramalho e Resende (2011), além de sua utilidade para a reflexão da prática de pesquisa, as notas de campo são úteis como auxílio à memória, e

ainda que não sejam diretamente utilizadas como dados analíticos na pesquisa, podem ser utilizadas no momento da análise de dados. Além disso, segundo as autoras, são vistas como registros da observação em campo como estratégia capaz de prover acesso às práticas e à ação social.

Outra técnica de pesquisa por mim utilizada para geração de dados foi o grupo focal. Foi por meio da interação grupal a respeito de algumas temáticas que alguns dados foram gerados tanto no campo Cidade Estrutural, quanto no campo TSE. Para Ramalho e Resende (2011), o grupo focal, então, localiza a interação em uma discussão em grupo que é a fonte de dados. Para alguns autores, o grupo focal possui vantagem sobre a entrevista individual justamente na interação. Escolhi trabalhar com o grupo focal por considerar os sujeitos de pesquisas integrados e em sintonia nas discussões das práticas em sala de aula, por isso algumas temáticas foram abordadas sob essa perspectiva.

Além dessa técnica, também foram feitas entrevistas focalizadas. O método serviu para obter representações acerca de sua vida, da relação com a educação, perspectivas futuras, bem como sobre as práticas discursivas fora da sala de aula.

3.5 A construção do *corpus*: Caminhos da Estrutural

Os primeiros passos a caminho do campo de trabalho com os idosos começaram literalmente no caminho da Estrutural. As práticas discursivas iniciais foram realizadas no antigo COSE, hoje *Serviço de Convivência de Vínculos*, local onde acontecem as aulas. O trajeto que compreende a ida e a volta ao campo de trabalho, Cidade Estrutural, tem-se tornado importante fonte de conhecimento, porque nele há o compartilhar das experiências e das informações a respeito do grupo pesquisado. Isso, porque o meio de transporte sempre era compartilhado por mim, por outro pesquisador e por uma estudante voluntária, colaboradora, do projeto.

O ‘Caminho da Estrutural’ foi-se constituindo, assim, em um “campo” de reflexão sobre as práticas concernentes à pesquisa. Nele, discutíamos as implicações e as relevâncias voltadas para o contexto do trabalho, os pontos que se sobressaíam e o que poderia ser feito para melhorar. Foi no caminho da Estrutural, na ida e da volta, que novas práticas foram construídas. Mais do que refletir sobre o objeto investigado, o ‘Caminho da Estrutural’ oportunizou-me refletir sobre a própria prática e, a partir disso, repensá-la de modo a construí-la e reconstruí-la cada vez mais transformadora.

O grupo de idosas, colaboradoras desta pesquisa, começou em 2014 com um pesquisador do doutorado em Linguística da UnB. A proposta era oferecer oficinas de letramento para esses idosos de acordo com a necessidade pontuada por eles. No início, 10 idosos faziam parte deste projeto. As aulas que seguiam regulares precisaram ser interrompidas em virtude de um estágio de doutorado fora do país a ser feito pelo pesquisador. O meu contato com o pesquisador aconteceu em uma das matérias do meu mestrado, mas a minha inserção efetiva no Campo Estrutural só aconteceu após o retorno do colega ao Brasil, em maio de 2016. Desde então, temos, eu e o colega, desenvolvido um trabalho inclusivo, cujas práticas têm sido enriquecedoras para o contexto dos colaboradores da pesquisa, entre os quais cerca de 15 idosas que fazem parte do meu grupo focal.

As idosas têm-se engajado em práticas sociais em que a escrita está presente, pois já conseguem ler placas de ônibus, receitas médicas, marcas de produtos, lista de supermercados, escrever bilhetes, entre outras. Tornou-se fundamental, então, que as idosas aprendessem a escrever com autonomia, sobretudo, a falarem sobre seus direitos. Assim, começamos a levantar e apresentar soluções para o contexto de pobreza em que vivem, ou seja, a Cidade Estrutural. Pondero que não há ninguém melhor do que elas para falar de suas reais necessidades.

3.6 Dados de natureza etnográfica

A geração de dados e o método de análise para os dados de natureza etnográfica se devem à escolha da metodologia utilizada na pesquisa, aqui a qualitativa.

Os objetivos operacionais desta pesquisa, conforme já mencionado, seguem dois momentos, um na cidade Estrutural e outro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O primeiro deles é o local onde residem as colaboradoras desta pesquisa, também é lá que ocorrem os eventos de letramento, isto, é, as oficinas de leitura e escrita, interpretação de textos e debates acerca de temas relevantes para o contexto pesquisado. O segundo momento aconteceu no TSE, nesse tribunal as colaboradoras fizeram duas visitas e participaram de rodas de conversas e entrevistas. Ao escolher mais de um ambiente de pesquisa, procuro oportunizar que as idosas conhecessem outros espaços sociais e institucionais até então desconhecidos por elas.

Contexto paradoxal

Figura 3.1 - Cidade Estrutural



Fonte: <http://radios.ebc.com.br>

Figura 3.2 - Tribunal Superior Eleitoral



Fonte: www.tse.jus.br

3.6.1 Caracterização do grupo focal

Na pesquisa que ora empreendemos o que se pretende é dar atenção especial ao contexto particular em que acontecem as práticas de letramento, levando-se em consideração, principalmente, a dimensão social, cultural, inclusive o nível de letramento, que sabemos não ser igual entre os sujeitos do grupo pesquisado. Assim, levaremos em conta o que diz a autora Barbour (2009) em seu estudo sobre grupos focais, para quem as interpretações e análises preliminares começam mesmo enquanto os dados estão sendo gerados e análise e escrita progridem lado a lado. Para a autora, esses grupos focais também são vistos como boas alternativas para a utilização não apenas de entrevistas como base de dados da análise qualitativa, a vantagem aqui é que eles não somente permitem análises de declarações e relatos sobre experiências e eventos, mas também do contexto interacional em que essas declarações e esses relatos são produzidos. Ao escolher trabalhar com o grupo focal, partimos do pressuposto do que nos diz a autora a respeito do pesquisador: “O pesquisador que usa grupos focais é encorajado a sistematicamente fazer tanto comparações inter como intragrupo.” (BARBOUR, 2009, p. 17).

Segundo Barbour (2009), o desenvolvimento comunitário e as abordagens participativas têm influenciado o uso de grupos focais em outros contextos e têm alimentado importantes debates sobre a relação entre o pesquisador e o pesquisado e os usos recentes para

os achados dos grupos focais. Para Bauer e Gaskell (2002), é através de um processo autorreflexivo que as ciências críticas podem chegar a identificar estruturas condicionadas de poder a fim de que haja um conhecimento emancipatório e que a aplicação da razão seja fundamentalmente um empreendimento crítico.

Para o pesquisador é importante reconhecer o papel de facilitador da produção de conhecimento pelos e para os sujeitos de pesquisa. O que se pretendeu, então, foi desenvolver conjuntamente com as idosas práticas discursivas que as colocassem fortalecidas em suas identidades e seguras por meio dos usos de práticas metodológicas fortalecedoras.

3.6.2 A constituição do grupo na Estrutural

O grupo, objeto desta pesquisa, nasceu no ano de 2014 com o projeto de doutorado de um aluno da Universidade de Brasília (UnB). No entanto, a história do grupo começa bem antes, conforme relato de Cândido Júnior (2016).

Segundo o autor, o grupo de idosos, conforme as informações recebidas junto ao NASF (Coordenação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família), teve início em julho de 2009, com pessoas acima de 60 anos, advindas do grupo de Atividade Física, que já existia desde 2005, para atender hipertensos e diabéticos. O trabalho foi elaborado pelas profissionais da equipe do NASF com Agentes Comunitários de Saúde, das equipes de Saúde da Família do Centro de Saúde, principalmente das equipes 2, 3 e 4. Nos encontros semanais, em uma igreja evangélica, eram desenvolvidas atividades artesanais, lúdicas e palestras na área da saúde. Em 2010, foram realizadas diversas atividades na Semana do Idoso, com a finalização no dia Internacional do Idoso, 1 de outubro do respectivo ano. Houve um esvaziamento do grupo nos anos 2011 e 2012. Em 2013, em parceria com o COSE (Centro de Convivência), as atividades foram retomadas. (CÂNDIDO JÚNIOR, 2016, p. 20).

Mas foi no ano de 2014, em decorrência do primeiro contato do autor com o grupo em 12 de fevereiro daquele ano, que foi elaborada uma proposta de trabalho pertinente ao projeto “Meu nome, minha identidade”. A proposta consistia, segundo Cândido Júnior (2016), em uma série sistematizada de oficinas de alfabetização e eventos de letramento, com vistas à emancipação e ao empoderamento dos idosos. O autor trabalhou com 10 colaboradores entre idades as de 64 a 82 anos, composto por nove mulheres e um homem.

O grupo utiliza as quartas-feiras pela manhã uma sala no Centro de Vivência e Fortalecimento de Vínculos, antigo (Cose) na Estrutural. Ao longo das aulas, o Centro de Vivência deu uma importância maior aos idosos. Passou a fazer uma ficha com todos os dados e assim que chegavam novos alunos iam sendo registrados. O grupo passou a integrar o programa do “Cose”. Certa feita em que os servidores do GDF estavam em greve, as aulas

tiveram que ser suspensas, tendo que mudar de lugar. A coordenadora do programa passou a levar o lanche para os idosos no lugar improvisado para as aulas e ao se deparar com o estado precário em que os idosos estavam tendo aula, decidiu que as aulas retomariam para o Centro de Convivência mesmo com os servidores da unidade em greve.

3.6.3 *As Marias em foco*

Para a realização desta pesquisa foram escolhidas 15 idosas residentes na cidade Estrutural. Meu contato com o grupo focal desta pesquisa aconteceu no mês de maio do ano de 2016, após o retorno de Cândido Júnior, de um estágio na Universidade de Georgetown (GU), para retomar o projeto já iniciado no ano de 2014, conforme já explicitado. A partir de então, éramos dois professores para o grupo de idosos. A minha inserção foi aos poucos, uma vez que os alunos já estavam acostumados ao professor Alley. Como ajudante nas discussões e auxiliando os alunos nos eventos de letramentos, a minha integração ao grupo acontecia a cada aula. Importante, então, destacar que a existência de um grupo coeso foi fundamental para que eu pudesse desenvolver a pesquisa como um grupo focal.

O que se observou ao longo das aulas foi um aumento no número de alunas, motivo pelo qual procurei focar o trabalho no letramento de mulheres idosas. Atualmente contamos com mais de 20 alunas que aos poucos foram chegando e se integrando ao grupo. As Marias são idosas entre 62 anos e 87 anos. Apenas três são casadas, as demais são viúvas, divorciadas e solteiras. O vocábulo “solteira” foi o mais utilizado e o preferido por elas para declararem o seu estado civil, ainda que fossem viúvas ou divorciadas.

Figura 3.3 - As “Marias em foco” em uma das aulas no campo Cidade Estrutural



Levando-se em consideração o contexto em que estão inseridas, a Cidade Estrutural, uma das mais carentes e menos assistidas do Distrito Federal, temos a recorrência da reclamação da falta de atendimento à saúde, tendo elas muitas vezes que se locomoverem para cidades distantes a fim de que tenham atendimento médico na especialidade de que precisam. Estamos falando de um grupo de mulheres que, por circunstâncias diversas, não tiveram acesso aos estudos. Muitas das Marias chegaram ao grupo sem conhecer qualquer palavra escrita, e até aquelas com o letramento mais fortalecido carregavam a marca de uma cidadania enfraquecida, motivo pelo qual objetivamos o fortalecimento da cidadania das Marias por meio de práticas discursivas fortalecedoras.

3.6.4 A caminho da Cidadania: Marias no Tribunal da Democracia

Como um dos enfoques deste estudo é o fortalecimento da cidadania, objetivou-se, então, nesta pesquisa, construir juntamente com as idosas, conceitos fortalecedores para as identidades, tais como: o papel da mulher na sociedade, a importância do voto, do representante político, sobretudo, das mulheres idosas. Por isso, busquei a realização de duas visitas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Por meio dessas visitas, buscamos levar a cabo dois momentos de conexão de vozes nesse espaço, conhecido como Tribunal da Democracia.

A primeira visita foi feita ao Museu do Voto e a segunda à Exposição “85 anos do voto feminino no Brasil”. O referido tribunal desenvolve um projeto educativo para jovens estudantes do Distrito Federal com visitas guiadas ao Museu do Voto, cujo tema atual é *Redemocratização do Brasil e da reinstalação da Justiça Eleitoral, em 1945*. O projeto é um dos programas estruturantes da atividade museológica, conforme define o art.46, inciso IV, alínea “e”, da Lei nº 11.904/2009, que trata do Estatuto de Museus. Especificamente, o programa educativo se volta para o planejamento, a execução e a avaliação de projetos educativos capazes de levar os visitantes do museu a refletirem sobre temas relativos à construção de democracia e cidadania no Brasil. Tal programa foi institucionalizado no TSE nos termos da Portaria-TSE nº 293/2011.

No entanto, para que essa visita fosse possível, foi feita uma parceria entre a Universidade de Brasília (UnB) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por meio da Professora Dra. Denize Elena, minha orientadora e autora do projeto ‘Meu nome, minha identidade’. A partir daí, o TSE pôde adaptar o projeto já existente com vistas a atender ao grupo das Marias. Ao final da visita guiada ao Museu, o grupo participou da prática do voto numa eleição simulada

com candidatos do ano de 1945 e de uma roda de conversa, contextualizando o aprendizado na visita.

Assim, ao discutirmos conjuntamente com as idosas a importância do exercício do voto, de votar e ser votado, tivemos a oportunidade de discutir o papel da mulher na democracia brasileira, bem como as conquistas femininas na política. Desse modo, começamos a abrir caminhos para o fortalecimento da cidadania e de suas identidades, pois os eventos discursivos que abarcam as referidas práticas se constituem como fortalecedor de suas vozes, colocando-as como sujeitos participantes.

Com a reflexão a respeito dos conceitos '*cidadania, democracia, mulher, voto e poder*' que primeiro foram trabalhados em sala de aula (na Cidade Estrutural), buscamos dar voz a essas idosas no espaço do TSE, o que aconteceu por meio de uma roda de conversa ao final da visita ao Museu do Voto, do conhecimento das mulheres que fizeram história na conquista dos seus direitos na política brasileira, bem como das entrevistas que concederam à TV Justiça.

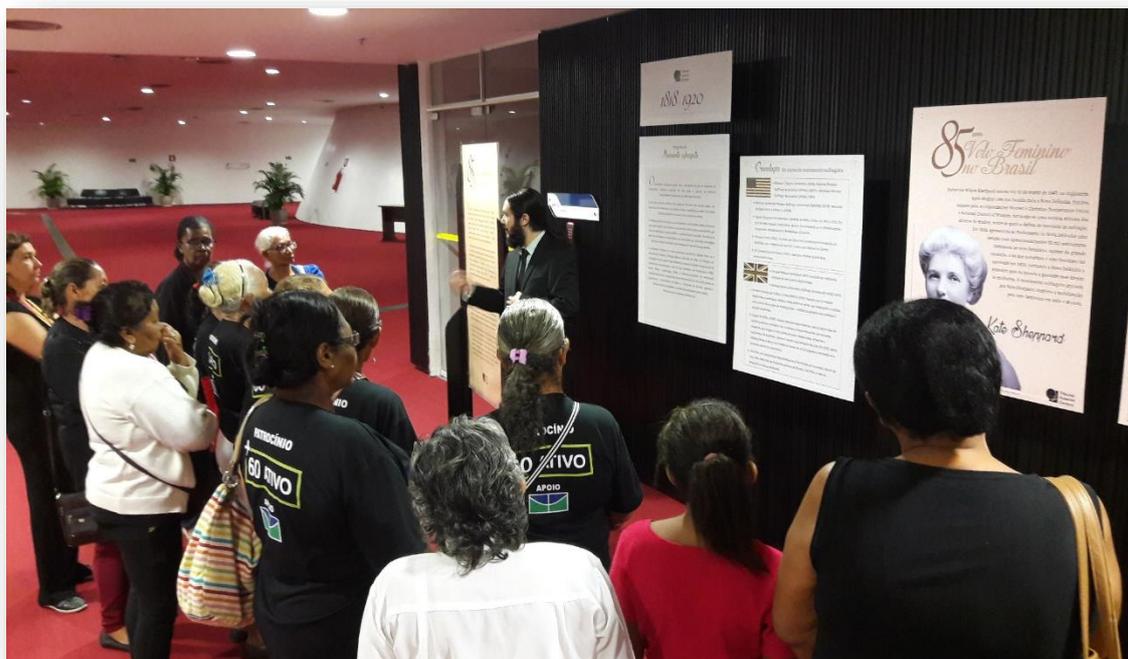
Conforme Borges (2002), a necessidade de participação é algo inerente ao ser humano. Segundo a autora, a participação, então, pressupõe que a pessoa idosa possa conquistar novos espaços, ou seja, estar inserida, realizando-se enquanto indivíduo.

Figura 3.4 - Marias em visita ao Museu do Voto no TSE



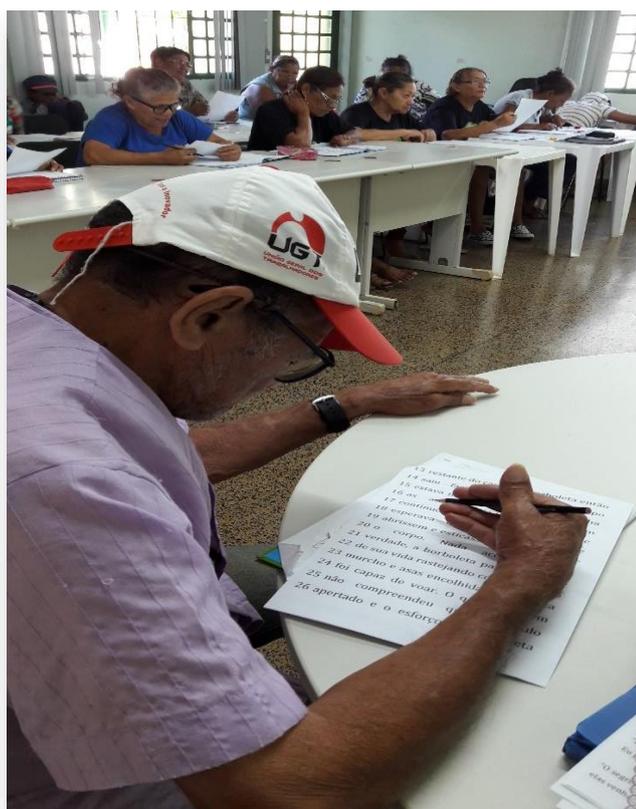
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Figura 3.6 - As Marias em visita à Exposição “85 anos do voto feminino no Brasil”



Fonte: arquivo da autora

Figura 3.5 - Um José entre as Marias



Fonte: arquivo da autora

Há um José entre as Marias, foi assim desde o início da implementação do Projeto “Meu nome, minha identidade” em 2014 com os idosos. Sua história de vida contagia e constitui uma exceção em termos de práticas identitárias, razão por que configura uma excepcionalidade a ser considerada em termos de análise, o que será apresentado no Capítulo IV.

Quadro 3.2 - Perfil social das colaboradoras da Estrutural

Nome	Naturalidade	Idade	Estado de civil
1. Maria Esperança	Piauí	64	Solteira
2. Maria Amiga	Goiás	64	Solteira
3. Maria da Superação	Bahia	70	Solteira
4. Maria Valentia	Maranhão	69	Viúva
5. Maria Solidariedade	Maranhão	79	Viúva
6. Maria Coragem	Maranhão	69	Casada
7. Maria Comprometimento	Ceará	66	Separada
8. Maria Mansidão	Espírito Santo	80	Viúva
9. Maria Guerreira	Bahia	67	Viúva
10. Maria Batalhadora	Bahia	62	Casada
11. Maria Alegria	Ceará	64	Separada
12. Maria Liderança	Pernambuco	74	Viúva
13. Maria Perseverante	Bahia	65	Solteira
14. Maria Vigorosa	Piauí	83	Viúva
15. Maria Renascida	Piauí	64	Viúva
16. José do 38	Bahia	79	Casado

Fonte: elaborado pela autora (2017).

3.7 Algumas considerações

De modo geral, procurei apresentar a metodologia à qual recorri, a qualitativa. Assim, apresentei os critérios utilizados para a coleta e geração de dados nos dois ambientes da pesquisa: Cidade Estrutural e Tribunal Superior Eleitoral. Explicitarei o motivo pelo qual são dois

os ambientes da pesquisa e a importância de cada um deles. Este capítulo teve a intenção de oferecer pressupostos metodológicos para o fim pretendido com o trabalho. A escolha de uma pesquisa de natureza etnográfica foi importante, uma vez que essa metodologia dialoga de forma profícua com a Análise de Discurso Crítica, como um estudo comprometido com a mudança social, o que nos levou a abarcar práticas sociais transformadoras com vistas a atender o grupo aqui pesquisado: as Marias e não deixar de fora o José, uma exceção indispensável.

CAPÍTULO 4 - A CAMINHO DAS ANÁLISES

“A leitura do mundo precede a leitura da palavra, e esta é uma continuação daquela.”

Paulo Freire

este capítulo, analiso os discursos de pessoas da terceira idade, construídos em dois espaços diferentes, os quais foram balizados, sobretudo, por suas particularidades, por procedimentos metodológicos específicos de natureza etnográfica. De um lado, um contexto de pobreza na periferia do DF (a Cidade Estrutural), onde vivem as pessoas idosas, colaboradoras da pesquisa ora apresentada. De outro, um contexto institucionalizado e de poder, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que elas visitaram pela primeira vez. Esses dois espaços paradoxais, que deram origem aos dados aqui analisados, configuraram-se relevantes, à medida em que passaram a abrir espaço para uma perspectiva de mudança social em prol do resgate da cidadania, o que será discutido mais adiante.

O capítulo encontra-se dividido em seis seções. Na primeira seção (4.1), apresento as veredas para uma relação dialógica textual entre o espaço da Estrutural ao Tribunal Superior Eleitoral, onde delinheiro um panorama do trabalho nas fronteiras do *locus* desta pesquisa. Na seção (4.2), traço o caminho da microanálise dos dados empíricos e, para a apresentar a gramática da experiência da vida das Marias, trago o perfil de cada uma das colaboradoras, caracterizando-as. Paralelo ao perfil das Marias, apresento o único colaborador homem, cujo relato constitui um arremate desse grupo focal. Na seção (4.3), “Maria, a vida começa agora”: um caminho libertador revelado no discurso das mulheres, apresento e discuto as categorias que emergiram dos dados selecionados. Na seção (4.4), apresento as práticas discursivas em transformação. Na seção (4.5), discuto uma interação dialógica excepcional e, em (4.6) apresento uma prática discursiva surpreendente entre as práticas sociais da vida cotidiana.

Nessa perspectiva, a partir de diferentes ângulos, procuro analisar os discursos selecionados. Início com a seleção de dados extraídos das entrevistas focalizadas no espaço onde aconteceram as práticas de letramento. Entre essas, destaca-se o tema da violência, mediante o debate em sala sobre a Lei “Maria da Penha”. Momento oportuno também foi o da palestra participativa com os coordenadores do CRAS no ambiente da sala de aula, espaço

cedido no Centro de Vivência e Fortalecimento de Vínculos (antigo COSE). Destaca-se, por outro lado, o evento da “Roda de conversa”, bem como as entrevistas que aconteceram no espaço do TSE. Finalizo com os textos que compõem a interação dialógica entre esses dois *locus* de pesquisa: Cidade Estrutural e Tribunal Superior Eleitoral.

Entre os dados selecionados para o presente capítulo, encontram-se fragmentos de textos de documentos de língua oral, resultantes da fala das idosas em debates de sala de aula, na roda de conversa realizada no TSE, bem como documentos de língua escrita, quais sejam, bilhetes de agradecimento das visitantes, pela oportunidade de conhecerem o Museu do Voto. Para complementar essa seção de interação dialógica, continuada após o referido evento, apresento o bilhete do servidor do Tribunal direcionado a elas. Além desses documentos de língua escrita, registro textos institucionais, pertinentes às unidades do TSE, que foram produzidos em função da repercussão dos bilhetes de agradecimento das nossas colaboradas da pesquisa, depois da visita ao TSE.

4.1 Veredas de uma relação dialógica textual: da Estrutural ao Tribunal Superior Eleitoral

Inicialmente, apresento o fluxograma que indicia o percurso pelo qual a pesquisa passou. Nele, pode-se observar a síntese dos momentos das práticas sociais, bem como as práticas discursivas nas mais diversas etapas e nos dois ambientes, *locus*, desta pesquisa. Os efeitos sociais da visita dos idosos ao TSE, como o primeiro grupo da terceira idade a visitar o Museu do Voto, o que lhe rendeu um projeto piloto no referido Tribunal a partir de uma parceria realizada entre a Universidade de Brasília (UnB), concretizada pela professora Dra. Denize Elena Garcia, coordenadora do projeto “Meu nome, minha identidade” e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Figura 4.1 - Veredas para uma relação dialógica textual

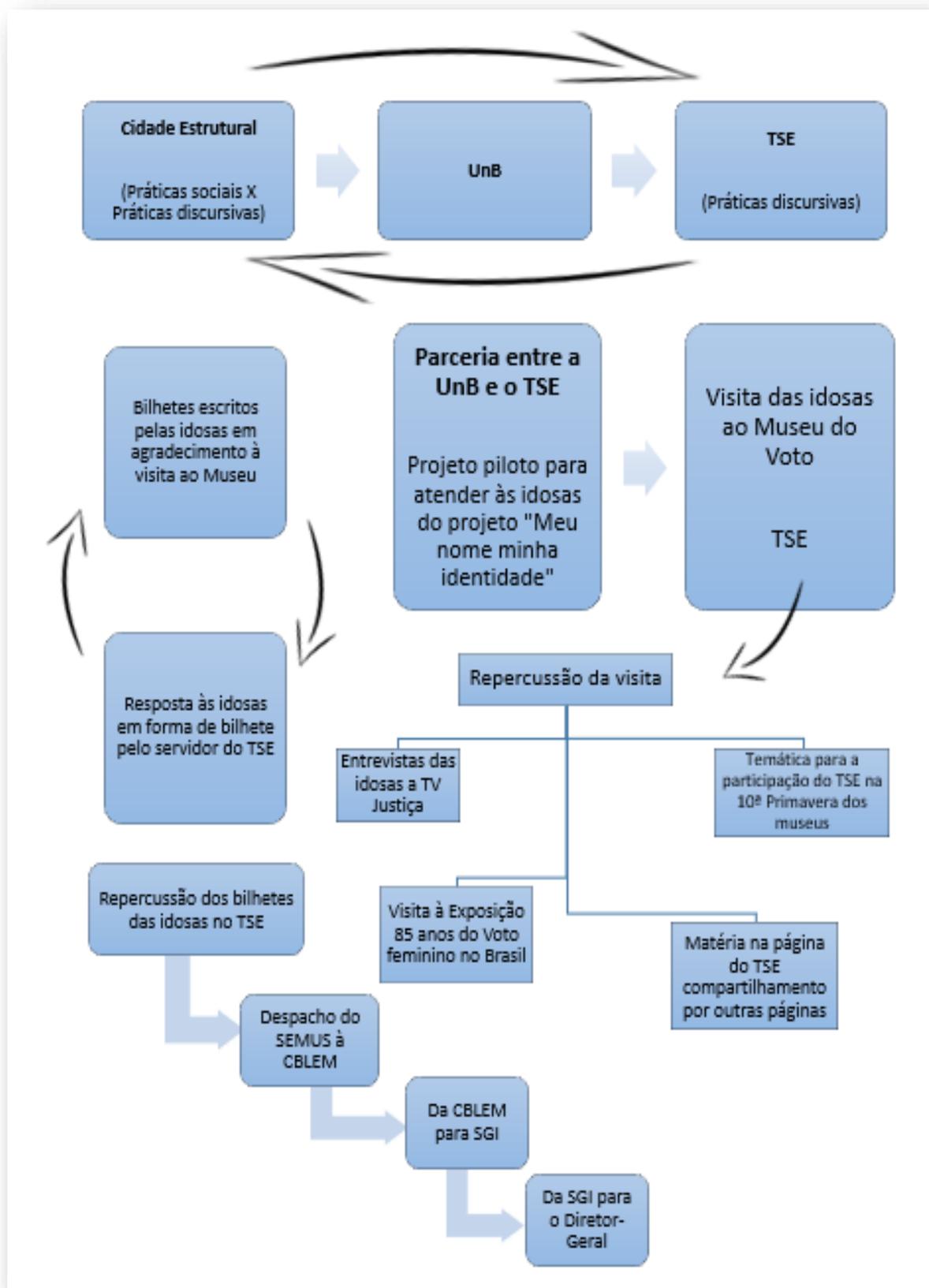


Figura 4.2 - Democracemos



Fonte: arquivo da autora

Figura 4.3 - Práticas de letramento



Fonte: arquivo da autora

Ao fazer a visita ao TSE, o propósito era conectar vozes e propiciar contato com outros espaços, a fim de discutir questões referentes à cidadania a partir do processo de mostra na exposição sobre a redemocratização no Museu do Voto. A partir dessa visita, algumas repercussões acontecerem nos dois contextos. Para o contexto Estrutural, as colaboradoras da pesquisa foram beneficiadas com o acesso a um novo espaço, diferente da realidade em que

estão inseridas e, porque não dizer, distante. Nesse ambiente, até então desconhecido por elas, foi-lhes dado o direito à fala. Por meio de uma roda de conversa, o Tribunal da Democracia tornou-se palco de um momento rico para a história das idosas e também do Tribunal, nele as

Figura 4.4 - Roda de conversa no Tribunal Superior Eleitoral



Marias foram ouvidas e duas delas entrevistadas pela TV Justiça⁹.

Fonte: arquivo da autora (2016)

Depois da visita ao Tribunal, uma das Marias recebeu em sua casa a equipe de jornalismo do TSE para uma entrevista ao programa #CONFIRMA¹⁰, que busca interação com o eleitor e o telespectador, podendo ser assistido, também, por meio das redes sociais. O TSE produziu um relatório avaliando positivamente a visita. Além disso, as idosas puderam participar de mais uma visita ao TSE, dessa vez para a exposição “85 anos do voto feminino no Brasil”, também guiada pelo servidor do Tribunal. Essa foi uma sequência de eventos discursivos, nessa cadeia de efeitos nascida a partir da parceria UnB/TSE para colocar dois contextos paradoxais, a Cidade Estrutural e o Tribunal Superior Eleitoral, cooperando com o resgate da cidadania de um grupo em vulnerabilidade social. O maior de todos os efeitos positivos, advindos dessa parceria, aconteceu para as Marias que, agora, em relação ao voto, à política e aos seus direitos têm uma nova postura.

⁹ **Visita dos idosos ao Museu do voto no TSE**

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_BSHHCxUq0w> Acesso em: 16 nov. 2017

¹⁰ **7ª Edição do #Confirma** “A participação da mulher na política”

Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=VWFcYwyzif0&index=108&list=PLljYw1P54c4wnpGbwwyX55tnxNXI2IAuc>>. Acesso em: 16 nov. 2017

4.2 A caminho da microanálise dos dados empíricos: a gramática da experiência da vida das Marias

Para conhecermos a gramática da experiência das Marias, é preciso conhecer cada uma das colaboradoras desta pesquisa antes de entrar na microanálise dos dados. Trata-se de examinar o perfil de cada uma delas, o que lhes diferencia e o que as torna iguais. Pode-se afirmar que a realidade hoje vivenciada pelas Marias, no contexto educacional, constitui um reflexo de políticas educacionais do passado, em que a educação não era de fácil acesso, principalmente, para os moradores da zona rural. O caso da maioria das pessoas idosas. Sabemos, também, que a maior quantidade de analfabetos está entre os idosos, sendo as mulheres a maioria, motivo pelo qual escolhemos trabalhar com esse gênero social.

O perfil que tracei das pessoas idosas, colaboradoras do presente estudo, facilitou na escolha do pseudônimo de cada uma, o que se coaduna com uma das exigências do Comitê de Ética.¹¹

4.2.1 Maria Solidarietà – 79 anos

Natural do Maranhão, Maria Solidarietà é uma senhora de estatura baixa, sendo ela a menor entre as Marias, morena, aponta os primeiros fios de cabelo branco. Possui um letramento rico em plantas medicinais, para tudo há um remédio. Em função da solidariedade, marca que lhe é própria, sua vida é ajudar as pessoas. Nem as marcas da violência física e psicológica lhe tiraram esse amor. Não há outro substantivo melhor para definirmos essa atitude. Seus “ombros suportam o mundo”, mundo aqui é o que ela carrega para o seu próximo, numa sacola ou numa mochila, sempre há algo para doação. Se precisou, ela estende a mão e nunca foi peso, porque é para um “irmão”. Assídua nas aulas, inclusive, em outros eventos sociais organizados fora da classe. Por vezes esteve presente em aula até com a clavícula quebrada, mas de pé e inteira, nos ombros, a mochila, sua fiel companheira. Cabe aqui registrar que Maria Solidarietà não está mais participando das aulas, foi acometida por uma doença e está sob os cuidados de uma das filhas. Não reconhece mais ninguém, porém aqui fica o registro de uma história que não pode e não será esquecida.

¹¹ Processo de nº 08142/2017, em andamento.

4.2.2 Maria Vigorosa – 84 anos

Maria Vigorosa é uma das nossas alunas mais velhas. Apesar dos seus 84 anos, possui um vigor que nos impressiona. Essa Maria é maranhense, viúva, de estatura mediana, cabelos grisalhos e longos, não passa despercebida. Está presente desde o início do projeto em 2014 e rara são às vezes em que não está presente em sala de aula. É muito preocupada com a pontualidade, pois nem sempre pode chegar no horário. Às vezes vai de ônibus, outras vezes a pé. Se percebe que o transporte está demorando, ela faz jus ao seu vigor e vai andando. Por vezes, a encontramos no caminho da Estrutural e a ela damos carona, prontamente aceita e declara: pensei que estava atrasada. Maria Vigorosa é evangélica e no seu discurso é recorrente a sua fé em Deus, a sua fidelidade a Ele, à igreja e ao pastor. Para essa Maria, a solução para os problemas do mundo não pode vir de outro lugar, de outra pessoa que não seja de Deus.

4.2.3 Maria Amiga – 65 anos

Maria Amiga é uma senhora alegre, está sempre sorrindo, sua presença na aula não passa despercebida e, se chega em sala atrasada, o silêncio do ambiente é tomado por uma saudação calorosa e em nada silenciosa. É nascida no Goiás, num vilarejo chamado Fazenda da Pindaíba, próximo à Alvorada do Norte. Muito esforçada, atenta às aulas, para cada acerto uma comemoração, digna de quem se empenhou muito para isso. Das Marias é a que mais tem entrosamento entre todas, sabe onde mora a maioria das colegas. E quando é necessário o contato com as demais alunas, essa Maria está sempre pronta para ajudar, ela vai atrás da colega na igreja, na casa, sua disposição em ajudar é impressionante. Ela é amiga, solidária a dor do outro. Para corroborar com sua maior característica, a de ser amiga, certa feita, ela deixou a turma em meio à aula para acompanhar outra Maria que havia perdido um ente querido, saiu abraçada à amiga.

4.2.4 Maria Mansidão – 80 anos

Maria Mansidão é do Estado do Espírito Santo, da cidade de São Mateus. É viúva, aposentada, morena, magra, de uma elegância refinada, eu a chamo de modelo, possui uma voz mansa que aparece poucas vezes em função de sua timidez, até o seu sorriso é tímido. Essa Maria também está no projeto desde o início, ano de 2014. Ao longo das aulas e depois de um tempo, Maria Mansidão melhorou em relação à sua baixa autoestima. As práticas discursivas em sala de aula, a interação entre os colegas e a forma como é motivada pelos professores e as

Marias a tem ajudado. Por um tempo, precisou deixar as aulas no início do projeto, por causa de uma cirurgia nos olhos, o que comprometeu o progresso nas práticas de letramento. Em função, também, desse episódio possui dificuldade na escrita, mas ela atribui ao esquecimento, declara ser esquecida e que não tem lembrado das coisas ultimamente. Sua presença em sala traz paz e calma, ela é mansidão, a Maria.

4.2.5 Maria Alegria – 65 anos

Maria Alegria nasceu em Serra Grande no Estado do Ceará. Tem estatura baixa, morena, de sorriso fácil. Está presente desde o início do projeto, é uma senhora muito esforçada, ainda não é aposentada e tem como renda alguns trabalhos. Maria Alegria cata latinhas, lava roupas, entre outros afazeres que surgem, como ela mesmo diz: não há tempo ruim para ela. Isso lhe garante uma renda de quase um salário mínimo. É sempre disposta e em todo tempo alegre, sua única reclamação é em função de um problema que tem nas vistas e que a acompanha desde a mais tenra idade. Enxerga pouco, por isso a dificuldade com os textos expostos no quadro, em mãos seus textos são sempre produzidos em letras maiores para facilitar sua leitura. Teve seu problema de vista agravado depois de fazer uma cirurgia de catarata nas carretas do Governo do Distrito Federal (GDF). Em função disso, tem fortes dores de cabeça, porém esse problema não lhe tirou a alegria e a disposição, pois é uma das Marias mais assíduas nas aulas. Sua esperança e fé deram vida a um novo capítulo na sua história: uma causa ganha num processo contra o GDF por meio da Defensoria Pública do Distrito Federal. Maria Alegria fará a cirurgia de que precisa para tirar os entraves que atrapalham a sua visão.

4.2.6 Maria Comprometimento – 66 anos

Maria Comprometimento é cearense, nasceu em Granja do Ceará, perto de Fortaleza, porém ainda jovem foi morar no Maranhão. Morena, cabelos encaracolados, amarelados, não sei se de sol ou de tinta, de estatura mediana. Em função de uma poliomielite contraída ainda na infância, possui dificuldades na locomoção, seu caminhar é rígido, arrastando os pés. Sua infância e juventude foram longe da escola, dentro dos campos de babaçuais, onde exerceu a profissão quebradeira de coco. Já no Distrito Federal foi doméstica e também catadora de lixo no lixão da Estrutural, o maior da América Latina. Hoje é aposentada por invalidez, uma conquista com muita luta. Maria Comprometimento é aluna modelo, pois é assídua nas aulas, é a primeira a chegar e faz todas as atividades, inclusive, aquelas que são passadas para casa, ela sempre entrega na próxima aula, por vezes foi a única a trazer o que era

pedido na aula anterior. No projeto desde o início, possui o letramento mais avançado, sua autonomia na escrita é visível, já presenteou os professores com seus bilhetes. Sua letra é bonita, orgulha-se de sua independência no ir e vir advinda da conquista da leitura. “Hoje, eu vou pra onde eu quero, sei ler as placas de ônibus”. Seu sonho é que o nome do ex-marido saia dos seus documentos. Foi por ele abandonada há mais de 30 anos, mas convive com a sombra do nome do homem que lhe deu às costas. Como comprometida que é não descansará até a liberdade do seu nome no papel. Ainda que a justiça o considere vivo, ele já morreu há muito tempo na memória dessa Maria.

4.2.7 Maria Esperança - 65 anos

Maria Esperança nasceu no Piauí, é uma mulher negra, forte, estatura mediana, alegre, está sempre sorrindo. Quem assim a vê não imagina os percalços que teve de enfrentar ao longo da vida, sendo ela em alguns momentos vítima de racismo e também de violência psicológica. Na infância não teve oportunidade de estudar. Ao chegar em Brasília ensaiou os primeiros anos na escola e teve de parar por aí. As circunstâncias adversas mais uma vez a impediram de continuar, mas a sua esperança, ah, essa não poderia lhe faltar e não faltou. Evangélica e cheia de fé em Deus, Maria Esperança atribui a essa fé, as conquistas que alcançou durante toda a vida, como o fato de ter criado dois filhos sozinhas e sido forte em meio as inúmeras humilhações que teve de passar. Em sala é muito esforçada, também é uma das alunas mais assíduas.

4.2.8 Maria da Superação – 73 anos

Maria da Superação nasceu em Itajuí, Bahia. Uma senhora negra, cabelos encaracolados, sempre presos, tímida e de pouca fala. Sua primeira superação aconteceu ainda muito cedo quando aos dois anos de idade deixada por sua mãe, essa que após se separar do marido saiu distribuindo os filhos. Segundo ela, não sabe cor de mãe e nem de pai. Em função disso, acredita, não teve oportunidade de estudar na infância, pois foi criada por um e por outro, não tendo um lugar certo para morar. Somente quando veio morar em Brasília para trabalhar em uma casa de família aos 14 anos é que estudou, segundo Maria da Superação, apenas um ano. Foram muitos os problemas enfrentados desde a infância, violência física e psicológica, superar é um verbo que lhe é muito familiar. Hoje, Maria da Superação enfrenta um câncer com sagacidade, assídua nas aulas desde que entrou no grupo, só falta nos dias de quimioterapia e quando está hospitalizada.

4.2.9 Maria Valentia – 70 anos

Maria Valentia é maranhense, viúva e aposentada. Cabelos curtos e brancos, é morena e possui uma baixa estatura. Está desde o início do projeto no ano de 2014. Uma aluna assídua e esforçada, participativa nas atividades individuais e em grupo, além daquelas que extrapolam a sala de aula, como os passeios, as visitas entre outras que acontecem ao longo do ano. Reconhece que tem muita dificuldade em ler e escrever, mas segue perseverando, sonha em um dia ter aula de matemática, pois alega ter mais facilidade com os números do que com as letras. Esse dia vai chegar. É uma mulher guerreira, de pulso firme, parece não ter medo de nada. É assim que ela se mostra em seu discurso em relação às dificuldades que já teve de enfrentar na vida e com aquelas que insistem em aparecer. Sua valentia a faz vencer.

4.2.10 Maria Coragem – 70 anos

Maria Coragem é maranhense, negra, cabelos longos e grisalhos. Está presente desde o início do projeto em 2014, também frequenta as primeiras séries em uma escola da região no período noturno. É evangélica e assídua na igreja, em função de sua atuação e disposição nos serviços ministeriais foi consagrada à diaconisa, relato que ela se orgulha em contar, tendo recebido esse posto com honra. É fácil reconhecer em seu discurso sua relação com Deus e a igreja, ocupando em sua vida o primeiro lugar, motivo por que em função dos compromissos na igreja tem faltado algumas aulas. É uma mulher de fibra, de coragem e não desiste fácil das coisas, é sobretudo uma mulher de fé. Sua coragem a levou a participar do programa Soletrando no DF representando a turma. Para ela mais uma superação entre tantas que teve ao longo de sua vida, vale aqui lembrar que Maria Coragem ficou viúva por três vezes. Sendo a primeira aos 20 anos de idade. Hoje é casada, mora com o esposo e os filhos.

4.2.11 Maria Liderança – 74 anos

Maria Liderança é pernambucana, nascida na cidade de Araripina. É uma senhora de estatura baixa, cabelos curtos e tingidos de preto, viúva. Uma mulher extrovertida de sorriso fácil, está sempre disposta a ajudar. Também é muito entrosada com os colegas de sala de aula e não há uma temática em que ela não tenha participado. É uma das colaboradoras no antigo Cose, atual Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, local onde acontecem as aulas. Em sala está sempre ajudando um colega com mais dificuldade do que ela, o lanche também é ela quem se disponibiliza para servir. Possui facilidade em se expressar e isso lhe

reendeu um convite para uma entrevista para falar sobre mulheres na política. Maria Liderança teve de deixar o projeto porque precisou mudar de cidade para cuidar de uma filha. Deixou com pesar a turma, mas teve o carinho e uma despedida digna de uma líder.

4.2.12 Maria Renascida – 64 anos

Nasceu em Santa Filomena no estado do Piauí. Uma senhora morena clara, cabelos ondulados na altura dos ombros, mansa, tímida e tranquila, uma aluna assídua, tem participado de outros projetos na Estrutural, o que tem lhe ajudado a vencer a timidez, como ela mesmo declara. É visível o seu progresso em sala, pois no início nada falava, hoje sua voz é presença certa nos debates em aula. É muito atenta em sala de aula, nos conteúdos ministrados, nos desafios lançados. Certa vez declarou que não imaginava que ainda pudesse aprender alguma coisa depois dos 60 anos. Mulher guerreira, já enfrentou vários problemas, o maior deles, a morte do marido, marco segundo ela para seu renascimento, pois foi ali que teve a oportunidade de ter acesso pela primeira vez aos seus documentos. Renasceu em meio ao caos para vida e para continuar transmitindo vida a quem dela dependia: os filhos.

4.2.13 Maria Batalhadora – 63 anos

Nasceu na Bahia, uma mulher branca, magra, alta e sorridente. Teve pouca oportunidade de estudar na infância em função da localidade em que morava, povoado pequeno. Como tinha muitos irmãos homens, precisou ir para roça trabalhar fazendo comida juntamente com sua mãe. O pouco tempo em que estudou foi à noite, uma vez que durante o dia precisava trabalhar. As professoras da região foram levadas por um padre e não permaneceram lá por muito tempo. Na turma das Marias é uma das que tem o letramento mais avançado, isso faz com que ela ajude as colegas nas atividades. Muito participativa, sua voz é ouvida em todos os debates e nas discussões no dia a dia das aulas. É uma mulher batalhadora, dedicada em todos os afazeres que lhe vem às mãos.

4.2.14 Maria Perseverante – 66 anos

Maria Perseverante nasceu em Riachão das Neves na Bahia, é uma senhora negra, cabelos curtos, estatura mediana, divorciada, mas prefere a expressão solteira. Uma mulher fina, mansa, humilde, caminha vagarosamente, é pouco comunicativa. Na infância não teve oportunidade de estudar, pois não havia escola e nem professores em sua localidade na roça,

porém já adulta enfrentou, segundo ela mesma o Mobral. Sua chegada ao grupo foi para ela importante, uma vez que havia sofrido um início de AVC, tendo a sua articulação motora comprometida e assim as aulas têm sido de importante valia para recuperação de Maria Perseverante. Uma terapia para além do físico. Morava sozinha na Estrutural, mas depois de ter um vizinho assassinado ficou traumatizada e foi morar com uma filha em outra cidade, em função disso passou uns dias sem frequentar a aula, porém apesar de residir em outra cidade, todas as quartas Maria Perseverante está em aula, é uma das primeiras a chegar.

4.2.15 Maria Vivacidade – 87 anos

É uma mulher negra, cabelos brancos, nascida no Maranhão, foi durante muito tempo quebradeira de coco, hoje caminha com dificuldade, precisa da ajuda de um andador. Não teve oportunidade de estudar, mas agora no auge dos seus 87 anos ela chegou ao projeto com uma vontade inabalável de aprender, só sabia escrever o nome e ainda com muita dificuldade. Em pouco tempo é visível o seu progresso, em sala é muito focada na aprendizagem, em casa copia e repete as atividades de sala. Em seu primeiro dia de aula declarou: “eu estava perdendo meu tempo”. Em outro momento, a coordenadora do grupo perguntando aos idosos sobre o que estavam precisando para completar a comemoração do dia do Idoso, ela disse: eu quero mais dia de aula, um só é pouco.

4.2.16 Um José entre as Marias - 79 anos

Natural de Fátima na Bahia, José é um senhor moreno, magro, de estatura mediana. Fisicamente fragilizado, carrega no corpo vestígios dos percalços na vida enfrentados: visão e audição comprometidas, além do crânio amassado. As cicatrizes visíveis e o formato de sua frente, além da deficiência auditiva, são frutos de um acidente de trabalho que ele sofreu aos 65 anos. Seu José é o único homem da turma. Está entre os primeiros a chegar e é um dos alunos mais assíduos no grupo. Presente desde o início do projeto em 2014, sua ausência em sala é claramente notada pelas Marias. Possui excelente senso de humor, ama conversar e recordar suas experiências de vida, trazendo revelações surpreendentes nos acontecimentos que marcam seus 79 anos de idade. Das reclamações que expressa, estão as culpas que leva em casa pelo sumiço das coisas. Que coisa!! Nem as durezas de sua existência o embruteceram. É incrível como trata com leveza as adversidades da vida. Ele faz poesia em meio ao caos.

Das práticas discursivas de seu José trataremos mais adiante. Por agora, comecemos pelos relatos das Marias.

4.3 “Maria, a vida começa agora”: um caminho libertador revelado no discurso das Marias

Nesta seção, apresento as categorias analíticas identificadas no discurso das idosas, ora como documentos da língua oral, ora como documentos escritos, os quais mostram a recorrência na forma de representar, de (inter)agir e de se identificar nas práticas sociais que motivaram esta pesquisa. As categorias elencadas a seguir saltaram dos dados empíricos e revelaram a conexão entre o discurso e a estrutura social, pois as categorizações favorecem a compreensão dos modos de representação do mundo, da vida social, bem como seus processos e relações.

Trata-se de um grupo alvo, atingido por discriminação e injustiça, frequentemente por essas pessoas da terceira idade não terem autonomia na leitura e escrita são passadas para trás, por isso é possível dizer que estão em desvantagem no cenário socioeconômico atual alimentado pela pobreza “abstrata.” Sobre esse assunto, Silva (2013) entende que de acordo com a gramática do termo, pobreza constitui um espaço cada vez mais abstrato, razão pela qual pode remeter a “efeitos ocultos”, conforme sugere Kress (1985), ao focar estruturas ideológicas no discurso.

Ressalta Silva (2013, p. 89), de início, que miséria e pobreza, embora possam aparecer separadas em determinados momentos da vida de uma pessoa, uma família ou um país, encontram-se na maioria das vezes atreladas, o que implica estados (permanentes ou transitórios) que se complementam mutuamente, sobretudo, quando existem dentro das condições de vida de grupos de pessoas ou de comunidades inteiras que vivem em situação de exclusão social. Em estudos anteriores, a autora vem mantendo o firme propósito de levar a cabo trabalhos de pesquisa a fim de desnaturalizar e, em condições propícias, até mesmo desestabilizar o discurso do “senso comum”, decorrente de práticas sociais repetidas de maneira convencional, associadas a relações de poder, o que, a meu ver, leva à banalização da pobreza e as práticas discursivas “naturalizadas” de discriminação, tais como as que associam pobreza à violência. (SILVA, 2007a, 2007b, 2009).

Os excertos aqui apresentados constituem recortes de entrevistas focalizadas, debates em sala de aula, entrevistas para a TV Justiça, rodas de conversa no TSE de forma mais fiel possível. Algumas entrevistas focais retirei da Tese de doutorado “*Discurso e identidade(s) de pessoas idosas: das histórias de vida às práticas de letramento*”, (CÂNDIDO JÚNIOR, 2016), por serem os mesmos sujeitos de pesquisa alvo deste trabalho.

As Marias configuram atores sociais que vivem em situação de vulnerabilidade social. Os relatos selecionados significam dados em consonância com o pensamento de Fairclough (2001), para quem o discurso constitui uma forma de prática de social. Para a análise da interioridade da língua, utilizarei a Linguístico Sistêmico Funcional (LSF) de base hallidayana que também leva em conta as escolhas, as opções, as necessidades, bem como os propósitos dos falantes, o que se reflete na exterioridade da linguagem. Enfocar o discurso como prática social e, ao mesmo tempo, a interioridade do sistema linguístico (estrutura) constitui o corolário do que podemos chamar de relação da estrutura linguística com a estrutura social. (FAIRCLOUGH, 2003). Todos os discursos aqui relatados comprovam essa relação do que foi declarado, inspirado pelo vivenciado no contexto.

Apreciemos, a seguir, as categorias que emergiram a partir dos dados analisados.

4.3.1 Metáfora da cegueira

Em uma sociedade letrada, quem não lê é cego. Essa é a construção discursiva sob a ótica de quem vivencia ou vivenciou o analfabetismo na pele. Esse discurso, recorrente nos campos dos letramentos, não foi diferente nos sujeitos colaboradores desta pesquisa. Segundo o que dizem, quem não sabe ler, não enxerga e ainda vão mais além, não enxergam o mínimo relacionado à vida, aos seus direitos. De outro modo, a aquisição da leitura tem propiciado às Marias enxergar o mundo de outra forma. É possível observar nos textos marcas linguísticas recorrentes, trazendo semelhanças nesse aspecto: o benefício da leitura, do estudar, das aulas. Pois é verdade, segundo as colaboradas deste trabalho, que o conhecimento pode abrir os olhos e as fazer enxergar e assim começar a ver o mundo literalmente de outra forma.

Seguem, a partir de agora, um conjunto de excertos que indiciam o discurso da metáfora da cegueira nos ambientes em que ocorreram as práticas discursivas:

- (1) *Quanto mais a gente começa ter conhecimento..., daquela lei..., mais a gente corre atrás, né? tem muita coisa que a gente não conhece, mas só conhece, por exemplo, estudando, vindo pra cá, ouvindo vocês conversar, se surge um caso na vida da gente, pra gente corre atrás, daquele caso ali a gente vai descobrindo o direito que a gente quer.”*

(Documento de língua oral - Maria Renascida, 64)

- (2) *Você já pensou, uma pessoa que é cego, que é uma pessoa que nunca estudou, não teve capacidade de entrar em colégio, pra hoje eu tá enxergando várias coisas. Isso é maravilhoso demais.*

(Documento de língua oral – Maria Valentia, 69)

Enquanto o excerto (1) traz implícito o desvelamento da metáfora da cegueira, o excerto (2) uma pessoa que não sabe ler está representada metaforicamente por uma pessoa que é cega. A expressão “*pra hoje eu tá enxergando várias coisas*” está representada como alguém que já consegue ler. O relato foi feito por meio de uma entrevista feita à TV Justiça em que a idosa fala sobre a experiência de ter visitado um museu pela primeira vez. A alegria expressa no sintagma: “*É maravilhoso demais*” revela a intensidade que o descobrimento da leitura pode proporcionar para aqueles que outrora eram “*cegos*”. Por isso, para Fairclough (2003), a metáfora é um recurso disponível para produzir representações distintas do mundo.

Para Fairclough (2003, p. 164), discursos são também diferenciados pela metáfora, tanto no sentido usual de “metáfora lexical”, palavras que geralmente representam uma parte do mundo sendo estendidas a outro, quanto no que o autor chama de metáfora gramatical (por exemplo, processos sendo representados como ‘coisas’, entidades, mediante ‘nominalizações’. A metáfora também se dá na incongruência em relação aos processos relacionados, uma vez que *enxergando* é processo mental de percepção e *ler* processo mental cognitivo.

- (3) *Eu quero aprender lê pra mim lê a bíblia! Aprendê a lê as coisa, assim, que vê passa, eu aprendê a lê, né? Pegá um ônibus certo... eu quero aprender mais pra mim aprender mais, né? Fazê compra. Fazê conta, assim, né? Quando vai fazê uma compra, pra ver... vê os nomes. De vez em quando, mesmo assim, eu não dou conta assim, tem que pergunta pros outros! Ali é muito chato, né?”*

(Documento de língua oral - Maria Amiga, 65 anos)¹²

- (4) *É tão bom chegar num lugá e saber se expressar! Sabê entrar e sair. É muito bom! E se você num sabe de nada, tudo que você vai fazer tem que pidi, tem que pidi ajuda! Eu tô numa parada de ônibus, eu, eu sempre peço ajuda pra podê pegá o ônibus. Que eu não, eu não tô vendo o ônibus.*

(Documento de língua oral - Maria Alegria, 65 anos)¹³

Para Fairclough (2003, p. 183), descrever a natureza precisa e a distribuição das metáforas gramaticais pode ser encarado como uma forma produtiva de pesquisa em textos em uma conjuntura social específica e nos processos de mudança social. Pode-se ponderar que um processo de mudança social começa com o direito de escolha, o que se configura de imediato no conceito de cidadania.

¹² Dados oriundos do trabalho de Cândido Júnior (2016).

¹³ Dados oriundos do trabalho de Cândido Júnior (2016).

4.3.2 Cidadania: o direito de escolha

No debate em sala de aula, relatos abordaram diversos problemas sociais, isso contribuiu para reflexão de cada uma das Marias a respeito dos mais variados assuntos. Esses problemas são comuns nesse grupo social desassistido, sobretudo aqueles que dizem respeito aos seus direitos.

Dessa forma, importa-nos, aqui, colocar que a cidadania constitui um dos fundamentos constitucionais da nossa República (Art.1º, II), que tem por objetivo construir uma sociedade livre, justa e solidária; reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (Art. 3º, I, III e IV, da CF) (BRASIL, 1988).

Nos relatos em que emergem essa categoria, veremos alguns atores sociais que foram incluídos e tiveram participação essencial para entendermos a posição que as Marias ocuparam nas diversas escolhas que lhes foram apresentadas ao longo da vida e o motivo por que esse direito lhes foi negado. Aqui, os maridos, os patrões e os pais são esses sujeitos que poderíamos elencar na categoria do poder, uma vez que nas práticas sociais que aqui foram exteriorizadas, eles foram aqueles que tomaram as decisões, que decidiram o que cada Maria poderia ou não fazer desde a infância. Também importa-nos conhecer os lugares e as posições ocupadas pelos sujeitos da pesquisa. São mulheres, todas aqui nascidas em áreas rurais, em um contexto de pobreza e em uma família numerosa.

Por isso Silva (2009) destaca a teoria hallidayana como uma proposta teórica que envolve o estudo da língua em sua interioridade, mas que também leva em conta as escolhas, as opções, as necessidades, bem como os propósitos dos falantes, o que se reflete na exterioridade da linguagem. Tratando-se, sempre segundo a referida autora, de uma correlação entre a estrutura linguística e a estrutura social.

- (5) *e aí quando eu tava com cinco ano meu pai me tirou eu de casa pra botá na roça. Aí eu não estudei nada! A vó tinha vontade, mas não tinha poder! Meu pai era burro, desses homi... mau...eu num tive esse tempo de estuudá... estudei muito foi panhano, rancano capim, rancano esses, cortada de tanto rancar capim aqui (mostra a mão), minha mão é cortada de ispuleta, que era pra arrancá, num era pá cortá, era pá rancá.*

(Documento de língua oral - Maria Solidariedade, 79 anos)¹⁴

¹⁴ Dados oriundos do trabalho de Cândido Júnior (2016).

- (6) *No tempo da minha infância tinha que trabalhar... Comecei trabalhar com a idade de sete anos, terminei com dezessete para poder casá, né? Não tive oportunidade, assim, pra estudá.*

(Documento de língua oral - Maria Liderança, 74 anos)¹⁵

Nos excertos (5) e (6) temos dois relatos, surgidos durante entrevistas focalizadas nos quais as Marias falam sobre a falta de oportunidade de estudar, algo muito comum à época, primeiro por serem moradoras da área rural, segundo por serem mulheres. Nesses dois relatos temos dois exemplos de mulheres que não tiveram direito de escolha para estudar, figuram como atores sociais assujeitados, uma vez que outras escolheram por elas. No primeiro relato (5), temos que nas ações presentes na fala da Maria Solidariedade tem como principal participante o pai, é ele quem não a deixar estudar “*e aí quando eu tava com cinco ano meu pai me tirou eu de casa pra botá na roça. Aí eu não estudei nada!*”

O pai aqui ocupa a categoria de poder, exercendo sobre a filha o poder da escolha. Não o que ela quer, mas o que ele permite, ou ordena, no caso. As formas verbais “panhano”, “rancano”, “arrancá”, “rancar” designam tão somente uma forma de desenvolver suas habilidades. Em termos sociolinguísticos, a escola é a fonte mais imediata de distribuição do saber e as pessoas, como essas colaboradoras da pesquisa, só hoje podem desenvolver habilidades tardias, como a de ler e escrever. Maria Solidariedade tece um paralelo entre o estudo formal com processos de aprendizagem realizados na vida dura do campo, bem distante do sonho de letramento que ela tangencia, “*estudei muito foi panhano, rancano capim, rancano esses, cortada de tanto rancar capim aqui (mostra a mão), minha mão é cortada de ispuleta, que era pra arrancá, num era pá cortá, era pá rancá.*”

Representa o pai como um homem burro e que tinha poder, o que faz sentido ao se conhecer os valores da época e do contexto em que essa Maria estava inserida, uma vez que geralmente os homens da zona rural, moradores de regiões como o Nordeste e que não tinham estudo agiam dessa forma. Em poucas palavras, eram rudes em consequência do contexto de situação em que viviam, ou seja, longe do meio urbano da tão valorizada cultura letrada. Para eles, a educação não era importante e a eles cabiam o poder de decisão dentro de casa.

No segundo relato, excerto (6), não há a figura do pai sobre o poder dessa escolha. Porém, pelo contexto, essa figura pode ser reconhecida, uma vez que, por ser ainda uma criança de 7 anos e ter sido obrigada a trabalhar, conforme declarado em seu relato, podemos inferir que o sujeito agente da escolha foi o pai. No contexto das duas narrativas, temos os desvios de

¹⁵ Dados oriundos do trabalho de Cândido Júnior (2016).

papeis sociais das crianças nessa época, o trabalho no lugar do estudo, principalmente para as meninas. Outra característica do contexto da época é que muitas meninas tinham de sair cedo de casa para trabalhar em casas de famílias na cidade, momento em que muitas conseguiam dar os primeiros passos nos estudos, segundo muitos relatos das Marias, mas tão somente para servir o outro.

Os segmentos oracionais apresentados nos relatos (5) e (6): “*trabalhar, panhano, rancano, rancar, arrancá, cortá*” indicam processos materiais, pois envolvem o mundo físico e caracterizam a gramática da experiência das idosas com a ruptura do mundo escolar, mediante o ato de ter de trabalhar na infância, de ter o tempo ocupado com os afazeres da roça ou mesmo ajudando a mãe em casa. Desde muito cedo as crianças nascidas em contextos como esses são levadas a trabalhar, uma vez que precisavam contribuir com o sustento da família. Historicamente, a prática social de cuidado de casa, de submissão foi da mãe, da mulher e isso, na cultura local, continua repassado de mãe para filha.

Apreciemos outros fragmentos que indiciam essa situação de falta de direito de escolha.

- (7) *Aí ele foi, aí apareceu essa coisa ruim na minha vida, aí meu pai: “ah, porque esse é que é o bom” num bebia, num fumava, num jogava, era de casa. Aí não esse é que é o bom, aí que bom foi esse...hum! Moço, desgracei minha vida [risos] aí pa fazê gosto a pai e mãe eu me casei, não que eu gostasse... Num deu em nada nesse casamento meu, não. Inda impurrei trinta e dois ano!*

(Documento de língua oral - Maria Alegria, 65 anos)¹⁶

- (8) *É assim meu fii, minha vida, casei cum homi... sem querê! Casei, casaro, me casaro empurrada, como quem...Era do ôto mundo. Vivi com ele trinta e oito ano! ... Aí pelejei pá vivê com ele! Quando a gente vai no pé dum padre pa dizê: “Na morte, na doença...” é segura essa palavra.*

(Documento de língua oral - Maria Solidariedade, 79 anos)¹⁷

- (9) *Eu vim pra cá pra Brasília pra morar com uma senhora no Gama, ela tinha uns 6 fii, mas logo eu me casei. Aí a mãe dela adoeceu e ela não tinha condições de operar a mãe, que era um problema sério. Aí tinha um rapaz lá que ela conhecia e através desse conhecimento dela com o rapaz, foi que eu casei com esse rapaz que ele trabalhava na Novacap na época, aí pra ele operar a mãe dele, sabe? Foi um favor que ele fez pra ela e ela me impurrô pu cara. Ele pagano a cirurgia pra mãe dela, depois botou a mãe dela no INSS, aí em troca me casaru com ele, não tive namoro, não tive nada com ele. Aí conheci ele no dia que ela falô que era pra fica noiva, aí*

¹⁶ Dados oriundos do trabalho de Cândido Júnior (2016).

¹⁷ Dados oriundos do trabalho de Cândido Júnior (2016).

eu ia casá com ele, aí depois eu vi ele no dia do casamento. Eu tinha de aceita, né? Porque eu morava com ela, eu não tinha pra onde ir em Brasília.

(Documento de língua oral - Maria da Superação, 70 anos)

Muitas mulheres de antigamente não podiam escolher a pessoa com quem iriam se casar e passar o resto de suas vidas. Os casamentos eram arrumados pela família. No caso de Maria da Superação, nem foi a família quem escolheu. Essa Maria teve a estrutura familiar desde muito cedo desestruturada, o que explicaria as consequências de uma vida em sofrimento a partir de então.

No relato (9), Maria da Superação conta que foi separada de sua mãe aos dois anos. Para Augusto Cury (2008), perder a mãe na infância é perder o solo onde caminhar. É o último estágio da dor de uma criança. Maria da Superação não teve o direito de escolha no estudo, segundo ela por não ter um lugar certo para morar. Mais tarde vivencia outra situação dramática em função do seu não direito de escolha, foi entregue como uma troca, um favor entre sua patroa e aquele que seria seu futuro marido. Se viu obrigada ainda na adolescência a casar-se com um homem que não conhecia, fora escolhido pela patroa, para pagar um favor que recebera.

Nos excertos (8) e (9) temos exemplos do direito de escolha em relação ao casamento. É possível perceber na construção passiva em que se dão as orações o não direito de escolha dessas Marias em relação ao homem com quem se casaram. Os discursos imprimem a marca da negação de direito, para elas, uma imposição. Em (8) “*casaro, me casaro empurrada, como quem...Era do ôto mundo*” e em (9) *aí em troca me casaru com ele, não tive namoro, não tive nada com ele.*

Apreciemos o excerto a seguir, o qual revela outro tipo de direito de escolha dentro do matrimônio.

(10) *Já pegou até arma assim e correu atrás de mim. E eu aguentando, aguentando, aguentando. Porque era longe da família, longe de família. Às vezes eu pensava de sair de dentro de casa, mas como era que ia sair, não tinha nenhum documento, nem a certidão de casamento eu tinha. E ele jogava na minha cara que eu não podia ir pra lugar nenhum porque eu não tinha documento, né? Não podia viajar.*

(Documento de língua oral - Maria Renascida, 64 anos)

No excerto (10), temos outro exemplo do não direito de escolha. Por meio das repetições de elementos do léxico e de estruturas paralelas, a idosa tece a dificuldade imposta no casamento – “*aguentando, aguentando, aguentando*” –. Essas repetições, assim nominalizadas podem caracterizar a forma crítica de construir a dor que Maria Renascida estava

passando ao ter de aguentar (sofrer) a violência vivenciada no seio familiar. São as repetições icônicas que nos permitem interpretar, de acordo com Ishikawa (1981), o seguinte: “quanto mais forma, mais conteúdo”. O mesmo acontece em “*porque era longe da família, longe da família*”.

A respeito da experiencição da dor, Halliday (2017, p. 248) afirma ser uma das áreas mais desafiadoras da experiência humana. Para o autor, a dor é classificada de diferentes maneiras como processo, qualidade e coisa. Da mesma forma, sempre de acordo com o autor, a dor pode ser interpretada mediante diferentes tipos de processo. Essa variação constrói a dor como um domínio de experiência único e complexo, que não pode ser localizado em qualquer região de significado (s), ou espaços semânticos e tampouco definida de forma simples.

Observa-se, também, um paralelismo por um cruzamento sintático (quiasmo): “*não tinha nenhum documento, nem a certidão de casamento eu tinha*”. O relato de Maria Renascida se faz por uma progressão textual de estruturas paralelas, essas que designam a *gradação*, seja por repetições nos segmentos de processos mentais nucleares “*aguentando, aguentando*” seja pelos sintagmas circunstanciais “*longe de família, longe da família.*”

A narrativa dessa Maria retrata como foi sua vivência em um casamento marcado pelo medo dentro de um aprisionamento matrimonial: “*já pegou até arma assim e correu atrás de mim.*” Maria Renascida vivia constantes ameaças do marido e mesmo em meio à violência que assolava o seu lar, ela não poderia ir embora, ela não tinha esse direito de escolha, e sob essa questão era constantemente lembrada por aquele que deveria ser o braço que acolhe: *E ele jogava na minha cara que eu não podia ir pra lugar nenhum porque eu não tinha documento, né? Não podia viajar.* As formas gerundivas “*aguentando, aguentando, aguentando*” que ocorrem em repetições de elementos léxicos e de estruturas paralelas são consideradas uma característica crítica da maneira de construir a dor que a mulher estava passando ao ter de aguentar (sofrer) diante da violência do marido.

Assim como no excerto (10), os excertos (7), (8) e (9) que tratam sobre o casamento, os vocábulos ‘namorado’, ‘noivo’, marido’ e ‘esposo’ foram omitidos para dar lugar ao pronome ‘ele’ em todos os excertos, aos vocábulos ‘homi’ (8) e ‘rapaz’ (9) e, ainda, à expressão ‘coisa ruim’ em (7). Em outras palavras, a omissão desses vocábulos que designam o papel do homem no relacionamento “namorado”, “noivo”, “marido” e “esposo” mostra o distanciamento com que as Marias viam seus “companheiros” retratados nos discursos, distância essa motivada pelas práticas sociais que envolveram os acontecimentos sobre o casamento, do antes, do durante e do depois.

Segundo Fairclough (2003), a questão do ativo e passivo é transparente: quando os agentes sociais estão na forma ativa, sua capacidade de ação, de fazer as coisas acontecerem, de controlar os outros é acentuada e o seu assujeitamento ao processo, sendo afetados pelas ações dos outros. As idosas são apresentadas como vítimas do casamento, sobretudo, em relação ao direito de estudar. Para o referido autor, o modo como as pessoas se expressam nos textos é uma parte importante da maneira como elas se identificam, ou seja, a estruturação de identidades, o que, elas expressam por meio de avaliações.

4.3.3 Coragem

A categoria coragem revela a bravura dessas Marias em momentos nos quais suas dignidades estavam sob pressão. O discernimento lúcido dessas mulheres deu um novo capítulo à história de cada uma delas, trazendo vida ao contexto árido por elas vivenciado. Entender a complexidade da coragem revelada nos discursos dessas Marias nos permite identificar em suas gramáticas da experiência a simplicidade da força inerente à mulher. A coragem se revela nas batalhas da vida, na busca de uma solução difícil de ser encontrada. A caracterização coragem, ora apresentada, resulta da história de vida de mulheres comuns, que colocam muitas vezes suas vidas em risco em favor de outras, como no caso de Maria Esperança, apresentado no excerto que se segue. Sua luta salvou a vida do filho, dando um rosto real à coragem.

(11) *Estudei no Maria Auxiliadora na entrada do W3, lá eu cheguei na quarta, só que num cheguei passá, porque eu arrumei uma gravidez que é do meu filho mais véi. Aí Desisti de istudá porque eu trabalhava na casa da mulher, aí num podia, né? Grávida, né? Aí eu desisti do colégio. Aí lá, ele queria que eu tirasse o menino. O meu patrão, aí eu desisti da casa dele porque eu não queria tirá o filho. Ele levou minha urina, levou tudo. Eu cuidava dos dois filhos dele, eu não podia ter um filho na casa dele, aí eu falei com ele, eu prefiro sair da sua casa. Queria me leva pá abortá.*

(Documento de língua oral, Maria Esperança, 65 anos)

O discurso de Maria Esperança configura-se num espaço de opressão, de não escolha, reforçando as desigualdades de gênero e classe social. O patrão pode ter filho, a empregada não. O homem pode desprezar o filho, a mulher tem a obrigação de carregá-lo, literalmente, no colo. Por isso, é inviável conceber o discurso da mulher fora do gênero, da ideologia. A coragem da Maria em assumir o filho, mesmo tendo de encarar as durezas da vida em meio ao desprezo e à humilhação, imprimiu sua resistência ao clamor do patrão, uma vez

que abriu mão do seu sustento financeiro ao optar por ter o filho, revelando a imponência de sua coragem.

O discurso de Maria destaca seu papel de responsável pela ação, conforme se pode verificar por meio da utilização do pronome “eu” e da construção da estrutura utilizada para anunciar a gravidez. Ela não engravidou, ela *arrumou* a gravidez. A utilização do processo material abstrato “arrumei”, e sendo ela o ator da ação “eu”, constitui um apagamento do papel do pai na história, formando um discurso de culpabilização, com o desvio da responsabilidade do pai da criança, como se ela pudesse engravidar sozinha. Esse discurso da culpa aparece mais uma vez no segmento em que fala da gravidez, no qual se pode verificar uma relação de razão e consequência: “*só que num*

cheguei passa [de ano], porque eu arrumei uma gravidez, que é do meu filho mais véi.” Embora o segmento oracional reflita uma ambiguidade de forma, em termos de construção, pode-se, aqui, interpretar que Maria é novamente responsável, dessa vez em não passar na escola, já que havia arrumado a gravidez. Maria, em nenhum momento, vitimiza-se diante do fato nada agradável que lhe fora apresentado, qual seja, desistir da escola e do emprego por causa da gravidez.

Quando teve de desistir da escola, Maria apresenta a mulher da casa em que trabalhava como a responsável por sua desistência “*Aí desisti de istudá porque eu trabalhava na casa da mulher, aí num podia, né?*” Mas ao falar da desistência do trabalho na casa de família, são os vocábulos ‘patrão’ e ‘ele’ que aparecem. É o homem que mais uma vez representado na categoria de ‘poder’ impõe à Maria a condição de não escolha. Ela não poderia ter filho, ele sim. “*Eu cuidava dos dois filhos dele, eu não podia ter um filho na casa dele.*” Maria utiliza o processo afetivo “cuidava” para falar dos filhos do patrão e usa o processo relacional “podia ter” para apresentar a negativa que lhe fora imposta.

Apreciemos a seguir dois momentos diferentes, mas que servem para indiciar a coragem de uma mesma pessoa.

- (12) *Pra mim foi uma satisfação muito grande! Coisas que a gente tem que busca além do limite da gente! Entendeu? Eu com essa idade de sessenta e sete ano, pra mim foi bom demais! Muito gratificante.*

(Documento de língua oral – sobre a sua participação no Soletorando DF-, Maria Coragem, 70 anos)

- (13) *Eu falei que eu não ia. Ah, eu não vou não. Mas tudo na vida a gente tem de ter uma experiência. Entendeu? Porque eu já fui muito provada. E o professor também me pregou uma peça, participar do soletorando, e eu consegui fazer. Gente, então por que eu num vou nesse passeio? ... e eu agradeço muito a Deus por isso por eu ter*

vindo conhecer outras pessoas do outro lado, né? Que eu não conhecia, outras coisas que eu não conhecia, né?... foi uma experiência boa, e as pessoas às vez tem medo de vim.

(Documento de língua oral, Maria Coragem, 70 anos)

Os relatos de Maria Coragem nos excertos (12) e (13) se constituem de dois momentos distintos e revelam bem a categorização de seu nome. Os obstáculos que saltaram em sua vida foram por ela encarados com a coragem que lhe é própria. Não se sentiu intimidada diante de um convite para participar do Soletrando, competição que faria com pessoas bem mais jovens do que ela: “*Coisas que a gente tem que busca além do limite da gente! Entendeu?*”. O vocábulo ‘*limite*’ pode ser associado à idade que ela faz questão de anunciar: “*Eu com essa idade de sessenta e sete ano, pra mim foi bom demais*”. Maria Coragem avalia de forma positiva essa sua coragem ao participar do soletrando, de forma afetiva e em uma gradação assim representada: “*pra mim foi bom demais*” *Muito gratificante*. Já o excerto (13) exemplifica outro ato de coragem dessa Maria, ao ser convidada a adentrar a um espaço jamais antes conhecido, o outro lado, (o poder), como ela mesmo pontua, não se intimida e, sem medo, vai conhecer o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) “*e eu agradeço muito a Deus por isso por eu ter vindo conhecer outras pessoas do outro lado, né? Que eu não conhecia, outras coisas que eu não conhecia, né?... foi uma experiência boa, e as pessoas às vez tem medo de vim.*

Dentro da categoria coragem, pode-se destacar também a voz de Maria Alegria no fragmento a seguir.

(14) *Aí depois eu digo: “qué sabe, eu vô é larga isso, porque sinão eu vô Morrê de véa e sofreno! Aí pronto! Depois que eu separei a minha vida, minha vida é vida agora! Agora! Vixe, do dia que eu larguei ele, que eu me separei dele pra cá foi que eu vim vivê.*

(Documento de língua oral, Maria Alegria, 65 anos)¹⁸

O excerto (14) revela um discurso de coragem de Maria Alegria que não mais aguentando o sofrimento resolve se separar. A bravura lhe rendeu o maior troféu por ela recebido: a liberdade de viver, como bem pontuado em seu discurso: “*do dia que eu larguei ele, que eu me separei dele pra cá foi que eu vim vivê.*” Para sua época, bem como pelo contexto de dependência que tinham as mulheres dos homens, Maria Alegria revela uma vida marcada por uma coragem extraordinária. Como se transformasse a sua frustração em energia para a tão sonhada liberdade, a liberdade da vida.

¹⁸ Dados oriundos do trabalho de Cândido Júnior (2016).

O fragmento seguinte permite discutir a coragem que emerge de outro tipo de experiência de vida cotidiana.

(15) *Aí, chegô esse doido lá... E que era irmão do dono casa. Aí ficô bem... Mas quando foi um dia meu fii, me pegou sete horas da noite e lutemo até o nove e meia da noite, mas ele não me venceu não,... que Jesus me abençoo, num deixô não!.. Me rasgô toda! ... Mas quando eu me vi livre, eu pulei uma cerca assim, da altura desse negócio, bem aqui, ((acena para baixo)) acho que, mas ali acho que não foi eu não! Acho que foi Deus que me puxo!*

(Documento de língua oral, Maria Solidariedade, 79 anos)¹⁹

Mais uma vez, a religiosidade tão presente nos discursos das Marias se revela no excerto (15). Maria Solidariedade ao ter de lutar contra seu adversário, creu nos recursos divinos para se ver livre da situação que lhe restava, a angústia e o desespero. A confiança na providência divina se faz notar por meio do segmento: “*mas ele não me venceu não... que Jesus me abençoo*”. Essa Maria conclui seu discurso mais uma vez atribuindo a Deus o seu livramento, mostrando que Deus foi mais forte do que o seu oponente, conforme se percebe no segmento: “*mas ali acho que não eu não! Acho que foi Deus que me puxo!*” A seguir dois versículos que evocam bem a situação pela qual Maria Solidariedade atravessou: “Pois o Senhor será a sua segurança e o impedirá de cair em armadilha” Pv. 3:26 e “Deus é nosso refúgio e a nossa fortaleza, socorro bem presente na angústia” Sl. 46:1

(16) *Criei a menina no maior trabalho. Quando ela completou 11 anos eu disse: José da Grosseria vou começar a trabalhar. Ele disse: Vamos entrar em dois acordos: ou você sai da empresa e fica em casa e eu sozinho que eu vou trabalhar. Você vai escolher a empresa ou eu? Sabe o que eu disse? A partir de hoje o meu marido é minha empresa, porque é o que eu vou ganhar. Hoje eu sou aposentada pelo meu trabalho.*

(Documento de língua oral, Maria Valentia, 70 anos)

Com extraordinária valentia, o discurso dessa Maria revela que não se sentiu intimidada diante do que lhe fora imposto pelo marido. Nesse ínterim, não cedeu aos interesses do “poder” e lutou para trabalhar, refletindo no que há de tão recorrente nessa categoria das Marias, qual seja, a coragem.

Os relatos das Marias denunciam uma força suficiente para disparar a coragem que vem de dentro, que emerge em meio ao caos. Pode-se ressaltar a grandeza da existência da força em superar as durezas da vida, passando pela pobreza, pela falta de estudo, pela mesa vazia,

¹⁹ Dados oriundos do trabalho de Cândido Júnior (2016).

bem como pelos relacionamentos fracassados, até as expectativas frustradas, concretizadas na falta de oportunidades. Enfretamentos como o nascimento de um filho em meio a um mundo onde a certeza da dificuldade era evidente, para quem não tinha, como muitas, um emprego ou um estudo. A coragem se revelou na escolha entre o emprego e o marido, entre o emprego e o filho, bem como entre a liberdade ou uma vida de opressão.

4.3.4 Violência

A categoria violência que tem gerado muitos problemas sociais exige uma reflexão. Em sala de aula, o problema perpassou o discurso das idosas em vários momentos das práticas discursivas, bem como nas entrevistas focais em que relataram sobre sua vida e nela evidenciaram as marcas dessa agressão, às vezes física e quase sempre psicológicas. Essas mulheres exprimem até hoje o que ficou dessa violência, estão marcadas no corpo, conforme relatos e na alma, essa última imperceptível, denunciada às vezes, no silêncio do olhar. Mas foi em um debate em sala de aula, sob a técnica grupo focal, técnica escolhida em função da finalidade pretendida, a interação do grupo, que elas comprovaram a violência sofrida.

Na maioria dos discursos das idosas, a liberdade adquirida após a morte do marido e depois da separação constata um passado em que vivenciaram um relacionamento abusivo. Para elas, a liberdade tão sonhada, o ir e vir sem ser “condenada” representam o recomeço de uma nova história. Nos debates realizados em sala de aula, os relatos denunciam um passado de violência como uma prática comum, talvez o motivo pelo qual o sinônimo de liberdade para elas tenha sido a separação do “companheiro”. Elas, inclusive, preferem o vocábulo solteira a quaisquer destes: viúva ou separada.

Segundo Miller e Guthrie (2015), um senso de superioridade masculina permeia as sociedades porque os homens são, geralmente, fisicamente mais fortes e mais agressivos do que as mulheres. Quando essa mentalidade se torna uma virtude, as mulheres se tornam cidadãs de segunda classe. Para o autor, a maior causa do abuso praticado contra a mulher é a mentira de que o “homem é superior à mulher”. Essa mentira está entrincheirada nas culturas ao redor do mundo, enraizada no sistema de crenças sagradas das pessoas, e repetida em suas histórias sagradas.

É importante relatarmos que no início do debate, as Marias muito timidamente começaram a falar de situações de violência, vivenciadas por outras mulheres. Só depois começaram relatar suas próprias experiências. O falar de um cotidiano que foi doloroso ou ainda é, de uma vida que foi marca por experiências dolorosas, com certeza, não foi fácil. Essa

violência é advinda de relações opressoras, tão arraigada no contexto social brasileiro, de uma sociedade, ainda, machista.

- (17) *Minha infância num foi boa, nunca! nem, desde criança, nunca foi boa... porque antigamente, junto com meus pai também eu, eu fui muito... digamos maltratada! Assim, por eu sê só eu de mulher, e, e muitos fio home da minha mãe.... eu me criei junto com os homes,,, mas assim, eu não saía, meus pai num deixava eu saí. Minha mãe era, assim, era grosseira comigo. Me bateu muito, eu apanhava da minha mãe demais.*

(Documento de língua oral, Maria Alegria, 65 anos)²⁰

O excerto (17) traz o relato de uma das Marias, nele a idosa narra uma infância que não foi boa: “minha infância num foi boa”, e utiliza o advérbio ‘nunca’ para intensificar a avaliação que faz sobre sua infância. Da infância marcada pelo sofrimento, em seu discurso sobressai o fato de ser mulher e ter sido criada no meio de homens. Identificados pela palavra “grosseria”, “maltratada”.

- (18) *Meu marido ficou 11 dias preso, quando ele saiu, invadiu a casa que eu morava junto com meus seis filhos. Antes dele tocar fogo, ele entrou dentro de casa, olha a fachada que ele me deu. Meu braço pendurou. Aí foi que pegaram ele, ele correu como daqui mais ou menos até a metade da Estrutural. Aí pegaram ele. Levaram ele de novo pra prisão. Mas antes ele quis me matar e matar os filhos.*

(Documento de língua oral, Maria da Superação, 70 anos)

- (19) *que nem eu que fui agredida pelo filho da patroa. A mãe dele gostava daquela parte da galinha, e eu guardei pra ela e ele vai e come. Ele comeu. Quando a patroa acordou e perguntou pelo pedaço da galinha, eu disse que o filho dela comeu. Pra que eu disse isso? Ele pegou no braço e disse pra eu ir embora. Eu falei que não ia, ele disse: você vai embora daqui, não vai mais ficar aqui. Ele pegou minha bolsa jogou lá fora. Eu disse, posso até sair, mas se você pagar meus direitos tudim. Aí, ele me puxava, puxava, me puxava e eu agarrava nos braços do cunhado dele. Só saí depois que ela pediu pra eu ir que ia pagar meus direitos. Isso foi uma agressão, né?*

(Documento de língua oral, Maria vigorosa, 84 anos)

Esses são textos produzidos no grupo focal ao debater o tema: “lei Maria da Penha”, eles estão dando voz a considerações acerca da violência pela qual passaram ao longo da vida, experiências que deixaram marcas no físico e na alma.

²⁰ Dados oriundos do trabalho de Cândido Júnior (2016).

4.3.5 Avaliação

A avaliação é, em princípio, uma categoria moldada por estilos, mas, sobretudo, configurada no sistema de avaliabilidade. São apreciações ou perspectivas do locutor, mais ou menos explícitas, sobre aspectos do mundo, em termos positivos, bem como negativos. Em termos de sentido(s), correspondem ao que se considera bom ou ruim, ou o que deseja ou não, e assim por diante. Como categoria, aparece tanto na gramática da experiência do cotidiano, através da oração focalizada como processo (função ideacional), quanto nos significados da oração vista como ato de fala (função interpessoal). Essas são duas instâncias que aparecem sempre materializadas como mensagem (função textual).

De acordo com Halliday (1994), dois propósitos gerais subjazem a todos os usos da linguagem: entender o contexto (função ideacional), bem como atuar nele com o outro (função interpessoal), o que se concretiza por meio de uma terceira função (textual), ou seja, o texto como mensagem, estruturado para atender a propósitos comunicativos na vida social (HALLIDAY, 1994). Por outro lado, ao sugerir que o discurso, veiculado em textos, constitui uma forma de prática social, Fairclough (2003) nos incentiva a identificar, entre traços semânticos textuais, afirmações avaliativas, afirmações como modalidades deônticas (eixo da obrigatoriedade), atitudes de avaliações afetivas, bem como de presunções valorativas.

O segmento abaixo faz referência ao direito garantido pelo Estatuto do Idoso à gratuidade ou a descontos no valor de passagens interestaduais. O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) é uma instituição que se destina ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social. Nesse centro, a população carente recebe cuidados no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Trata-se de uma forma gratuita de assistência social por meio da qual se pode também acessar outros serviços, benefícios, programas e projetos sócio-assistenciais.²¹

O acesso de idosos à gratuidade ou ao desconto de, no mínimo, 50% no valor das passagens interestaduais – ônibus, trens ou barcos – é um direito garantido pelo Estatuto do Idoso. *O documento deve ser gerado pelas secretarias municipais* apenas para pessoas com 60 anos de idade ou mais e que não tenham como comprovar renda individual igual ou inferior a dois salários mínimos.²²

²¹ **CRAS- Centro de Referência em Assistência Social.** Disponível em: <<http://www.sedest.df.gov.br/publico-alvo/cras.html>>. Acesso em: 9 nov. 2017

²² Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/eu-vou/carteira-do-idoso-garante-acesso-a-passagens-interestaduais>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

Mediante os debates e discussões em sala de aula, o grupo de professores engajados no projeto percebeu a necessidade que os idosos tinham de conhecer seus direitos. A falta de informação relacionada ao tema os impedia de usufruir de benefícios aos quais faziam jus. Assim, a autora do estudo ora apresentado solicitou ao CRAS uma palestra que atendesse a esse público-alvo. Aprecieemos, a seguir, na voz de um funcionário do CRAS da Cidade Estrutural, o conteúdo do texto que enfoca a carteira do idoso.

(20) (JR) *Sobre a Carteira do idoso: ela é concedida a partir dos 65 anos. A partir dos 65! Quem não tem 65 anos não precisa da carteira do idosos. Ela é especialmente pra vocês, idosas, terem isenção de taxa para viajar. Não tendo 65 anos, você não precisa dessa carteira, você não precisa.*

J
I
_ (MV) *Só precisa ter dinheiro, né?*

O excerto acima constitui um momento de interação dialógica, mais especificamente uma intervenção súbita, por parte de MV (Maria vigorosa, 84 a.) dentro do espaço da palestra realizada por JR (José Representante) direcionada aos idosos em sala de aula. O discurso do representante do CRAS é carregado de pressuposições, alimentadas por sentimentos institucionalizados como proposta – o que nos conduz para o eixo do julgamento, nos termos de Martin e White (2005). Trata-se de estruturas oracionais paralelas que exibem uma gradação enfática por expansão “*ela é concedida a partir dos 65 anos. A partir dos 65!*”

Importa lembrar que, para Fiorin (2002), a pressuposição tende a levar o/a leitor/a a aceitar certas ideias, porque são impostas como verdadeiras. No caso, trata-se de ouvintes, para os quais José Representante enfatiza que os idosos abaixo de 65 anos não necessitam da carteira do idoso, o que é replicado por uma das ouvintes, (Maria Vigorosa, 84 a.). Pode-se ponderar que a intervenção da idosa configura uma opinião mais próxima a um posicionamento irônico para provocar o palestrante.

Vale lembrar, ainda, que, no contexto em que vivem os idosos, muitos deles já foram catadores de lixo ou trabalharam, também, em atividades pesadas, sem uma alimentação saudável, e na maioria das vezes pela falta de recursos financeiros, o que os deixam em uma condição de fragilidade física, pelas condições de vida, bem como pela falta de oportunidades. Levanta-se, pois, a pergunta: Por que os idosos abaixo de 65 anos não teriam direito ao benefício?

Cabe, aqui, recordar, também, que a Cidade Estrutural, ambiente em que vivem os idosos, colaboradores desta pesquisa, configura um contexto de pobreza e vulnerabilidade social, razão pela qual a maioria da população é inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O referido cadastro é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias, que serve como base para as inserir em programas sociais.

Pode-se sugerir que o fragmento (20) implica uma relação social entre quem detém o conhecimento e quem dele depende.

Vejam os outro fragmento de texto retirado de uma entrevista individual focalizada realizada com uma idosa. O fragmento (21) permite tratar do subsistema de avaliatividade mencionado anteriormente.

(21) *Sê idosa pra mim é uma coisa maravilhosa! É uma sensação de alívio! É uma sensação que consegui tudo aquilo que eu queria! Cheguei na idade que eu mais queria, que eu achava bonito... pra mim é uma sensação muito boa. É como eu sempre falo pu jovem: Se eu estou aqui hoje, com essa idade é porque eu plantei os frutos bom! E com certeza estou colhendo agora!*

(Documento de língua oral - Maria Coragem, 70 anos)

O relato de Maria Coragem é um exemplo claro de avaliação afetiva, o que, para Halliday (1985), envolve um tipo de avaliação explícita, em que se tem avaliações em processos mentais afetivos, que envolvem eventos psicológicos, como reflexões, sentimentos e percepções, carregado de processos relacionais.

Essa Maria avalia positivamente o ser idosa, colocando em seu relato a sensação que tem ao ter chegado a essa idade. Por várias vezes ela declara e se utiliza do vocábulo “sensação”, recurso retórico de retomada para reafirmar seus sentimentos. Estão no campo do processo mental “*Sê idosa pra mim é uma coisa maravilhosa! É uma sensação de alívio! É uma sensação que consegui tudo aquilo que eu queria! Cheguei na idade que eu mais queria, que eu achava bonito... pra mim é uma sensação muito boa.*”

A metáfora de “plantei coisa boa” e “colhi bons frutos” também é, aqui, um reforço desse processo avaliativo pela qual a idosa considera o seu estado atual. É uma verdade que evoca a figura do agricultor que nos ensina que não poderemos colher algo diferente daquilo que plantamos. Trata-se de um entendimento antigo, em termos culturais, e pode ser encontrado em vários textos bíblicos. Como religiosa que é, conforme já declarado em seus relatos de vida e comprovados em seus discursos, independente da temática trabalhada em sala e fora dela,

Maria da Superação, ao metaforizar o que é ser idosa faz uma relação da sua vida com a “lei da sementeira”, buscando no seu contexto religioso a explicação para o que vive hoje, como no sintagma oracional “Consegui tudo aquilo que eu queria”.

Há inúmeros versículos na bíblia que apontam para relação do plantio com a colheita. Senão, vejamos: “... *aquilo que o homem semear, isso também ceifará.*” (Gl. 6-7); “*O fruto da justiça será paz, o resultado da justiça será tranquilidade e confiança para sempre.*” (Is. 32-17); “*Há tempo de nascer e tempo de morrer; tempo de plantar e tempo de arrancar o que se plantou.*” (Ecl. 3:2). O corolário de sua existência, a terceira idade, avaliada positivamente (afeto) como a idade que Maria mais queria é o reflexo de tudo que plantou durante a sua vida.

Examinemos, a seguir, outro seguimento de um excerto retirado de uma entrevista com uma das colaboradoras da pesquisa.

(22) *o médico lá que eu nem sei o nome dele..., ele atendendo as pessoa muito mal. Com muita ignorância. Pra que aquilo? eu creio assim, olha vou lhe fala uma coisa: pra mim qualquer pessoa que me atende bem, mais eu amo de coração! qualquer pessoa! mas se me atendeu mal já não é comigo. Porque eu não acho que paga nada... trata as pessoa bem! ... a gente vai todo precisano du, du, duma atenção, dum carinho, dua palavra amiga, dua palavra de carinho... Não aí vem só com ignorança, com patada com a gente.*

(Documento de língua oral, Maria Alegria, 65 anos)²³

Cabe aqui destacar sobre a categoria cognição que, de acordo com Van Dick (2010), abarca o conjunto de formas de conhecimentos sociais, todos eles avaliativos, que compõem o marco das cognições de cada grupo social. Essas formas de conhecimento são representações mentais do vivido, do que foi experienciado pelo grupo.

No excerto (22) temos um exemplo de como Maria Alegria usou dos recursos léxico-gramatical e semântico-discursivo disponíveis no sistema linguístico para fazer avaliação negativa sobre as atitudes de um médico. “*O médico lá que eu nem sei o nome dele... ele atendendo as pessoa muito mal. Com muita ignorância.*”. Ao utilizar os itens lexicais: “*muito* mal, com *muita* ignorância”, que possuem carga semântica negativa, a idosa produz imagem negativa do médico e conforme a disposição do sintagma numa gradação.

(23) *Não! Aí, ele vai e troca minha receita, aí eu falo que aquele remédio num tá dando certo, que nem um dia desse eu tava tomano Lozatana. É, e ele tava dano uma facada*

²³ Dados oriundos do trabalho de Cândido Júnior (2016).

no meu coração, uma facada tão firme, se demorasse, eu... apagava, né?... Aí eu fui, e lembrei do remédio, aí eu parei! Eu parei de tomá ele, aí eu digo: “eu tem que voltá no cubano.” Aí, fui lá no doutô! Cheguei lá, eu contei a história pra ele, ele falô que num... Falô que era o remédio, então, ia passá ôto, aí ele passo ôto, então, esse remédio nem tem no posto. Passô dois remédio que a minha pressão tava muito alta! Dezoito, dezenove... Vinte! Aí eu peguei no... No posto, fui procurá o remédio, num encontrei, aí eu, no meu pagamento ainda ia saí com uma semana. Aí eu esperei, memo com a pressão alta, pra mim podê comprá! Porque o remédio, eu tem um cartãozin na farmácia lá! Populá! Eu tenho o cartão de lá, então ele vende pra mim com preço, diminui um pouquin, né?

(Documento de língua oral, Maria Comprometimento, 66 anos)²⁴

A narração é circunstanciada temporalmente pelo grupo adverbial: um dia desses. As escolhas léxico-gramaticais evocam a forma de representar a duração do sofrimento causado pela medicação inadequada. A autora seleciona processos materiais, como: *tomar, demorar*, que “constroem mudança no fluxo dos eventos por meio de uma fonte de energia”, causada pelo remédio (HALLIDAY; MATTHIESSEN 2014, p. 224). Observe-se no segmento oracional - *É, e ele tava dano uma facada no meu coração, uma facada tão firme, se demorasse, eu... apagava, né?..* - Registra-se a presença de um processo comportamental, situado na fronteira entre o mundo físico e o mundo cognitivo do sentir, mediante a sensação expressa como *apagar*, no sentido de *morrer*.

Para Halliday (2017, p. 248), quando se afirma que ‘alguém coloca nome para sua sensação’, esquecemos de que isso pressupõe grande parte da encenação da linguagem para que o simples ato de colocar um nome faz sentido. E quando afirmamos que alguém dá um nome à dor, pressupõe-se a existência da gramática da palavra “dor”, o que remete à localização de uma nova palavra. Maria Comprometimento representa a duração de seu sofrimento decorrente da medicação inadequada. Fica evidenciada, também, sua dificuldade em adquirir o medicamento de uso regular não contemplado na lista de remédios gratuitos. Posto de saúde, encontra-se representado como um lugar precário, cuja função é somente a de trocar receitas de remédio. A avaliação do referido posto se dá de forma negativa, flagrada nas escolhas lexicais: *esse postim é lotado*. Maria Comprometimento se auto-representa como excluída: *tô jogada pra lá*, referindo-se ao período atual.

Cabe, aqui, enfatizar, a ponderação hallidayana ao focar a dor como algo relevante e especial em si, em termos de um domínio único e problemático da gramática da experiência humana cotidiana. É uma característica da nossa vida diária, mas ao mesmo tempo, desafia a construção da realidade que a gramática faz. Uma observação se faz ainda necessária:

²⁴ Dados oriundos do trabalho de Cândido Júnior (2016).

a gramática de todas as linguagens naturais é um a teoria da experiência humana. E, como tal, revela-se como uma instância poderosa, uma vez que afeta todos os aspectos da experiência real e imaginária.

4.4 Práticas discursivas em transformação

Os excertos que se seguem denotam o começo da conscientização das idosas. Os registros foram feitos por meio de entrevistas depois de elas terem participado por duas vezes das visitas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os textos revelam que as práticas discursivas que vivenciaram serviram de empoderamento, fortalecimento e resgate empírico da cidadania de cada uma em particular.

Sob tal ótica, trago excerto do voto da Ministra Rosa Weber, proferido no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral:

Pedra angular da democracia o pleno exercício dos direitos políticos, o parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal é de clareza solar quando enuncia que “todo poder emana do povo”, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” Cumpra, assim, o Estado tão somente fomentar, incentivar, apoiar a construção da democracia, auxiliar o processo do aprendizado democrático de um povo – caminho, sem dúvidas, a ser trilhado com erros e acertos, avanços e retrocessos.

(Respe nº 151-95.2016.6.14.2269/PA de 28.09.2016, Rel^a. Min. Rosa Weber).

As categorias aqui levantadas, práticas discursivas em transformação, foram listadas em função das formas efetivas de deliberação, tanto nos debates em sala sobre a conscientização do voto, dos conceitos de cidadania, das conquistas das mulheres, do relevante papel da mulher na democracia brasileira em um diálogo aberto, no qual as idosas tinham o direito à fala no ambiente da sala de aula e em outros espaços que lhes foram abertos.

Figura 4.5 - Uma das Marias concedendo entrevista à TV Justiça



Fonte: arquivo da autora (2016)

Segundo Vian Jr (2010), a avaliação exerce papel primordial nas narrativas e assume grande significância, pois o modo como narramos nossas experiências são quase inerentemente avaliativos, uma vez que os fatos, emoções, sentimentos, eventos e todos os aspectos narrados são, mesmo que indiretamente ou inconscientemente, avaliados pelo narrador, pois este narra determinado evento com base em seu posicionamento ideológico na sociedade em que vive. É necessário que consideremos, portanto, os valores de significância social que atribuímos ao recontarmos os eventos.

- (24) *Ah, teve muita importância, porque eu conheci aquele museu lá que tem as mulheres que lutou pela conquista, num é? Do voto, do poder, do nosso poder, muito importante que eu comecei a entender o tanto que nós, vamu dizê assim, nós começamo a lutá, começamo a lutá. Votá é importante, porque assim, às vez assim, se eu num voto, aquela pessoa que ele elege às vez perde pelo um voto, por causa do meu voto ele perde. ...eu comecei a votá bem novinha e vou continua vontano até, até eu puder ir pra urna eu vou continua votano. /embora eu num gosto de votá, mas eu sei que é muito importante votá.*

(Documento de língua oral – depois das visitas ao TSE, Maria Renascida, 64 anos)

- (25) *Teve importância essa visita porque eu num tava votano, eu prefiria pagá lá minha muta, de que ir votá, porque eu achava que num era muito necessário a gente votá,*

entendeu? Mas depois que eu fui lá que eu vi eles conversano lá. É importante a gente votá, sabia? Eu num mais vô mais pagá muta, eu vou votá.

(Documento de língua oral – depois das visitas ao TSE, Maria Esperança, 65 anos)

Os fragmentos dos textos (24) e (25) ilustram o discurso das idosas a caminho de um processo de mudança social, no que se refere às relações das idosas com a prática social ‘eleição’, com o ‘voto’, com o ‘representante’, sobre a importância da mulher nas conquistas da democracia brasileira e principalmente sobre a oportunidade que lhes foi dada para conhecer o espaço institucional onde se opera a Justiça Eleitoral no país.

Foto:

Figura 4.6 - Marias em visita à Exposição: 85 anos do voto feminino no Brasil



Fonte: arquivo da autora (2017)

Vejamos outros fragmentos que têm como foco o voto.

(26) *A mulher tem muita importância pra governa o nosso país, ela vai lutano pra conquistá o nosso direito. O direito da gente, da gente. Que diz que antes do primero ano que a gente vota, a gente não é cidadão, a gente é cidadão a partir de quando a gente vota.*

(Documento de língua oral – depois das visitas ao TSE, Maria Renascida, 64 anos)

(27) *Foi legal, eu gostei, amei. Eu agradeço muito a Deus por isso, por eu ter vindo conhecer outras coisas que eu não conhecia, né? Coisas que eu já tinha esquecido, como foi que eu votei pela primeira vez, entendeu? Que eu votei botano naquela urna de madeira, então foi uma experiência boa, porque a gente participando a*

gente cresce mais um pouco também, tanto no aprendizado também, né? Porque eu não sei ler muito, mas Deus tá me dando essa graça de ler.

(Documento de língua oral - depois das visitas ao TSE, Maria Coragem, 70 anos)

Segundo a fala das idosas nos excertos (24) e (25) o voto era antes representado como algo que não valia a pena, uma vez que os governantes nada faziam/fazem e para esse grupo que é desassistido a situação torna-se pior. Em suas falas em sala de aula, era comum a recorrência da reclamação pelo descaso com que o lugar em que vivem é tratado, lugar de esquecimento depois das eleições. Porém, em anos eleitorais todos os candidatos são simpáticos, todos se achegam a elas, por puro interesse, conforme por elas relatado. As práticas discursivas que se deram primeiro em sala de aula na Estrutural nas quais trabalhamos temas voltados para os conceitos de cidadania, voto, representante, bem como a participação da mulher na democracia brasileira e as que aconteceram com as visitas ao Museu do Voto e à Exposição “85 anos do voto feminino no Brasil” foram essenciais para aflorarem os discursos ora analisados.

A partir dessas práticas discursivas dentro e fora da sala de aula, as Marias puderam conhecer de perto a história da Justiça Eleitoral e passaram a entender a relevância de se participar do processo democrático do país por meio do voto. Os discursos representados por meio dos excertos, a seguir, constituem um reflexo das práticas discursivas transformadoras que permearam esta pesquisa, conforme se pode verificar por meio das falas de Maria Renascida e Maria Esperança em (24) “*embora eu num gosto de votá, mas eu sei que é muito importante votá*” e em (25) “*Mas depois que eu fui lá que eu vi eles conversano lá. É importante a gente votá, sabia? Eu num mais vô mais pagá muta, eu vou votá.*”

Os excertos (26) e (27) imprimem uma avaliação positiva das visitas para as idosas. O excerto (26) é o relato de Maria Renascida depois de conhecer a história de mulheres que lutaram para a conquista do voto feminino no país, na ocasião em que participou da Exposição “85 anos do voto feminino no Brasil”. É importante destacar a relação do conceito de cidadão com o voto que essa Maria faz em “*que diz que antes do primero ano que a gente vota, a gente não é cidadão, a gente é cidadão a partir de quando a gente vota.*”.

Os excertos sobre os efeitos da visita das idosas ao TSE corroboram, a exemplo dos anteriores, a importância de práticas sociais que extrapolam a sala de aula, uma vez que a experiência real no ambiente que opera a Justiça Eleitoral se revelou como uma das práticas transformadoras por que passaram as colaboradoras desta pesquisa. Ao entrar em contato com outros ambientes e neste caso com o Tribunal da Democracia, as colaboradoras desta pesquisa

puderam vivenciar, na condição de convidadas oficiais, situações reais, como por exemplo, de uma eleição simulada com candidatos do ano de 1945. O evento junto ao Tribunal Superior Eleitoral, no Museu do Voto,²⁵ cujo tema era *Redemocratização do Brasil e da reinstalação da Justiça Eleitoral, em 1945*, preparado para receber as 16 idosas, contou com uma adaptação de um projeto já existente para dar vida a um projeto piloto. Na narrativa que tiveram em sala de aula e na roda de conversa no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi possível perceber que a eleição é relacionada à corrupção, à roubalheira, é o fato de não valer a pena votar. Em alguns casos essas são relações causais, por exemplo: “não voto porque não adianta. Há aí uma relação de causa e efeito entre a descrença (não voto) e a corrupção (Não vale nada, não vale à pena).

Figura 4.7 - Uma das Marias em votação simulada em urna eletrônica parametrizada



Fonte: arquivo da autora (2016)

4.5 Uma interação dialógica excepcional

Um processo de recursividade de um projeto de letramento para idosos aconteceu a partir do registro dos bilhetes em agradecimento à visita feita ao Museu do Voto no Tribunal

²⁵ Conforme documento SEI/TSE de nº 11764-4

Superior Eleitoral. Embora não seja o escopo central, cabe registrar a repercussão que o registro desses bilhetes teve nas unidades do referido tribunal. Em agradecimento à visita feita ao Museu do voto e para exercermos as práticas de letramento em sala de aula, as idosas escreveram bilhetes para o servidor do Tribunal responsável por guiar a visita. Os bilhetes foram protocolados via *Sistema eletrônico de Informações* (SEI) no TSE para serem direcionados ao referido servidor. No entanto, os bilhetes tiveram uma repercussão antes de chegar ao servidor, o que fez com que pequenos textos fossem apreciados por várias unidades do Tribunal.

A desigualdade de poder e a distância social entre o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e as idosas do projeto aparecem amenizadas nos bilhetes de agradecimento escritos pelas visitantes.²⁶

(28) *Professor,*

Eu gostei muito do pacheio por quer. Encontra percoa como você e muito dificio para tanta dedicação para com a gente.

(Documento escrito - bilhete em agradecimento ao servidor que conduziu a visita no Museu do Voto, Maria Alegria, 65 anos)

(29) *Professor*

Eu gostei muito do passeio quero ir visitar outra vez o museu vose e gentil é educado Abraço.

(Documento escrito – bilhete em agradecimento ao servidor que conduziu a visita no Museu do Voto, Maria Esperança, 65 anos)

A seguir os despachos das unidades sobre os bilhetes das idosas encaminhados a um servidor do TSE.

²⁶ Optou-se pela manutenção da escrita original das mensagens elaboradas pelas idosas.

- (30) *Para ciência dos afetuosos bilhetes de agradecimento das alunas do projeto Meu nome Minha Identidade, da Universidade de Brasília, que participaram do programa educativo do museu no dia 31/08/2016.*

Respeitosamente,

(Documento de língua escrita, Despacho do Semus à Cblem)

- (31) *Para conhecimento dos bilhetes de agradecimento das alunas do projeto Meu Nome, minha identidade, da Universidade de Brasília, ao servidor Admilson Júnior que conduziu o programa educativo no dia 31.8.2016.*

Respeitosamente,

(Documento de língua escrita, despacho da Cblem para SGI)

- (32) *É com satisfação que encaminho à Vossa Senhoria, para conhecimento, os bilhetes manuscritos pelas idosas, em processo de letramento, depois da primeira visita a um museu, que fizeram neste Tribunal Superior Eleitoral.*

(Documento de língua escrita, despacho da SGI para o Diretor-Geral)

- (33) *Às jovens senhoras do projeto “meu nome, minha identidade,”*

A primeira vez que trabalhei com um público adulto foi na visita de vocês ao Museu do Voto. E digo com a mais absoluta sinceridade: foi minha melhor experiência como professor. Gentileza era o mínimo que eu podia dar em troca para um público tão especial como vocês. Serei sempre grato e estou à disposição para visitas futuras. Um grande abraço!

(Documento escrito - excerto da carta do Servidor do TSE às idosas do projeto)

Houve uma repercussão do registro dos bilhetes das idosas que foram direcionados ao servidor, mediante encaminhamentos ocorridos dentro das unidades do Tribunal. Os bilhetes que deveriam ir diretamente para o servidor chamaram atenção da primeira unidade e esta abriu caminho para que os bilhetes chegassem até a Diretoria Geral e o que vemos é um encadeamento de textos, podemos dizer que essa relação dialógica foi um recurso valioso para encurtar a distância entre um grupo em vulnerabilidade social e uma instância do poder.

A crescente complexidade, segundo Fairclough (2003, p.96), de rede de práticas sociais na sociedade contemporânea e ligada às novas tecnologias de comunicação – telégrafo, telefone, rádio, televisão, e mais recentemente tecnologias de informações eletrônicas (ex. internet) – tem significativamente aumentado a comunicação mediada unidirecional e bidirecional. Para o autor, um caminho no qual os gêneros diferem de outros é nas tecnologias de comunicação para as quais eles são especializados, e um fator de mudança de gêneros é o desenvolvimento em novas tecnologias de comunicação ocorre em simultaneidade com o desenvolvimento de novos gêneros. É importante destacar que os discursos analisados nesta categoria foram registrados via SEI (Sistema Eletrônico de Informações). Por ser servidora do Tribunal, tive facilidade para a entrega dos bilhetes das alunas ao servidor, porém o registro dos bilhetes via SEI foi importante, uma vez que todo o processo relacionado à visita das idosas já havia sido registrado no TSE, conforme documento SEI/TSE de nº 11764-4. Por meio dessa ferramenta, que foi desenvolvida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), é possível ter uma gestão de processos e documentos eletrônicos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho. O referido sistema serviu de porta de entrada para o acesso dessas idosas e tornou-se canal para que suas vozes chegassem às diversas unidades dessa instância do poder, o TSE.

No excerto (33), temos a avaliação do servidor apresentada de forma positiva como tendo sido sua melhor experiência é refletida no sintagma em que se utiliza do processo verbal, acompanhado do adjetivo ‘absoluta’ para acompanhar a expressão “sinceridade”: “ *digo com a mais absoluta sinceridade: foi minha melhor experiência*”. Ao se utilizar da expressão: “*serei sempre grato e estou à disposição para visitas futuras*”, o servidor reduziu a hierarquia e a distância entre ele e o grupo de idosas, isso refletiu em um outro convite para a exposição dos “85 anos do voto feminino no país” que fora guiada pelo mesmo servidor. As idosas, então, vivenciaram nas duas visitas feitas ao TSE uma realidade diferente do presencial no dia a dia nas mais diversas situações e contextos, em que o preconceito, a indiferença e a humilhação são frequentes.

A respeito dos enunciados simples, Fairclough (2003), considera trocas, ou seja, “troca” é uma sequência de dois mais “turnos” ou “movimentos” conversacionais como falantes alternando-se, em que a ocorrência de movimento do primeiro leva à expectativa de movimento do segundo, e assim por diante – com a ressalva de que o que é “esperado” não ocorre sempre. Enfatiza Fairclough (2003), em um período simples, pode-se abordar aspectos do mundo físico (seus processos, seus objetos, suas reações, seus parâmetros de espaço e tempo), aspectos do

“mundo mental” dos pensamentos, sentimentos, sensações e assim por diante, além dos aspectos do mundo social.

4.6 Uma prática discursiva surpreendente entre as práticas sociais da vida cotidiana

O propósito das análises em ADC, como bem observam Ramalho e Resende (2011), é mapear conexões entre escolhas de atores sociais ou grupos em textos e eventos discursivos específicos, e questões mais amplas, de cunho social, envolvendo poder. Para as autoras, como evento discursivo ligado a práticas sociais, um texto traz em si traços da ação individual e social que lhe deu origem e de que fez parte, da interação possibilitada também por ele, das relações sociais, mais ou menos assimétricas, entre as pessoas envolvidas na interação; de suas crenças, valores, histórias, do contexto sócio-histórico específico num mundo material particular, com mais ou menos recursos.

A seguir, apresentamos um relato de seu José sobre seu “38”. Trata-se de um evento comunicativo (texto) que envolve suspense e empolgação. Tem-se, aqui, um desenrolar de experiências muito pessoais, íntimas e até poéticas de uma relação com o seu “38”, o que ele se orgulha de carregar, literalmente, no peito. É sua marca registrada. Apreciemos o relato oral de seu José, cuja habilidade comunicativa o aproxima de um cronista bastante original.

(34) *Essa história do meu 38, nem a polícia nunca tomou. Eles olha e me devolve. Você ACREDITA que a polícia devolve um 38 pra mim? De mim mesmo, nunca tomaram. Eu levo pra tudo quanto é lugar, por onde eu andei. Do Nordeste até uma parte do Sul, eu levo meu 38. Nem que eu vou na igreja eu levo. Esse é um presente que eu ganhei de nacença e nem a polícia nunca me tomou. Eles olha e me devolve. E ninguém vai tomar, só se aparecer um mais “raçudo” aí. De Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Paraná, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Palmas, Goiânia, aqui em Brasília, todo canto que eu ando é com ele. E é um presente que eu ganhei de nacença e não tem quem tome! Até hoje não tomaram não... mas é 38 não é pra matar ninguém não, viu? ... Entendeu? ... Não deu pra desconfiar nada até agora? Pra mim é muito importante ..., agora... não é pra mais ninguém. O meu 38, eu vou li mostrá. Você duvida eu li mostrar ele aqui? Num precisa ficar com medo não. Não faz mal pra ninguém. [Nesse momento, seu José se vira, faz um suspense e retira sua carteira de identidade que ele carrega envolta no pescoço] e diz: “Dá uma olhadinha aqui.” [E nos aponta a data do seu nascimento: 23 de janeiro de 1938.]*

(José, 79 anos – documento de língua oral)

O relato de José do “38” indicia, já de início, traços semânticos que nos levam a recorrer, em termos de análise, ao subsistema atitude ligado não só à função interpessoal da linguagem, mas, sobretudo, à função ideacional associada à gramática da experiência cotidiana, em termos hallidayanos. De modo específico, pode-se ponderar que o texto acima envolve três

tipos de atitudes: afeto, julgamento e apreciação, conforme discutem Martin e White (2005), cuja proposta acerca do sistema de avaliatividade encontra-se sintetizada em páginas anteriores neste mesmo capítulo.

Com base nas explicações acima destacadas, retomemos partes do relato de José do “38” para iniciarmos uma análise dos elementos linguístico-discursivos. Como discutido recentemente por Silva e Sousa, em artigo que compõe o v. 18, n. 3 de L&S (no prelo), nos segmentos oracionais destacados abaixo, destaca-se a escolha de processos mentais para direcionar ouvinte(s) /interlocutor(es) rumo a uma atitude de julgamento (em termos de ética, moralidade).

- *Eles olha e me devolve.*
- *Você acredita que a polícia devolve um 38 para mim?*
- *Não é pra matar ninguém não, viu? Entendeu?*
- *Não dá pra desconfiar até agora?*
- *Você duvida eu le mostrá ele aqui?*

Cabe ressaltar que, à medida que o discurso de José avança, em termos de progressão textual, ocorre a possibilidade de uma negociação de sentido(s) imposta pelo falante/autor para o(s) ouvinte (s), que no meio do relato começa a ser interpelado – *Entendeu? Não dá para desconfiar até agora? Você duvida eu le mostrá ele aqui?*. Em seguida, José começa a mitigar o foco de seu tema (um 38). Há um engajamento por parte do autor do relato, em termos de expansão dialógica, uma vez que José abre espaço para posicionamentos alternativos do(s) ouvinte(s) com relação ao foco (referente ainda velado).

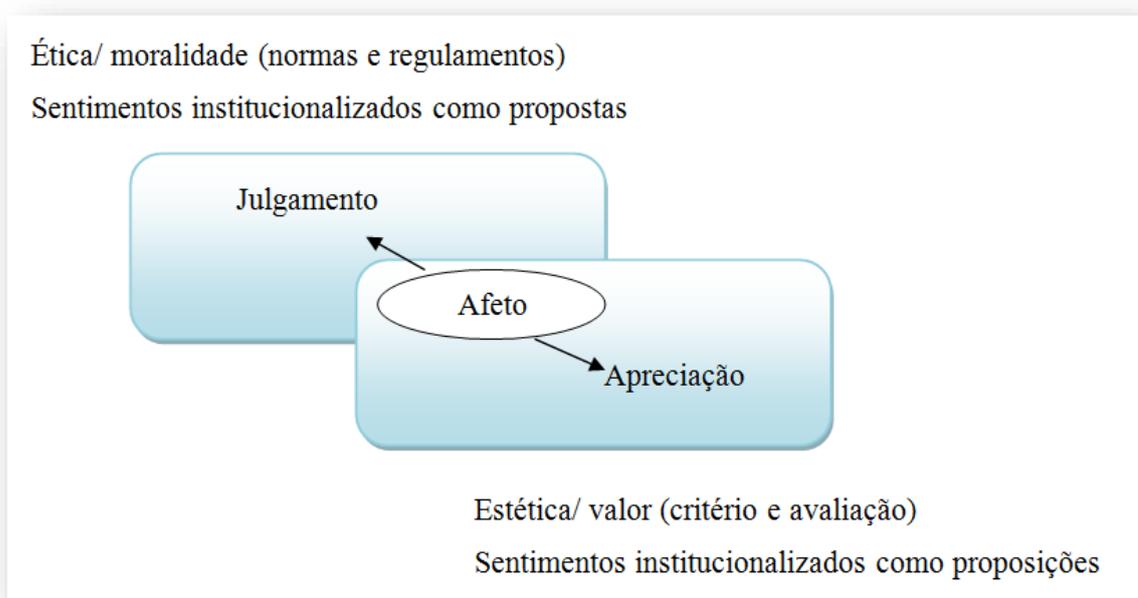
O sistema semântico-discursivo para a avaliatividade proposto por Martin e White (2005) sugere uma gama de realizações em diferentes estruturas léxico-gramaticais. Tais realizações, a partir da nomenclatura sugerida por Halliday (1994), realizar-se-á a partir da modificação de participantes, processos e adjuntos, em diferentes instâncias, podendo configurar-se no texto como qualidades, por meio de epítetos, atributos e circunstâncias, pelos diferentes processos, mas principalmente pelos comportamentais e mentais. (VIAN JR, 2010, p.23) Esse entendimento pode ser observado no excerto: *E ninguém vai tomar... só se aparecer um mais “raçudo” [apreciação].Eu levo pra quanto é lugá, por onde andei [processo comportamental].*

Em termos de subsistema de avaliatividade, o engajamento pode ser identificado no eixo das negociações, por meio de escolhas linguístico-discursivas expressas em unidades oracionais interrogativas, tais como as destacadas no parágrafo anterior. O autor avança em um

movimento discursivo, ativando e desafiando expectativas em seus interlocutores. Observe-se que é a sua voz que avalia durante todo o relato, o que põe o interlocutor à prova. Pode-se ponderar que se trata de uma verdadeira peça literária, que se aproxima do gênero “crônica”, tamanha a criatividade do autor em surpreender um ouvinte /leitor.

Cabe, aqui, destacar, ainda que de maneira sucinta, as subcategorias: julgamento, afeto e apreciação nos moldes de Martin (2000, p. 147). Vejamos.

Figura 4.8 - Julgamento e apreciação como afeto institucionalizado



Fonte: Adaptado de Martin e White (2005, p. 45)

A Figura acima permite explicitar estruturas oracionais paralelas no relato de José, que reforçam, também, uma gradação em termos de reforço de ética/ moralidade em contrapartida com estética/valor.

- *Esse é um presente que eu ganhei de nascença (afeto/apreciação/estética)*
- *e nem a polícia nunca me tomou (afeto/julgamento/ética)*
- *E é um presente que eu ganhei de nascença*
- *e não **tem** (existe) quem tome! (julgamento em termos de ética, moralidade com reforço na gradação).*

Por meio dos segmentos oracionais acima destacados, que configuram um paralelo por oposição ou contraste, o autor apresenta uma proposição e logo em seguida contraria a

expectativa criada em torno do foco (um revólver). Mas José o faz de uma maneira solidária, conforme indiciam os segmentos:

- *...meu 38 eu vô li mostra...*
- *você duvida?*
- *Num precisa ficar com medo não.*
- *Não faz mal pra ninguém. Entendeu? ...*
- *Não deu pra desconfiar nada até agora?*

A gradação com força no foco pode ser identificada também na escolha de um mesmo verbo, com variação na forma (tomou, tomaram, vai tomar), bem como itens gramaticais (*nem, nem*) e circunstanciais de negação (nunca, nunca) que sugerem uma cadência em nível de avaliação, como se pode apreciar nos seguintes segmentos:

- *...nem a polícia nunca tomou.*
- *De mim mesmo nunca me tomaram.*
- *E ninguém vai tomar.*
- *... só se aparecer um mais “raçudo” (apreciação)*
- *Eu levo pra quanto é lugá, por onde andei (comportamental)*
- *nem que eu vou na igreja eu levo.*

Algumas considerações analíticas cabem, ainda, ser registradas, sobretudo, em termos de noção de instanciação: avaliatividade e avaliação. Como bem observa Vian Jr (2010, p. 23), em nível de sistema, buscamos a avaliatividade, mas quando mergulhamos analiticamente na **avaliação**, estamos no nível do texto. No texto em análise (relato oral espontâneo), identificamos a marca constante do presente do indicativo (tempo nuclear do mundo comentado), o que exige do ouvinte uma atitude de alerta (tensão) com relação à posição do autor. No texto em análise (relato oral espontâneo), identificamos a marca constante do presente do indicativo (tempo nuclear do mundo comentado), o que exige do ouvinte uma atitude de alerta (tensão) com relação à posição do autor.

Por outro lado, como sugere Trevisan (2012), a velhice costuma apresentar-se como um período em que as recordações emergem com especial energia, e não necessariamente por causa da solidão nem da aposentadoria. Recordar pode ser útil para fazer um balanço ou para tentar entender, ruminando a existência passada. Para o autor, as modificações que a lembrança

cria a partir da realidade são quase obrigatórias, pois o passado apresenta-se em nossa psique como um mito propício a reinvenções e remodelações constantes. Nesse sentido, a memória pode ser uma parceira privilegiada do imaginário, da fantasia. Se considerarmos que o período mais voltado à fantasia é a infância, pode-se concluir que nossa velhice tende ao movimento de eterno retorno, buscando reencontrar na memória os sinais mal sepultados da meninice. E, não por acaso, as lembranças da meninice são aquelas mais cheias de fantasia.

4.7 Algumas considerações

Neste capítulo, apresentei o caminho das análises dos dados. Nesse sentido, indiquei as veredas para uma relação dialógica textual nos dois ambientes em que se deram a geração dos dados aqui apresentados, a Cidade Estrutural (contexto de pobreza) e o Tribunal Superior Eleitoral (contexto institucional e de poder). Por meio de um fluxograma, desenhei o percurso pelo qual passou a pesquisa, mostrando a síntese dos momentos das práticas sociais, bem como das práticas discursivas nos dois ambientes, *locus*, desta pesquisa.

Apontei as diferentes técnicas utilizadas para a geração dos dados, bem como a relevância dessa metodologia para o objetivo pretendido, bem como apresentei o caminho da microanálise dos dados empíricos para que fosse possível conhecer a gramática da experiência da vida das Marias, sem deixar de apresentar o perfil de José, exceção da pesquisa, por ser ele o único homem do grupo. O perfil traçado das pessoas idosas, facilitou a escolha do pseudônimo de cada um dos sujeitos que aqui foram apresentados. Em função de a pesquisa ser de cunho etnográfico, foi possível fazer a relação do estudo do texto com as práticas sociais. Além disso, as práticas discursivas que se desenrolaram nesses dois contextos apontaram ao final delas, indícios de mudança no discurso das idosas, conforme se pode verificar da categoria *Práticas discursivas em transformação*. A partir dos aportes teóricos ancorados na Análise de Discurso Crítica (ADC) e na Linguística Sistêmico Funcional (LSF) foi possível traçar uma análise que pudesse evidenciar tanto a interioridade da linguagem quanto a exterioridade nos discursos que aqui foram apresentados. Nos relatos que emergiram das categorias foi possível ver como os idosos que são analfabetos se enxergam, isso foi evidenciado por meio da *metáfora da cegueira*. Também foi possível verificar por meio das análises dos relatos que muitas mulheres ao longo de suas vidas tiveram o direito de escolha sob vários aspectos negado. Elas apontaram isso na categoria *cidadania: direito de escolha*. Apesar dos não da vida e dos mais diversos problemas enfrentados, entre eles a *violência*, que se tornou, inclusive, uma das categorias, as Marias se revelaram corajosas, muitos foram os discursos que emergiram das práticas sociais que

evidenciaram uma outra categoria aqui apresentada, a da *coragem*. Além dessas categorias, a *avaliação* foi uma que se fez presente nos relatos dos idosos, foi possível analisar a partir da perspectiva do Sistema da Avaliatividade de Martin e White (2005) o foco analítico voltado para três tipos de atitude: afeto, julgamento e apreciação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Este estudo percorreu as trilhas do cotidiano de um grupo de idosos (16) em processo de letramento, em situação de vulnerabilidade social, residentes na Cidade Estrutural (um contexto de pobreza), local onde aconteciam as aulas e em dois momentos num outro contexto, dessa vez, institucional e de poder (o Tribunal Superior Eleitoral). Esta pesquisa nasceu a partir do conhecimento de um projeto já existente e conduzido por um doutorando da Universidade de Brasília (UnB). Na ocasião de uma apresentação na universidade, saltou aos meus olhos a necessidade de figurar como uma professora do tão relevante projeto, eu fui convidada. Eu precisava contribuir, para isso, o passo inicial era me integrar a este projeto. Depois de quase dois anos de dedicação a este trabalho, sei que não é fácil chegar a uma conclusão, visto que ele não foi terminado, mas cabe, neste ponto, algumas considerações que permearam as veredas até aqui.

A pesquisa foi iniciada com uma contextualização em função do escopo central da dissertação: o resgate da cidadania de um grupo espoliado pela sociedade, ou seja, pessoas da terceira idade, analfabetas, sendo quase todas negras e a maioria mulheres, motivo pelo qual resolvi trabalhar o gênero social *mulher*. Importante salientar que apesar do gênero escolhido, o único aluno homem da turma foi uma exceção relevante para construir esta pesquisa. Os idosos brasileiros constituem, ainda, o maior número de analfabetos no país, as mulheres, todavia, representam o maior número no índice de analfabetismo entre os idosos. Buscamos trabalhar as representações discursivas e as práticas de letramento em uma comunidade socialmente desfavorecida para entender como se dá o funcionamento da linguagem neste grupo, a fim de desvelarmos as lacunas que nos permitissem uma intervenção nessa realidade.

Para construção desta pesquisa, me filiei aos pressupostos teóricos da Análise de Discurso Crítica (ADC), baseado principalmente em abordagens de Fairclough (2001;2003), Chouliaraki e Fairclough (1999), bem como Van Dijk e à Linguística Sistêmico Funcional (LSF). Por meio dessas correntes teóricas foi possível investigar as materializações discursivas constituintes nas práticas sociais como forma de responder às questões de pesquisa, mediante a descrição e interpretação dos dados para entender a interioridade da linguagem (LSF), bem como a exterioridade (ADC). Por meio de atividades de letramento, procuramos facilitar a inclusão dessas pessoas idosas no mundo letrado, tendo como um dos objetivos atender às necessidades por esse grupo elencadas.

O objetivo central desta pesquisa foi investigar as representações linguístico-discursivas voltadas para o letramento de idosos em situação de exclusão social com vistas a desenvolver práticas sociais que atendam ao propósito da comunidade pesquisada e ao fortalecimento de suas cidadanias. Norteado pelas questões de pesquisa, nosso propósito se constituiu em dois passos distintos.

O primeiro, a sala de aula na Cidade Estrutural, aconteciam as oficinas de letramento, o outro espaço foi acrescido para as práticas que procurávamos empreender, a fim de extrapolar o espaço da sala de aula. Nesse ponto, o Tribunal Superior Eleitoral, também conhecido como Tribunal da Democracia, foi o outro contexto escolhido para respondermos às questões que imbricavam um dos objetivos iniciais, a saber, o resgate da cidadania. De um lado, um contexto de pobreza na periferia do DF (a Cidade Estrutural), onde vivem as colaboradoras da pesquisa ora apresentada. De outro, um contexto institucionalizado e de poder, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que elas visitaram pela primeira vez. Delineado esses dois espaços da pesquisa, procurou-se fazer práticas discursivas transformadoras envolvendo esses dois contextos. Para tanto, algumas perguntas foram formuladas nos contextos em que se deram as práticas discursivas e os eventos de letramento para nortear o estudo, a saber:

No campo da Cidade Estrutural, as questões de pesquisa foram:

- a) qual o perfil de letramento das idosas da Cidade Estrutural?
- b) qual a representação que as idosas têm de sua vida e de seus direitos?
- c) que práticas sociais podem promover o protagonismo social dessas idosas da Cidade Estrutural?

No campo do Tribunal Superior Eleitoral

- a) qual a importância da participação da mulher na 3ª idade na democracia brasileira?
- b) quais as representações discursivas têm essas idosas a respeito do direito de votar e ser votado?
- c) em que medida a participação dessas idosas na instituição que cuida da Justiça Eleitoral no Brasil pode se constituir num fortalecedor de suas vozes?

No sentido de organizar as minhas considerações finais, traço algumas considerações sobre os resultados encontrados.

Ao conhecer o contexto dos idosos, colaboradores desta pesquisa, de uma forma mais profunda, pude perceber os diferentes níveis de letramento apresentado pelas idosas, o que nos permitiu trabalhar com abordagens pedagógicas que contemplassem as peculiaridades de cada um em particular. Foram desenvolvidas práticas discursivas de letramento em sala de aula

e em um segundo momento, abarcamos outras práticas que extrapolaram o espaço da sala de aula, do contexto em que viviam essas idosas.

Foi possível perceber por meio das entrevistas focalizadas e dos debates em sala de aula, a representação que essas idosas têm sobre suas vidas e sobre seus direitos. Isso foi apresentado na *metáfora da cegueira*, quando elas se identificam como “cegas” nos mais diversos contextos em que convivem nessa sociedade letrada. Essa representação se justifica em função de um direito muito importante que lhes fora negado ainda na infância, o direito de estudar. A categoria *cidadania: direito de escolha* traz outras representações dessas idosas sobre outros direitos que lhe foram negados, como o da escolha do casamento e o direito de sair de um casamento opressor.

Os eventos de letramento foram fundamentais para os debates que afloraram as representações e essas puderam ser revisitadas por cada uma das idosas nos ambientes em que se deram os eventos de letramento. As visitas ao TSE e os desdobramentos advindo desse evento fortaleceram as identidades e ajudaram no resgate da cidadania de cada uma das idosas. Foi um marcador de transformação, que abriu novas veredas para o crescimento das Marias.

Foram feitos debates em sala de aula com as temáticas que diziam respeito à democracia, ao voto, à cidadania, bem como à representatividade da mulher no poder, entre outras, a fim de prepará-las para uma visita ao Museu do Voto dentro do referido Tribunal. Vale lembrar que para este local da pesquisa, apenas as mulheres participaram. Buscou-se, nesse espaço, colocá-las em contato com outras leituras de mundo, e no caso específico, em contato com a instância máxima da Justiça Eleitoral brasileira. Essa visita propiciou conectar as vozes dessas idosas a outro espaço, uma vez que nele, discutimos conjuntamente com as idosas, a importância do exercício do voto, do representante político, bem como da cidadania.

Na visita guiada, as idosas puderam participar de uma eleição simulada em urna parametrizada sobre as eleições do ano de 1945. O enriquecimento dessa prática em outro ambiente foi notório e se fez perceber nas aulas na Cidade Estrutural que se seguiram depois da visita. A partir desse evento, veredas foram se abrindo e a repercussão da visita rendeu inúmeras outras práticas que desenharam o percurso analítico desta pesquisa, conforme se pode verificar no Capítulo IV. Essas idosas que até então não tinham visitado um museu, puderam, ainda, uma outra vez participar a convite do TSE de uma exposição no Tribunal, dessa vez, a Exposição “85 anos do voto feminino no Brasil”. Esse outro evento serviu mais uma vez para fortalecer as identidades dessas mulheres que se reconheceram em muitas das que ali estavam pelas lutas que travaram ao longo da vida para empreenderem, ainda que minimamente, os seus sonhos.

Elas viveram dois momentos relevantes de suas histórias ao participarem, adentrando em novos espaços, de práticas sociais que fortaleceram suas cidadanias.

A referida exposição trouxe a primeira mulher a votar no país, a primeira prefeita, a primeira presidenta e contou, ainda, a história do movimento sufragista e da luta dessas mulheres pela conquista do direito ao voto, bem como o êxito que obtiveram em várias áreas da política, o que permitiu a essas guerreiras ocupar espaços antes totalmente masculinos. Assistir a essa exposição fez reverberar nas Marias da Estrutural a certeza de que as lutas não são em vão. Elas fazem parte dessa conquista e vivem hoje os prelúdios de uma mudança social que vai além do sonho do letramento e abarca o reconhecer-se como cidadão pleno.

Outro ponto a ser considerado e que este estudo revelou é a necessidade urgente de estruturar melhor uma equipe que atenda aos anseios da comunidade pesquisada, idosos analfabetos em situação de vulnerabilidade social, discriminados, sem assistência governamental para, inclusive, estudarem. Alguns idosos moram longe e dependem de transporte, outros por estarem com a saúde debilitada não podem frequentar as aulas. Nesse ponto, é importante lembrar que a Cidade Estrutural não tem um único hospital, apenas um posto de saúde, que não atende aos anseios da população. É preciso investir em políticas públicas visando proporcionar melhor qualidade de vida a esse segmento da população.

Vale lembrar que esses idosos apesar de demonstrarem progresso na leitura e na escrita ainda não possuem autonomia para resolverem problemas relacionados aos seus direitos. É de fundamental importância que se tenham mecanismos legais, a fim de implementá-los de forma descentralizada, em estreita parceria com organizações governamentais e não governamentais para o segmento educacional voltado para o público idoso, pois é verdade que não existe um programa educacional que atenda a essa faixa etária. O que existem são escolas que atendem ao público jovem e adulto, mas sem nenhum acompanhamento específico direcionado ao estudante idoso, motivo por que muitos deles já desistiram da escola.

Os campos (Cidade Estrutural) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nos possibilitou inúmeras reflexões que acercam a superação do analfabetismo, sobretudo, em pessoas idosas e em situação de exclusão social. Aprendi, na prática do dia a dia no contexto de sala de aula, bem como em contextos sociais fora da Estrutural que as leituras de mundo de cada uma das pessoas idosas, suas atitudes, bem como suas histórias de vida, constituem elementos essenciais para começarmos a alimentar práticas transformadoras. O estudo significa uma contribuição para pesquisas voltadas para o fortalecimento de identidades na velhice abandonada e, sobretudo, para o resgate da cidadania de pessoas da terceira idade.

REFERÊNCIAS

- ALEIXO, José Carlos Brandi; KRAMER, Paulo. Os analfabetos e o voto: da conquista da alistabilidade ao desafio da elegibilidade. In: SANTOS, Ivanaldo; POZZOLI, Lafayette (Orgs.). **Direitos humanos e fundamentais e doutrina social**. Birigui, SP: Boreal Editora, 2012.
- ANDRÉ, M.E.D.A. **Etnografia da prática escolar**. 15. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Trad. José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 1997.
- BAUBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 10. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2002. p. 39-64.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 10. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2002.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do comportamento: evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 10. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2002. p. 17-36
- BORGES, Cláudia Maria Moura. Gestão Participativa em Organizações de idosos: instrumento para a promoção da cidadania. In: FREITAS, EV, et. Al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 1037-39.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CAMARANO, A. A. **Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? Estudos avançados**. São Paulo: USP/ Instituto de Estudos Avançados, 2003. p. 35-63
- CÂNDIDO JÚNIOR, Alley. **Discurso e identidade(s) de pessoas idosas: das histórias de vida às práticas de letramento**. 2016. 242 f. Tese (Doutorado em Linguística) -Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A ideologia do favor e a ignorância simbólica da lei**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial/ RJ, 1993.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Demografia em foco**: perfil da população de baixa renda no DF. Brasília, DF: CODEPLAN, 2013.

CURY, Augusto. **O código da inteligência**: a formação de mentes brilhantes e a busca pela excelência emocional e profissional. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

DIAS, J. F. Analistas de discurso e sua prática teórica e metodológica. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 213-246, 2011.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e Poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 320 p.

_____. **Analysing Discourse**: Textual Analysis for social research. Londres: Routledge, 2003.

FIORIN, J. L. **Introdução à linguística II**: princípios de análise. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa, 2014.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração**, p. 57-63, mar./abr. 1995.

HALLIDAY, M. A. K. **Introduction to functional grammar**. 2nd. ed. Londres: Edward Arnold, 1994.

_____. **Language as a Social Semiotic**: The Social Interpretation of Language and Meaning. New York: University Park Press, 1978

_____. **Obras essenciais de M. A. K.** Copilado por Elsa Ghio; Federico Navarro; Annabelle Lukin. Santa Fe: Ediciones UNL, 2017.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. **An Introduction to Funcional Grammar**. 3rd. ed. New York: Oxford University Press, 2004.

ISHIKAWA, M. Inconicity in discourse: the case of repetition. **Text**, v. 11, n. 4, p. 553-580, 1981.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARTIN, J. R. Beyond Exchange: appraisal system in English. In: HUSTON, S.; THOMPSON, G. **Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 142-175.

MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I. M.; PAINTER, C. **Deploying Functional Grammar**. Beijing: The Commercial Press, 2010.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The Language of Evaluation: appraisal in English**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

MARTIN, J. e ROSE, D. **Working with discourse: meaning beyond the clause**. 2a ed. Londres: Continnum, 2007.

MELLO, M.E. F. et al. (Coord.) **Revelando as condições de vida das pessoas idosas residentes na Vila Estrutural**, DF. Brasília, jul.2011.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass Inc. Publishers, 1998.

MILLER, Darrow; GUTHIE, Stan. **Mulher, a mão que balança o berço rege o mundo**. Reivindicando a dignidade da mulher para construir coisas sadias. São Paulo: Publicações Transforma, 2015.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas e Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º sem. /1996.

PETRI, Dino. **A linguagem dos idosos: um estudo de análise da conversação**. São Paulo: Contexto, 1991.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editores, v. 1, 2011.

SILVA, D. E. G. A ética na pesquisa: reflexões sobre metodologia na coleta de dados. In: VIERIA(org.), J. A.; SILVA(org.), D. E. G. D. **Práticas de análise do discurso**. Brasília: Plano Editora Oficina Editorial do Instituto de Letras UnB, 2003. p. 161-171.

_____. "A gente" no lugar de um elemento pronominal perdido. IV SIMPÓSIO MUNDIAL DE LÍNGUA PORTUGUESA, Goiânia, 2013. **Anais...** Goiânia, 2013, p. 355-363. Disponível em: http://www.simelp.letras.ufg.br/anais/simposio_08.pdf. Acesso em: 25 set. 2017.

_____. A gramática da pobreza em práticas discursivas de atores sociais: uma perspectiva crítica. In: PINTO(ORG), J. P.; FABRÍCIO(ORG), B. F. **Exclusão social e microrresistências: a entralidade das práticas discursivo-identitárias**. Goiânia: Câne Editorial, 2013. p. 88-111.

_____. **A oralidade no discurso narrativo escrito de adolescentes**. 1991. Tese (Mestrado em Linguística)-Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Linguística da, Brasília: 1991.

_____. A pobreza no contexto brasileiro: da exclusão econômica e social à ruptura familiar. **Discurso e Sociedade**, v. 2, n. Especial, 2008, p. 265-296. ISSN 1887-4606. Disponível em: <http://www.dissoc.org/ediciones/v02n02/DS2%282%29Da%20Silva.pdf> Acesso em: out/2014.

_____. Critical Discourse Analysis and the functional bases of language. 33nd International Systemic Functional, São Paulo, 2006, **Proceedings...** São Paulo, p. 932-949, 2006. Disponível em: http://www.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos%20pdf/45cda_silva_932a949.pdf Acesso em: fev/2014.

_____. Discursos do ecologismos e ecología humana: caminos entre etnografía crítica e ecolinguística. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 14, n. 1, jan./jun. 2013, p. 65-88.

_____. **La oralidad en el discurso narrativo escrito de adolescentes mexicanos: el fenomeno linguistico de la repeticion.** 1996. 196 f. Tese (Doutorado em Linguística Hispânica)-Universidad Nacional Autonoma de Mexico, México, 1996.

_____. Gramática e contexto na perspectiva funcional do discurso. In: _____ **Estudos de Linguagem: Inter-relações e Perspectivas.** Campo Grande, MS: UFMS, 2003. p. 55-70.

_____. Representações discursivas da pobreza e gramática. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 25, n. especial, p. 721-731, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502009000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 ago. 2017.

SILVA, D. E. G.; ABRIL, N. G. P. Miradas cruzadas hacia la pobreza desde una perspectiva crítica transdisciplinaria. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 11, n. Especial, p. 66-90, 2010.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

TREVISAM, J. Recordar é preciso? In: MELO, G. L.; DOMINGUES, A. R. **Conversas e memórias: narrativas do envelhecer.** São Paulo: Via Lettera, 2012.

VIAN JR, O.; SOUZA, A. A.; ALMEIDA, F. S. D. P. **A linguagem da avaliação em língua portuguesa.** Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade. São Carlos: Pedro & Carlos Editores, 2010.

WODAK, R. Do que trata a ADC: um resumo da sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, Santa Catarina, v. 4, 2004.

ANEXO A – DEBATE EM SALA DE AULA

Campo Estrutural

Debate em sala de aula

Tema: Maria da Penha

Material: Texto com foto e a história da Maria da Penha

P: Vocês conhecem alguma coisa sobre a Maria da Penha?

M.: tem uma novela, tem uma lei

P: Alguém conhece essa lei??

M.- É quando o homem bate, espanca a mulher, que faz tudo sobre a mulher. Aí tem de dá parte lá na Maria da Penha que eles vão pegar ele e prender e proibir ele de chegar tantos metros perto da mulher.

P: Alguém já foi à delegacia fazer uma denúncia sobre a Maria da Penha?

Maria Esperança- Eu. Não fui da Maria da Penha, porque naquele tempo não tinha ainda.

M.- Sempre passa no jornal, maridos que bate na mulher, essas coisas assim, ele é chamado pra investigação, prender, essas coisas, né?

Maria Renascida - Só sei que a lei foi aplicada pra ela mesmo, Maria da Penha. Começada por ela mesmo, né? Que ela foi quem começou, começou por ela mesma. O marido dela, né? judiava com ela, aí ela resolveu fazer essa lei. Que Maria da Penha é ela própria, né? É uma mulher.

P: Essa lei visa proteger quem?

Todas: a mulher

Maria Vigorosa- mas ela ainda ficou aleijada!!!

Maria Valentia – Eu não sei não, professora. Acho que não potrege é ninguém. Porque a mulher apanha e de sem vergonha volta pro cara ainda.

Maria Comprometimento- mas o problema é da mulher.

Ela não dá parte é porque fica com medo, porque quer morar com ele, quer viver naquela situação.

Maria Renascida - Outras vez, ela vai lá dá parte dele, depois ela retira, né? Porque ela quer sofrer.

P- Vocês acham que quando a mulher tira a queixa é porque ela quer sofrer??

Maria Valentia. ela é costumada apanhar. Quer sofrer.

M- é porque ela tem medo. Ela é ameaçada por trás disso, assim.

Maria Vigorosa- Vai tirar queixar não, porque o cara diz, eu te mato, mato tu e tua família. O que que ela pode fazer?

Maria Renascida - Já tenho visto casos de mulher dizer, é porque eu gosto dele. Mesmo assim ele fez, eu gosto dele

Maria Valentia- Heim, Professora deixa eu le falar o que aconteceu na semana passada. De manhã minha menina chegou e disse assim mãe. Aí deu nome de uma mulher, né? Você conhece essa mulher por esse nome. Não, nunca nem ouvi falar. Quem atendeu foi minha menina, ela sempre vem aqui. Aí um uma mulher mais um homem falou assim: Você é a Raquel? Sou. Olha, eu quero fazer sexo mais você. Você não aceita não? Aí minha menina chama a mãe dela. Aí demorou um pouco ele liga de novo. Você que é a mãe da Raquel? Ela disse: Sou, por quê? Porque eu quero fazer sexo com ela, mas se não der certo com ela, você pode ganhar esse dinheiro por ela. Isso é conversa pra uma pessoa dizer pelo telefone. É melhor você me tratar bem que é melhor do que soltar uma palavra dessa, minha filha é inocente, ela é criança, ela não sabe de nada. E você não quer ganhar esse dinheiro por ela não? Se você ligar de novo, eu vou dar parte de você. Aí ela conversou com o pastor da igreja dela e o pastor mandou ela pra ir na delegacia na Asa Norte, lá das mulher. Lá, eles disseram pra ir na delegacia das crianças, lá no ML. Resolveu alguma coisa? Não resolveram nada. Minha menina vai fazer 10 anos. Diz que vão investigar quem tá ligando pra lá. Diz que ele vê a menina todo dia, a menina vai pra escola, vem da escola. E ela fica sozinha em casa, porque ela tem de trabalhar, né? Mas eu já tô botando na cabeça que é os próprios vizinho encostado, porque a menina fica só. Agora a menina não pode sair mais de casa. Pra ir pra escola tem de levar ela. Agora veja bem, a Maria da Penha resolveu alguma coisa? Nada. E ele tá ligando de orelhão, é vizinho. Não é vizinho? Ninguém sabia em qual delegacia ir, nós nunca mexemo com isso, na minha época a gente tinha vergonha de mexer com isso.

Tem de correr atrás dos seus direitos, porque ninguém tá nem aí pra ninguém.

P- Com a Lei Maria da Penha melhorou ou piorou a situação da mulher?

Todas- Melhorou.

M- Mais ou menos. Porque é tanto homem mantando mulher.

Maria Renascida - Conheci uma vizinha lá que todo dia ela amanhecia com o olho roxo, né? Passou tempo, mais ou menos um ano. Como ela não sabia, não sabia nem por onde começar. Sem Contar que ele vivia por conta da sogra, ele além dele bater, ele não colocava nada dentro de casa. Tinha três filhas. A própria mãe dele foi cansou de ver isso, ela mesmo correu atrás. Ele foi preso. Na época, ele foi preso. Elas venderam a casa. Depois que saiu da prisão voltou atrás da mulher, mas ela não quis. A lei determinou pra ele não chegar perto. Essa lei 8 anos atrás tava meio apagada, ninguém quase ouviu falar dessa lei Maria da Penha, mas valeu a pena, porque ela se saiu dele, ou seja, porque correu atrás.

Maria Vigorosa- Diz que Vai aparecer uma lei que os jovens de hoje não vai mais ter aposento pra eles. Que lei é essa?? Onde é que você tem seu filho, e chegar o tempo dele se aposentar e ele não se aposentar. Que lei é essa? Oxi. O que deveria ser feito era catar tudo que tá lá dentro e deixar sem nada. Do mamando ao caducando.

Maria Esperança- é só não votar em ninguém.

Maria Alegria- mas é obrigado a pessoa votar. Eles obriga a pessoa votar.

Maria Renascida- Quanto mais a gente começa ter conhecimento, daquela lei, mais a gente corre atrás, né? tem muita coisa que a gente não conhece, mas só conhece, por exemplo, estudando, vindo pra cá, ouvindo vocês conversar, se surge um caso na vida da gente, pra gente corre atrás, daquele caso ali a gente vai descobrindo o direito que a gente quer.

P- O que que é violência doméstica?

M- Eu não sei professora, porque eu nunca trabalhei de doméstica, não sei nem como é que é isso.

Maria Batalhadora- é a mulher agredida pelo homem.

Maria Vigorosa- Que nem eu que fui agredida pelo filho da patroa. A mãe dele gostava daquela parte da galinha, e eu guardei pra ela e ele vai e come. Ele comeu. Quando a patroa acordou e perguntou pelo pedaço da galinha, eu disse que o filho dela comeu. Pra que que eu disse isso? Ele pegou no meu braço e disse pra eu ir embora. Eu falei pra ele que não ia, ele disse você vai embora daqui, não vai ficar mais aqui. Eu disse não saio. Ele pegou minha bolsa jogou lá fora. Eu disse, posso até sair, mas se você pagar meus direitos tudim direitim e o mês que eu tô trabalhando. Aí, ele me puxava, puxava, me puxava e eu agarrada nos braços do cunhado dele. Só saí depois que ela pediu pra eu ir que ia pagar meus direitos. Isso foi um agressão, né?

Maria Batalhadora - O que eu entendo a violência doméstica, é você viver com o marido, aquele companheiro. Aí Aquele companheiro, ele lhe judeia, lhe bate. Tudo que você fazer, ele não gosta, só quer lhe bater, só quer lhe chaviar, Então A violência doméstica começa dentro de casa. Nós vivendo junto com aquela pessoa que lhe massacra, lhe faz tudo. Então, essa é uma coisa que não podemos ficar calada, porque dentro da nossa casa nós estamos vivendo com nossos inimigos, né? Então, Eu acho que a violência doméstica são essas.

Marias- não adiantou nada. A lei foi criada, mas não adiantou de nada.

Maria da Superação- Meu marido ficou 11 dias preso, quando ele saiu, invadiu a casa que eu morava junto com meus seis filhos. Antes dele tocar fogo, ele entrou dentro de casa, olha a facada que ele me deu. Meu braço pendurou. Aí foi que pegaram ele, ele correu como daqui mais ou menos até a metade da Estrutural. Aí pegaram ele. Levaram ele de novo pra prisão. Mas antes ele quis me matar e matar os filhos.

Maria Valentia- Eu acho que quando a mulher sofre com o marido, ela tem que se largar ele e lutar pela vida só. Você sabe por que, professor? Vivi 50 anos casada com meu marido. Casei com ele novinha, aí fui lutano, lutano e fui vivendo aquela vida que eu não queria. Depois, eu pensei assim: Quer saber de uma coisa. Eu não sou obrigada a viver mais homem sofreno. Ele não me batia, mas me agravava muito com palavras, aquilo era mesmo que me dá um tapa, né? Que que eu fiz, Arrumei a trouxa e balancei pra Brasília, Trouxe uma menina que eu criei dos outros, foi uma mulher que me deu. Trouxe ela molinha ainda. Cheguei aqui fui trabalhar e viver minha vida. Eu cheguei m janeiro de 81 . Quando foi em fevereiro de 81, ele veio atrás de mim. Eu disse você pode voltar, pode pegar a mulher que você quiser, porque eu não vou voltar não. Ele se obrigou a ficar mais eu, ele nunca tinha trabalhado fichado. Se quiser ficar mais eu, é aqui. Se não quiser, pode voltar. Eu não vou morrer a custa de você. Eu sofri muito. Eu operei naquele hospital pelejando com uma menina pequena. Eu sofri demais, sozinha e Deus sem parente e sem aderente com uma menina pequena. Quem dava comida pra minha fia era um homem tuberculoso, naquela época pegava, um tuberculoso pegava em todo mundo,

hoje em dia não pega, né? Se ela tivesse de morrer naquela época, se pegasse, minha filha tinha morrido. Ele foi alugou um cômodo e fomos morar. Criei a menina com maior trabalho. Quando ela completou 11 anos eu disse: Luís vou começar a trabalhar. Ele disse: Vamos entrar em dois acordos: Ou você sai da empresa e fica em casa e deixa eu. Sozinho que eu vou trabalhar. Você vai escolher sua empresa eu? Sabe o que eu disse: a partir de hoje o meu marido é minha empresa, porque é o que eu vou ganhar. Hoje eu sou aposentada pelo meu trabalho. Eu tenho meu aposento A mulher vive mais um homem porque ela quer, ela sofre porque ela quer, eu acho. É falta de coragem de trabalhar. Quando ela passa um momento difícil, ela tem de trabalhar.

Maria Batalhadora- Mas pela luta dela, ela venceu. Ela venceu e ela lutou por todos nós, todas nós mulheres, ela colocou essa lei pra ver que nós temos nosso direito. Então foi isso que ela quis botar pro Brasil, foi isso, essa lei. Era muito sofrimento. Tava difícil demais pra nós mulheres, que nós ficamos com medo. Nós era igual saco debaixo do no pé de boi, então foi isso. Ela disse: vamos sair debaixo do pé desses bois. Aí ela formou essa lei. Eu achei bom essa lei.

Maria Renascida- Eu casei, né? Comecei a ter filho logo cedo. Aí fomo morar no interior do Goiás, né? Meu marido gostava de tomar. Tomar umas, né? Aí ele sem tomar era uma beleza. Mas na hora que ele botava um golim assim, né? ficava valente. Já pegou até arma assim e correu atrás de mim. E eu aguentando, aguentando, aguentando. Porque era longe da família, longe de família. Às vezes eu pensava de sair de dentro de casa, mas como era que ia sair, não tinha nenhum documento, nem a certidão de casamento eu tinha. E ele jogava na minha cara que eu não podia ir pra lugar nenhum porque eu não tinha documento, né? Não podia viajar. Aí fui vivendo, vivendo, vivendo com ele, né? Aí ele gostava de beber, né? Aí e ele morreu assassinado. Aí eu fui aprender, aprender a conviver, porque eu não sabia, né? pra mim o mundo era fechado. Mundo fechado, morava no interior, não tinha entendimento de nada. Eu não sabia de nada, não sabia nem ir ali tirar documento, nada. Aí A partir daquele dia que eu fiquei sozinha, a partir daquele dia foi eu comecei a correr atrás , né? Tirar meu documento. Não tinha nada. Ele falava assim como é que tu vai embora? Você não tem documento. Eu comecei a tirar pra eu arrumar os papel pra me aposentar. A partir de quando do dia que ele faleceu ele morreu é que eu fui correr atrás dos meus documentos. O primeiro ano foi muito ruim, mas depois eu comecei a aprender. Comecei a ter entendimento das coisas, né? .Hoje eu sei resolver minhas coisas muito mais pra eu não ficar naquele mundinho fechado ali.

ANEXO B – PALESTRA SOBRE O CRAS (ESTRUTURAL)

Grupo focal

Coordenadora do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, antigo Cose.

Espaço para fortalecer, vínculos familiares, proporcionar ambientes para discutir sobre cidadania. Atendemos crianças de 6 a 14 anos média 20 crianças frequentes pela manhã e 25 à tarde. Além dessas crianças Adolescentes (alunos da cidadania) dá visibilidade de mundo do trabalho, dentro das possibilidades de acesso a outras políticas sociais, entre elas programas de aprendizagem. São 100 alunos. Temos 04 grupos de 25 alunos. Dois grupos pela manhã e à tarde. Além desses grupos, estamos retomando com grupos de mulheres. Em parceria com o pessoal da saúde. Começamos este ano propondo roda de mulheres que é na quarta-feira. Esse grupo de mulheres vem para discutir questões relacionados às mulheres, proporcionar, principalmente com o intuito de fortalecimento. Várias discussões, como a questão da violência. O CRAS é a porta de entrada para todos os direitos da assistência social. A gente conseguiu garantia de ônibus, recursos materiais para as pessoas que são beneficiárias do Cose

CRAS

Eu sou José Representante, trabalho no CRAS/Estrutural, minha função é inscrever todas vocês nos serviços que a assistência social oferece. É necessária essa inscrição? É necessário, porque precisamos saber quantas pessoas estamos atendendo e qual a idade dessas pessoas. Tem alguns materiais que são disponibilizados pra vocês. Pois os atendimentos são por faixa etária. Por que precisamos desse cadastro pra vocês? A assistência social gera os benefícios por isso precisa das pessoas cadastradas. Quem não tem o cadastro único de quem não tem ainda. É preciso identidade, CPF. Sobre os benefícios, eu vou falar sobre a carteira do idoso.

Carteira do idoso: ela é Concedida a partir dos 65 anos. A partir dos 65. Quem não tem 65 anos não precisa da a carteira do idosos, ela é especialmente pra vocês idosas terem isenção de taxa para viajar. Não tendo 65 anos, você não precisa dessa carteira, você não precisa.

Maria vigorosa - Só precisa de ter o dinheiro, né?

Coordenador - Vocês sabem que quem concede benefícios não somos nós, mas sim o INSS, quando ela está na idade de se aposentar ou apto a receber um benefício de prestação continuada.

José do 38. - Que é o meu.

José Representante - O BPC é um benefício concedido à pessoa, não é estendido aos dependentes. Ela morreu, finalizou. O BPC também não é igual a aposentadoria que chega no final do ano e recebe um décimo terceiro. O BPC é um salário mínimo. O BPC é um benefício que é concedido à pessoa que é deficiente físico, que está na idade de se aposentar e não conseguiu. A pessoa chegou na idade e ela não trabalhou, ela pode conseguir esse benefício.

Você vai ao CRAS passa pela assistência social e encaminhamos para o INSS. Vai conseguir, não sabemos??

Meu nome é Ricardo, como é o serviço do CRAs, como funciona no Distrito Federal, e governo federal. Hoje em dia o CRAS a primeira coisa que faz é o acolhimento. Abrimos o prontuário para acompanhar vocês e conseguir que vocês superem a vulnerabilidade que estão tendo. O que mais que o CRAs pode disponibilizar.

Você está indo no CRAs e solicitando a isenção da taxa da identidade. A isenção só podemos tirar apenas uma vez. Se é caso de roubo, tem de entrar com a polícia mesmo. A isenção é só para segunda via, não é para terceira e quarta.

Encaminhamento para outras Políticas públicas também- saúde, educação. O especialista tem O CRAs encaminha para os órgãos do governo. Pra você conseguir atendimento rápido nos outros órgãos do governo.

Passar um panfleto com todos os serviços do CRAs

ANEXO C - (VISITA AO MUSEU DO VOTO) TSE

a) Roda de conversa

“Eu posso colocar alguém lá em cima e posso derrubar com o voto.”

b) Entrevistas

“Você já pensou, uma pessoa que é cego, que é uma pessoa que nunca estudou, não teve capacidade de entrar em colégio, pra hoje eu tá enxergando várias coisas. Isso é maravilhoso demais.”

ANEXO D – ENTREVISTAS (EXPOSIÇÃO DOS 85 ANOS DO VOTO FEMININO NO BRASIL) (TSE)

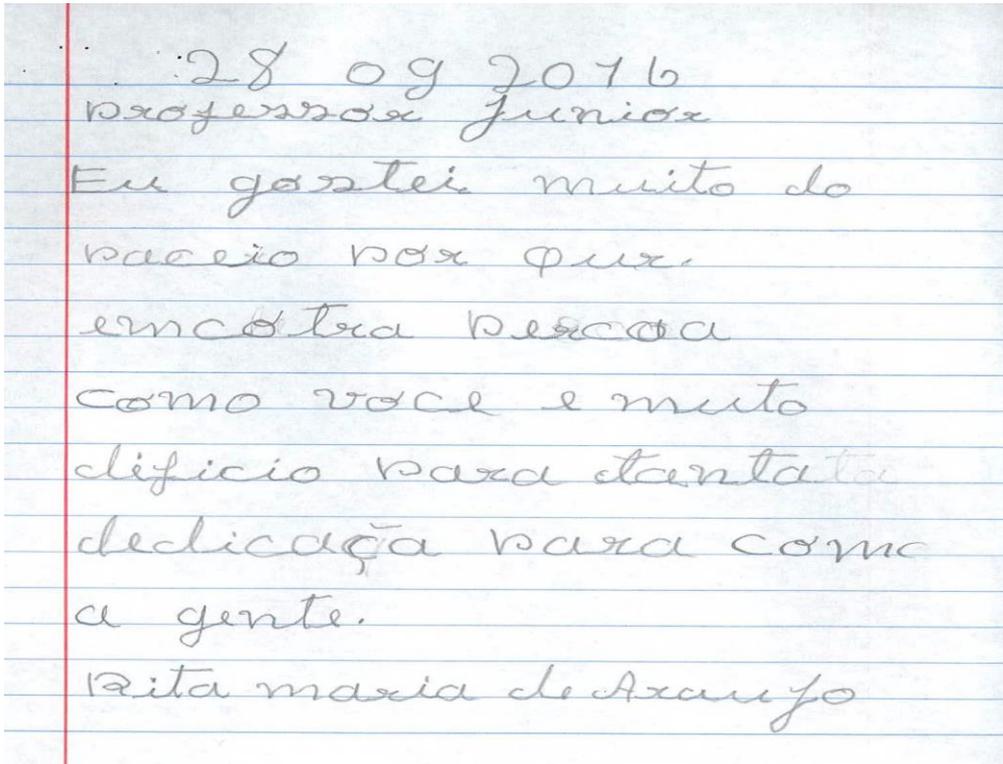
Entrevista focalizada Maria Renascida (visita à Exposição dos 85 anos do Voto feminino)

“Eu aprendi, eu fico mais calada para prestar atenção. Eu aprendo mais com a atenção”.

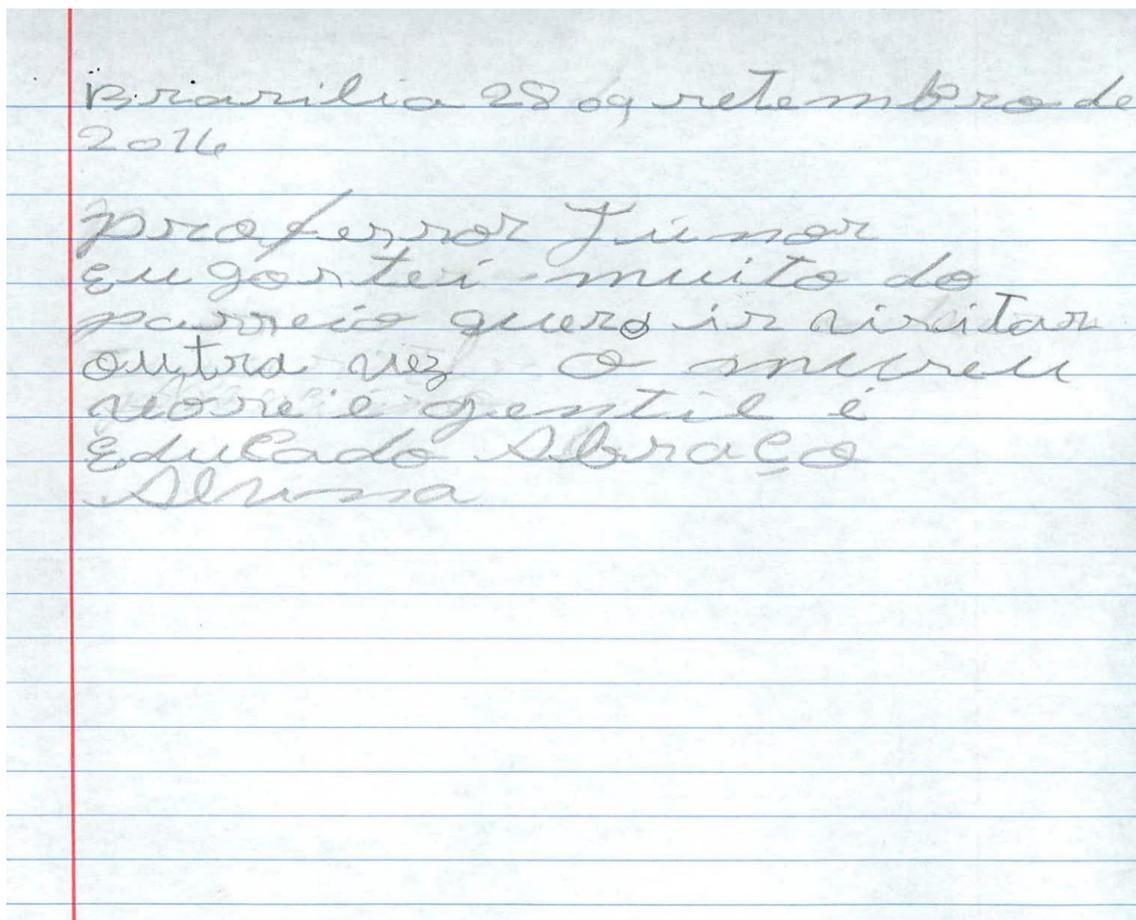
“Nós não temos que deixar morrer, elas lutaram por nós. Depois que foi conquistado o voto, é , a gente caminhava, lá onde eu morava mesmo, caminhava era 15 km pra poder votar. Hoje, a gente só dá dois passos, mas a gente tem que votar. Só que ta muito difícil a gente acertar o voto hoje em dia, porque a gente vota pra melhorar,NE? Pra melhorar, mas não melhora, pode melhorar pra eles, NE?”

“eu participo de uma terapia de grupo, porque na época eu estava com depressão”

“vocês fala, NE? E eu presto atenção e vou evoluindo cada passo. Eu gosto de participar dessas coisas.”

ANEXO E – BILHETES DAS IDOSAS AO TSE (RELAÇÃO DIALÓGICA)1. *Bilhetes dos idosos ao TSE*A photograph of a handwritten note on lined paper. The text is written in cursive and is somewhat blurry. The note is dated 28/09/2016 and is addressed to 'professora Junia'. The sender expresses appreciation for the teacher's dedication and asks for a response. The sender's name is Rita Maria de Araújo.

28/09/2016
professora Junia
Eu gostei muito do
você por sua
encontra pessoa
como você e muito
dificio para tanta
dedicação para com
a gente.
Rita Maria de Araújo



2. Despachos das unidades sobre os bilhetes encaminhados a um servidor do TSE.

a) Despacho do SEMUS à CBLEM

“Para ciência dos afetuosos bilhetes de agradecimento das alunas do projeto Meu nome Minha Identidade, da Universidade de Brasília, que participaram do programa educativo do museu no dia 31/08/2016.”

Respeitosamente,

b) Da CBIEM para SGI

“Para conhecimento dos bilhetes de agradecimento das alunas do projeto Meu Nome, minha identidade, da Universidade de Brasília, ao servidor Admilson Júnior que conduziu o programa educativo no dia 31.8.2016.”

Respeitosamente,

c) Da SGI para o Diretor-Geral

“É com satisfação que encaminho à Vossa Senhoria, para conhecimento, os bilhetes manuscritos pelas idosas, em processo de letramento, depois da primeira visita a um museu, que fizeram neste Tribunal Superior Eleitoral.”

ANEXO F – BILHETE PARA A PROFESSORA KELMA

Brasilia 17 de maio 2014

eu te escrever poucas linha para
você professora quemaz quero ti
agadecer, pela sua paciência ter me
ensiado á ler e escrever.

Obrigador presentes, E a sua Dedição^{ca}
com dos nos discopa pofeossora

Quadrta 8 colnto 3 casa 13 setou Oeste

ANEXO G – TRABALHO SOBRE CIDADANIA FEITO EM CASA